



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,  
REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE DOIS  
MILEVINTEEDOIS**

----- No dia 27 de junho de dois mil e vinte dois, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes como Primeira Secretária e pela Senhora Isabel Cristina Bento Fernandes como Segunda Secretária. A Sessão teve início às 09 horas e 15 minutos, tendo-se verificado a falta do Senhor Deputado Municipal Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho (justificada). -----

Para que conste na presente Ata, o resumo da correspondência recebida e expedida, previamente disponibilizada, fica a seguir transcrito: -----

**CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:** -----

– A Assembleia Municipal de Viseu recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

– A Assembleia Municipal de Viseu recebeu vários pedidos de cedência do Salão Nobre. ---

– O Exmo. Senhor Manuel Ferreira Ramos remeteu email referente ao assunto: Vote DHR - Direitos Humanos e autarquias – convite. -----

– O Exmo. Senhor Aurélio Pereira Lourenço Presidente da Junta de Freguesia de São Cipriano e Vil de Souto remeteu via correio eletrónico justificação das suas faltas às Sessões, Extraordinária da AM Comemorativa do 25/04/2022 e Ordinária da AM de 26/04/2022. ---

– O Exmo. Deputado Municipal Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho remeteu via correio eletrónico justificação das suas faltas às Sessões: -----

Extraordinária da AM Comemorativa do 25/04/2022 e Ordinária da AM de 26/04/2022. ---

– O Exmo. Deputado Municipal Bruno Luís Cardoso de Melo remeteu via correio eletrónico justificação da sua falta à Sessão Extraordinária da AM Comemorativa do 25/04/2022. -----

– O Grupo Parlamentar do PCP remeteu email referente ao assunto: Propostas na especialidade OE 2022 - Área do Poder Local. -----

– Foi recebido via correio eletrónico Parecer Jurídico solicitado à CCDR Centro. -----

– O Grupo Parlamentar do PCP remeteu email referente ao assunto: Requerimento para audição, com caráter de urgência, da Ministra da Coesão Territorial sobre a transferência de competências para as Autarquias. -----

– Foram recebidas comunicações de indisponibilidade de presença e pedidos de substituição para a Sessão Ordinária de 27/06/2022. -----

– A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, remeteram via correio eletrónico documentos relativos à Prestação de Contas Consolidadas de 2021. -----

– A Câmara Municipal de Viseu remeteu via Edoc o Estatuto do Direito de Oposição 2021.

– A Exma. Chefe de Divisão de Desenvolvimento Educativo e Gestão Escolar remeteu via Correio Eletrónico convocatória do 1º Conselho Municipal de Educação de Viseu para o mandato de 2021-2025, em anexo, bem como os seguintes documentos: -----

Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Educação de Viseu, em anexo. -----  
Plano de Transportes 2022/2023. -----

– A Câmara Municipal de Viseu remeteu documentos para a Sessão Ordinária da AM de 27 de junho de 2022. -----

- O Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu remeteu via correio eletrónico Informação escrita acerca da atividade e situação financeira do Município para a Sessão Ordinária da AM de 27 de junho de 2022. -----
- A Plataforma Já Marchavas remeteu email referente ao assunto: CARTA ABERTA: por um concelho que seja efetivamente uma Zona de Liberdade LGBTI+. -----
- A Câmara Municipal de Viseu (Divisão de Desenvolvimento Educativo e Gestão Escolar) remeteu email referente ao assunto: Conselho Municipal de Educação – Documentação. ---
- A Câmara Municipal de Viseu remeteu em mão documentos referentes ao assunto:” Município de Viseu - Consolidação de Contas relativas ao Exercício de 2021” rubricadas. - **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----
- Depois de devidamente carimbados e assinados foi remetido ao Exmo. Sr. Presidente de Câmara os seguintes documentos: -----
- Relatório de Gestão e Documentos Financeiros da Câmara Municipal de Viseu referente ao exercício económico de 2021; -----
- Relatório de Gestão e Documentos Financeiros dos SMAS - Águas de Viseu - referente ao exercício económico de 2021; -----
- Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Viseu para o ano de 2022 (Alteração Orçamental retificativa) – Revisão nº1. -----
- Foi remetida via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia da Ata referente à Sessão Ordinária da AM de 23 de fevereiro de 2022 aprovada na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 26 de abril de 2022. -----
- Foi remetido via correio eletrónico ao Exmo. Senhor Major General Carlos Chaves agradecimentos pela sua disponibilidade e colaboração e presença na Sessão da Assembleia Municipal de Viseu Comemorativa do 25 de Abril. -----
- Foi remetido via correio eletrónico ao Exmo. Senhor Comandante do Regimento de Infantaria nº 14 Coronel de Infantaria José Manuel dos Santos Sá, bem como a todos os militares envolvidos agradecimentos por toda a disponibilidade e colaboração na Sessão da Assembleia Municipal de Viseu Comemorativa do 25 de Abril. -----
- Foi remetido ao Exmo. Senhor Dr. José Manuel Henriques Mota de Faria o Voto de Louvor aprovado à sua pessoa, na Sessão Ordinária da AM de 26/04/2022. -----
- Foi remetido via Edoc ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu o Voto de Louvor ao Exmo. Dr. José Manuel Henriques Mota de Faria aprovado na Sessão Ordinária da AM de 26/04/2022. -----
- Foi remetido ao Exmo. Senhor Dr. António Simões Torres o Voto de Louvor aprovado por unanimidade à sua pessoa, na Sessão Ordinária da AM de 26/04/2022. -----
- Foi remetido via Edoc ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu o Voto de Louvor ao Exmo. Sr. Dr. António Simões Torres aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 26/04/2022. -----
- Foi remetido via EDOC para conhecimento do Exmo. Senhor Presidente da Câmara o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Augusto Oliveira aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 26 de abril de 2022. -----
- Foi remetido à Exma. Família do Exmo. Senhor Augusto Oliveira o Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Augusto Oliveira aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 26 de abril de 2022. -----
- Na sequência da realização da Sessão Ordinária da AM de 26/04/2022 foi enviado via Edoc ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara o abaixo assinado entrega à Mesa pelo Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lordosa. -----
- Para conhecimento dos Membros da AM foi remetido via correio eletrónico o email do Exmo. Senhor Manuel Ferreira Ramos referente ao assunto: vote DHR - Direitos Humanos e autarquias - convite. -----

- Foi solicitado via correio eletrónico à CCDR Centro, pedido de Parecer Jurídico. -----
  - Para conhecimento dos Membros da AM foi remetido via correio eletrónico o email do Grupo Parlamentar do PCP referente ao assunto: Propostas na especialidade OE 2022 - Área do Poder Local. -----
  - Para conhecimento dos Membros da AM foi remetido via correio eletrónico o Estatuto do Direito de Oposição 2021 enviado via Edoc pela Câmara Municipal de Viseu. -----
  - Para conhecimento dos Membros da AM foi remetido via correio eletrónico o email do Grupo Parlamentar do PCP referente ao assunto: Requerimento para audição, com caráter de urgência, da Ministra da Coesão Territorial sobre a transferência de competências para as Autarquias. -----
  - Foram tornadas públicas as deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal de Viseu, referentes aos assuntos inscritos na Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária de 26-04-2022. -----
  - Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu foi remetido via correio eletrónico o email da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, referente aos documentos relativos à Prestação de Contas Consolidadas de 2021 remetidas via email. -----
  - Para conhecimento dos Membros da AM foi remetido via correio eletrónico o email da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, referente aos documentos relativos à Prestação de Contas Consolidadas de 2021. -----
  - Foi enviado aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital da Sessão Ordinária da AM de 27 de junho de 2022 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----
  - Foram enviadas aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico, Convocatória para Sessão Ordinária da AM de 27 de junho de 2022 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----
  - Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da CMV e dos Exmos. (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, via postal e via correio eletrónico, Convocatória da Sessão Ordinária da AM do 27 de junho de 2022 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----
  - Foi enviado via correio eletrónico ao Jornal Diário de Viseu e Jornal da Beira, Edital para a publicação da Sessão Ordinária da AM de 27 de junho de 2022. -----
  - Foi enviada via correio eletrónico a todos os Membros da AM a Informação Escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara. -----
  - Foram enviadas via postal e via correio eletrónico as comunicações de substituição das vagas ocorridas na Sessão Ordinária da AM de 27 de junho de 2022 aos membros substitutos bem como às respetivas forças políticas forças políticas. -----
- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos. Cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Já está verificada a existência de quórum pelo registo de presenças já efetuadas por isso podemos iniciar os nossos trabalhos. -----
- Informa-se o Plenário que, em resposta à convocatória para esta sessão ordinária, recebemos algumas comunicações de impossibilidade de presença e pedidos de substituição para esta sessão. -----
- O Deputado Municipal do PSD, José Alberto da Costa Ferreira, é substituído por Paulo Alexandre Teixeira de Almeida; -----
- O Deputado Municipal do PSD, Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira, é substituído por Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes; -----
- O Deputado Municipal do PSD, Bruno Videira de Albuquerque Fernandes, é substituído por Hélder Filipe dos Santos Viana; -----

A Deputada Municipal do BE Ana Carolina Damas Gomes, é substituída por Lúcia Maria de Abreu Vilhena; -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Fragosela, António de Almeida Jesus Lopes, informou que se faz substituir por José da Silva Pereira; -----

Damos as boas vindas aos que participam nesta Assembleia Municipal pela primeira vez neste mandato, que são os casos dos Senhores Paulo Teixeira de Almeida e Hélder Viana. - Informa-se que comunicámos a todas as forças políticas as vagas ocorridas e o competente preenchimento. -----

Informamos também que recebemos a informação que o Vereador eleito pelo Partido Socialista, José Manuel Ferreira Chaves, se encontra substituído no cargo pelo que foi enviada a convocatória a Fernanda Maria Oliveira Soares Gilvaia, que o substitui. -----

Recordamos a todos os Senhores Deputados que da correspondência recebida foi feita a difusão dos assuntos considerados pertinentes. -----

Foi também atempadamente disponibilizado on-line para consulta o resumo de toda a correspondência quer recebida quer a expedida. -----

Os documentos encontram-se no Gabinete de Apoio para consulta de quem o pretender fazer. -----

No que respeita às intervenções no PAOD, serão feitas de acordo com o previsto no Regimento em vigor, e de acordo com o alinhamento que os Grupos Municipais já entregaram à Mesa. -----

Conforme também o procedimento que já temos adotado em anteriores sessões, propomos que para efeitos de execução imediata, as deliberações, incluindo as do PAOD, sejam aprovadas em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo n.º 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, consubstanciado pelo disposto no art.º 57º do Regimento em vigor desta Assembleia Municipal. -----

Em relação a esta proposta para efeitos de aprovação imediata em minuta: quem vota contra? Quem se abstém? Por isso, *foi aprovada por unanimidade*. -----

Iriamos agora proceder à votação das Atas: -----

As Atas, referentes às sessões realizadas no mês de abril, a extraordinária no dia 25 e a ordinária no dia 26, foram disponibilizadas para análise dos Senhores Deputados em simultâneo com os documentos de suporte aos assuntos que vão ser apreciados na Ordem do Dia. -----

Não chegou até agora qualquer observação aos documentos distribuídos, pelo que estamos em condições de proceder à votação dos mesmos: -----

Em relação à Ata da Sessão Extraordinária realizada no dia 25 de abril de 2022, algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Ata da Sessão Extraordinária do dia 25. Não havendo nenhum pedido do uso da palavra íamos proceder à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovada por unanimidade*. -----

Em relação à Ata da Sessão Ordinária de 26 de abril de 2022. Quem vota a favor? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade*. -----

E, agora, íamos aqui esclarecer uma situação que tem a ver com as Atas: -----

Em virtude de na Sessão Ordinária realizada no dia 26 de abril, ter sido levantada por um Membro desta Assembleia Municipal uma questão sobre o processo de votação alegando que à votação das Atas apenas deveria ser aplicado o Voto a Favor e o Voto Contra e que devia ser excluída a hipótese de Abstenção, como é natural, não poderíamos manter esta dúvida na Assembleia Municipal, e por isso, foi procedimento da Mesa, e a Mesa tem adotado sempre esta postura, o cumprimento rigoroso de todas as disposições legais em vigor. E, por isso, para esclarecimento cabal e que não restassem quaisquer dúvidas de que o procedimento que estava a ser praticado desde sempre pela Mesa se enquadra no que a lei prevê para as Assembleias Municipais, a Mesa entendeu pedir um Parecer Jurídico à

CCDR Centro que funciona em termos de entidade tutelar de referência, que confirmou que o processo de votação nas Assembleias Municipais deverá contemplar SEMPRE o voto a favor, o voto contra e abstenção, incluindo na votação das atas. -----  
Por isso, o Parecer Jurídico da CCDRC, que está disponível nos serviços para consulta de quem o pretender fazer, refere em conclusão, e só íamos aqui referir mesmo a conclusão: -- não há nenhum preceito legal que refira que os eleitos locais não podem abster-se de votar nas atas, pelo que legalmente nada impede que os membros do Órgão que estiveram presentes na sessão possam votar contra, a favor ou absterem-se na sua votação”. Ou seja, o que está aqui em causa, é se a pessoa que esteve presente na sessão, qualquer membro que esteve presente na sessão se pode ou não se abster? Quer dizer, é óbvio que o parecer até faz algumas observações em relação à abstenção, mas, em termos legais a pessoa tem o direito de se abster, é um direito que tem de se abster, mesmo estando presente na anterior sessão, mesmo tendo conhecimento da Ata, tem esse direito, e é esse direito que a Mesa sempre considerou que um processo de votação deveria ter e, por isso, é esse direito que aqui está, e por isso pensámos que, como não temos certezas absolutas, pedimos um Parecer Jurídico, e pensamos que a situação fica deste modo perfeitamente esclarecida, quer em termos de conforto para todos, quer em termos da votação das Atas. -----  
O que dizemos é que o Parecer Jurídico está aí disponível para ser consultado por todos, e por isso está à vossa disposição. -----  
Vamos iniciar o PAOD, Período de Antes da Ordem do Dia e por isso dava a palavra ao Senhor Deputado Rui Mendes Presidente da Junta de Freguesia de Silgueiros. -----  
----- UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SILGUEIROS RUI FILIPE MARQUES FERREIRA FELÍCIA MENDES (PPD/PSD): Bom dia a todos. – Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Dr. Mota Faria e restantes Membros da Mesa da Assembleia; -----  
Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Fernando Ruas, e na sua pessoa cumprimento todas e todos os Vereadores presentes; -----  
Excelentíssimas e Excelentíssimos Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Municipal; -----  
Excelentíssima e Excelentíssimos Presidentes de Junta de Freguesia; -----  
Elementos de apoio a esta Assembleia; -----  
Público presente; -----  
Diferentes Órgãos de Comunicação Social; -----  
Esta minha intervenção tem dois momentos: um deles será um Voto de Pesar e o segundo será um Voto de Reconhecimento. -----  
Assim sendo: -----  
Venho propor um Voto de Pesar pela memória do cidadão António da Silva Albino - o Sr. Albino, Presidente do Académico de Viseu Futebol Clube - falecido no passado dia 26 de maio. -----  
Era líder dos academistas desde 2006 e o sócio nº1 do clube viseense. -----  
O Homem, o Amigo, o Presidente. -----  
De ideias fortes e marcadas - quer se gostasse, quer não - foi o Presidente que, por mais de uma década, levantou um clube histórico e conduziu-o aos campeonatos profissionais, sempre levando o nome da Cidade de Viseu a ele associado. -----  
Um Homem com um sonho que não conseguiu concretizar: colocar o Académico de Viseu junto aos “grandes”, na primeira liga portuguesa. Esteve perto de o conseguir quando, na época de 2017-2018 conseguiu o terceiro lugar tendo ficado a 2 pontos dos lugares de subida. E quem não se lembra do feito histórico de se terem atingidas as meias-finais da Taça de Portugal em 2020 e da imagem da chegada ao Fontelo do Sr. Albino que, mesmo estando

internado no Hospital de Viseu, foi acompanhado por profissionais de saúde para ver o seu Académico e, principalmente, ver um estádio do Fontelo com lotação completa. -----  
Por tudo o que deu a uma Instituição Secular, por ter dignificado e levado o nome da Cidade de Viseu por todo este País, merece pelo menos da nossa parte um reconhecimento formal do quanto lamentamos a sua partida prematura e o quanto todos lhe devemos ser gratos pelo que deu de si ao Futebol, a toda a comunidade e à nossa cidade, Viseu. -----  
São homens como ele que devem ser lembrados e reconhecidos e cabe a nós sermos os mentores de tal. -----  
Exemplo de sacrifício, abnegação, altruísmo e honradez foram características que sempre pautaram a sua vida pessoal, profissional e desportiva. -----  
À família enlutada e aos seus amigos, endereçamos as maiores condolências de toda a família Academista. -----  
Os atos do saudoso Sr. Albino são de grandeza e labor únicos. Prestamos-lhe vénia. -----  
Assim sendo, proponho que se juntem num Voto de Pesar em memória do Sr. António da Silva Albino e que de tal se de conhecimento à sua família. -----  
Proponho, ainda, que a nossa singela homenagem se faça, também, com um minuto de silêncio em sua memória. -----  
Passo ao segundo momento: -----  
Minhas Senhoras e meus Senhores, -----  
A Vila de Silgueiros completou no passado dia 20 de junho 25 anos. -----  
São bodas de prata, são 25 anos de história, de desenvolvimento, de afirmação e de crescimento da Vila e da comunidade, que devem merecer da nossa parte carinho, atenção e reconhecimento. -----  
Assim venho propor um Voto de Reconhecimento à Vila de Silgueiros pelo seu 25º Aniversário. -----  
O dia já foi assinalado com elevação no passado dia 20, onde no salão nobre da Junta de Silgueiros pudemos, ao redor dos órgãos do poder local e municipal, apreciar intervenções de quem sabe da história da nossa Vila e de quem acompanhou esse facto histórico e de elevado significado para a população. -----  
E o que proponho não se trata de modéstia, ou de falta dela, até porque estou nestas funções há pouco tempo. Trata-se, sim, de reconhecer todo o trabalho realizado para que a elevação a Vila fosse possível, bem como reconhecer o trabalho de toda uma comunidade que para tal contribuiu. -----  
E importa recordar: -----  
Estava-se no ano de 1996 e presidia aos destinos da freguesia o Dr. António Carlos Lopes Coelho da Silva que cuidou de todos os pormenores burocráticos indispensáveis ao bom êxito desta pretensão. Era o Dr. Fernando Ruas que presidia a Câmara Municipal de Viseu, que tudo fez para consolidar a vontade. -----  
Assim e com estes esforços da Junta e da Câmara surgiu o projeto de lei respetivo, que teve o nº 255/VII/2. Foi da autoria do Dr. José Cesário (PSD), do Dr. José Junqueiro (PS), Dr. Miguel Ginestal (PS), Dra. Rosa Maria Albernaz (PS), Dr. António Galvão Lucas (CDS-PP), Dr. Mário Videira Lopes (PS) e deu entrada nos serviços competentes da Assembleia da República, em 20 de dezembro de 1996. -----  
De acordo com a legislação portuguesa, respondeu a Assembleia da República, depois de cumpridas todas as formalidades legais, com a sua Lei nº 86/97, de 24 de Julho, do teor seguinte: -----  
*A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164º, alínea d) e 169º, nº 3, da Constituição, o seguinte: Artigo único: A povoação de Silgueiros, do concelho de Viseu, é elevada à categoria de Vila. Aprovada em 20 de Junho de 1997. O Presidente da Assembleia da República, Dr António de Almeida Santos. Promulgada em 3 de Julho de 1997. Publique-*

*se. O Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio.* -----  
Esta aprovação foi feita por unanimidade dos partidos com assento na Assembleia da República, a saber: PS, PSD, CDS-PP, PCP e PEV. -----  
Desde então, Silgueiros adaptou-se a uma nova realidade. Usufruiu de investimentos, novas infraestruturas, mas conseguiu sempre manter vivas as suas tradições e a sua cultura, muito graças às nossas gentes (miúdos e graúdos) e aos agentes económicos que, todos juntos, fizeram e fazem crescer uma Vila, agora com 25 anos de existência e com muito orgulho no seu percurso. -----  
Assim sendo, peço que se juntem neste Voto de Reconhecimento à Vila de Silgueiros e aos Silgueirenses pelo seu 25º Aniversário e por todo o trabalho realizado em prol desta Freguesia. -----  
Muito obrigado. -----  
----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Em relação à discussão do Voto de Pesar e também da proposta de um minuto de silêncio, tenho duas situações que já foram colocadas. Temos outro Voto de Pesar, pelo Senhor Jorge Teixeira e há também um Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Junta de Freguesia Campo. Por isso, íamos discutir os diversos Votos de Pesar, dava a palavra para os dois outros Votos de Pesar e no final, iríamos, se assim o considerassem, iríamos fazer um minuto de silêncio pelos 3 Votos de Pesar que estão hoje aqui propostos. Íamos agora proceder à discussão do Voto de Pesar do Presidente do Académico de Viseu, o Senhor António da Silva Albino. -----  
Tem a palavra o Deputado João Caiado. -----  
----- **DOIS – O SENHOR DEPUTADO JOÃO ALBERTO CHAVES CAIADO RODRIGUES (PPD/PSD):** Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, as Senhoras Secretárias, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, cumprimento também os Elementos desta Assembleia e todos os presentes. ----  
O Senhor Albino, como todos sabemos, foi vítima de doença prolongada. -----  
Foi Presidente do Académico de Viseu Futebol Clube e Administrador da SAD. -----  
Foi Presidente desde 2006, e entregou-se de alma e coração lutando para dignificar o clube e a cidade. -----  
Deixou uma enorme marca enquanto dirigente do clube, que conduziu à 2ª Liga nacional. -  
Enquanto empresário foi também um homem empreendedor. -----  
Na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Futebol de Viseu, acompanhamos esta Assembleia, na aprovação do Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. António da Silva Albino. -----  
Dar conhecimento à família, ao Clube Académico de Viseu e à SAD. -----  
----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Tem a palavra o Deputado João Paulo Rebelo. -----  
----- **TRÊS – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, caros Membros desta Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores. -----  
Eu, se estivesse de acordo Senhor Presidente, enfim, faria aqui também um comentário em nome da Bancada do Partido Socialista ao Voto de Pesar do Senhor Albino. -----  
- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* É o que está em discussão Senhor Deputado, é o Voto de Pesar em discussão. -----  
- *O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo:* Pronto, muito bem. É que ia-me propor depois apresentar logo o outro Voto de Pesar, mas então, sendo assim... bom, é evidente que a Bancada do Partido Socialista acompanha este Voto de Pesar. Enfim, já aqui tudo foi dito, mas também nós, evidentemente, reconhecemos

a abnegação e a dedicação. Isto que ainda agora aqui foi dito pelo Professor Caiado, entregar-se de alma e coração, eu diria que é literalmente, e todos nós aqui o sabemos, que era literalmente de alma e coração, era um homem que vivia e viveu o Académico de Viseu de facto como poucos, e naturalmente que este concelho, eu diria mesmo mais, a região, desse ponto de vista tem que lhe prestar este devido reconhecimento. Eu muito particularmente pelas funções que exerci, como sabem, de Secretário de Estado do Desporto, tive a oportunidade de lidar por diversas vezes com o Sr. Albino e, portanto, sou uma testemunha viva justamente dessa sua dedicação. Acompanhamos naturalmente com reconhecimento este Voto de Pesar que foi apresentado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Silgueiros. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Mais algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo mais nenhum pedido do uso da palavra, íamos proceder à votação deste Voto de Pesar em memória do cidadão António da Silva Albino. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade.* -----

Tem a palavra agora o Deputado João Paulo Rebelo. -----

----- **QUATRO – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):**

Bom, renovo os cumprimentos, naturalmente. -----

Na passada terça-feira, dia 21 de junho, Viseu perdeu um cidadão notável que esta Assembleia deve homenagear e enaltecer. -----

Manuel Jorge Dias Teixeira, conhecido como Jorge Teixeira, foi um cidadão que deu à nossa cidade, concelho e região, o seu melhor seja como gestor e empresário, seja como gestor público, seja como autarca, imediatamente a seguir ao 25 de Abril de 1974. -----

Nascido em Espinho a 15 de fevereiro de 1942 radica-se ainda criança com a sua família em Viseu. No meio de uma numerosa família inicia os seus estudos na nossa cidade e cedo manifesta um interesse e preocupação para o bem público e coletivo. -----

Ainda jovem envolve-se politicamente e vive atento à realidade política nacional e internacional, participa ativamente na campanha do General Humberto Delgado juntando-se assim à oposição democrática ao antigo regime. -----

No seu percurso cívico e político abraçou o Partido Socialista constituindo-se como seu fundador, local e regional, ao lado de nomes como o de Álvaro Monteiro, advogado e deputado, Luís Almeida Henriques, radiologista, Adolfo dos Reis Amaro, comerciante, João Lima, advogado e governante, José Júlio Miranda da Costa, metalúrgico, António Lúcio Rodrigues, professor, Flórido Adolfo da Silva Marques, bancário e deputado constituinte, Armando Lopes, advogado, deputado e governante, bem António Costa, jurista e deputado, entre outros nomes ilustres como o do Eng. e Coronel Manuel de Almeida, Governador Civil de Viseu. -----

Foi como empresário, comerciante e destacado responsável da Garagem Lopes, empresa de grande prestígio e peso na economia local e regional, que se deu a conhecer profissionalmente. -----

Depois da revolução do 25 de Abril de 1974, integrou a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Viseu, presidida pelo Eng. Lino Moreira Rodrigues que reconhece a Jorge Teixeira a capacidade, competência e também o bom senso para, num período muito conturbado, ajudar a gerir o município, evitando agudizar relações políticas naturalmente tensas ainda no chamado Processo Revolucionário em Curso. -----

Haveria muito para referir do que nesses mais de dois anos o dedicado Jorge Teixeira preconizou para a nossa cidade mas a título de exemplo não posso deixar de referir a sua ação determinante para que a Rua Formosa se transformasse numa via exclusivamente pedonal com todo o impacto que daí adveio para o desenvolvimento comercial e até afirmação de Viseu como cidade comercial, bem como nesses anos a animação cultural de



qualidade na cidade e na Feira de S. Mateus têm a sua impressão digital dado que tinha a responsabilidade desses pelouros. -----

Foi por esta altura também um entusiástico defensor do Centro Histórico ser candidato a Património da UNESCO e muitas gerações lhe estão gratas (e aqui particularmente me incluo) por horas de imenso prazer que a leitura na saudosa Biblioteca Infantojuvenil no Parque Aquilino Ribeiro lhes proporcionou. -----

Amigo pessoal de Mário Soares, cuja liderança e condução política sempre apoiou na primeira linha, tendo sido inclusivamente seu diretor de campanha no distrito de Viseu nas duas eleições presidenciais que venceu, fez da intervenção pública uma tribuna em defesa da democracia, do Estado de Direito Democrático, da liberdade e pluralismo políticos. Orador culto e inteligente, participou intensamente na vida pública e no movimento associativo. -----

Nos anos 90 deixou ainda a sua marca na Comissão Vitivinícola do Dão, a que presidiu, sendo no seu consolado que a transferência para o atual Solar do Dão, em parceria e cooperação com a Câmara Municipal de Viseu, se efetiva. -----

Quando escrevia este texto lembrei-me de um testemunho que o Jorge Teixeira escreveu para uma publicação de homenagem ao Eng. Lino Moreira Rodrigues e revisitei, fui revisitar esse texto. -----

No seu testemunho, no testemunho de Jorge Teixeira, ele começa com uma citação do poeta Boris Pasternak em que diz: “Viver é mais que atravessar um campo”. -----

Mais à frente refere Jorge Teixeira, e agora cito: “Num tempo em que o cinzentismo e a desmobilização militante fazem descrer tantos da superioridade moral da democracia, ainda que, por vezes pareça que a política espetáculo e a obsessão mediática, engolem valores, promovem “papagaios” e subestimem a mensagem, a boa nova da fraternidade e solidariedade, se soubermos ler os sinais dos tempos e sermos seus mensageiros, será, hoje como ontem, o futuro que queremos construir.” fim de citação. -----

Estas palavras, que foram escritas por Jorge Teixeira há quase 30 anos atrás, além de se manterem bem atuais, sobretudo refletem o carácter e humanismo de Jorge Teixeira. -----

Se mais à frente ele conclui que, volto a citar “Lino Moreira Rodrigues plantou e a todos compete fazermos florescer a semente...” -----

Também nós achamos que Jorge Teixeira fez mais que atravessar um campo e, por isso, o Partido Socialista vem propor a esta Assembleia um Voto de Pesar. -----

Voto de Pesar: -----

Neste momento de profundo pesar, após a sua partida, a Assembleia Municipal de Viseu manifesta à sua esposa, Maria José, aos seus filhos, netos e amigos, a sua solidariedade e admiração pelo cidadão civicamente comprometido que foi Manuel Jorge Dias Teixeira. ---

Mais propõe o Partido Socialista que seja pela Comissão de Toponímia o seu nome considerado para constar de uma rua da nossa cidade e assim o seu legado permaneça uma referência. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Por isso, está em discussão este Voto de Pesar e toda a proposta, inclusivamente a sugestão proposta para a Comissão de Toponímia. -----

Tem a palavra o Deputado Pedro Alves. -----

----- **CINCO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, um bom dia a todos. -----

Em primeiro lugar, naturalmente que o PSD se vai associar ao Voto de Pesar, embora não tenhamos convivido da forma tão estreita como os membros do Partido Socialista, naturalmente que reconhecemos o trabalho que fez para a comunidade em diversas matérias, e por isso, merece da nossa parte total reconhecimento pela forma como viveu

empenhado na nossa comunidade e a bem do nosso concelho, e, também, naturalmente vamos acompanhar a proposta, como tantas outras, mas caberá também depois à Comissão de Toponímia fazer a avaliação em função da oportunidade e da disponibilidade para que seja atribuído o nome a uma das vias da cidade. É só. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Não havendo nenhuma intervenção colocava à votação este Voto de Pesar. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade*. -----

O Senhor Presidente de Junta do Campo que também tem um Voto de Pesar. -----

----- **SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO CAMPO CARLOS ALBERTO DOS SANTOS LIMA (PPD/PSD):** Muito bom dia a todos e a todas. Senhor Presidente desta Assembleia, Digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente. Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, caros e cara Colega Presidentes da Junta, Senhores Deputados, Comunicação Social, restante Público. -----

Aproveito para fazer a minha intervenção, mas antes disso, naturalmente numa missão particularmente mais difícil, e, antes, da minha intervenção propriamente dita, proponho a um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Armando dos Santos Caiado, que foi Presidente da Junta do Campo entre 1977 e 1979 e entre 1983 e 1994. -----

Um conhecedor do território com uma visão progressista, esteve intimamente ligado às grandes transformações na Freguesia do Campo, nomeadamente à criação de novas e consolidadas ligações entre as povoações e muita infraestruturação que muito contribuiu para a significativa melhoria das condições de vida das populações assim como na afirmação do Campo como uma das maiores freguesias do concelho. -----

Empreendedor e cidadão ativo, deu muito do seu tempo à causa pública e deu mostras que tinha apego sincero à sua terra e às suas gentes. -----

Foi o primeiro presidente da Junta que conheci pessoalmente, era ainda eu muito jovem. -- O Sr. Armando Caiado é e era também meu tio e presença assídua no dia a dia das nossas famílias. -----

Quis o destino que hoje seja eu a desempenhar a função que ele tanto abraçou e espero sinceramente fazer jus ao seu legado como autarca. -----

Fica a saudade e as boas lembranças. As nossas sinceras condolências a toda a família em especial à mais próxima. -----

Proponho por isso, um minuto de silêncio em sua memória. -----

Irá hoje exatamente a sepultar às 15 horas na Freguesia do Campo. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Presidente de Junta, a seguir dava-lhe a palavra para a intervenção. -----

Em relação a este Voto de Pesar do ex-Presidente da Junta de Freguesia do Campo Armando dos Santos Caiado algum dos Senhores Deputados quer intervir? Tem a palavra o Deputado João Paulo Rebelo. -----

----- **SETE – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** Senhor Presidente, naturalmente que o Partido Socialista se associa também a este Voto de Pesar, aliás, saudoso Presidente de Junta que recordo e que recordamos, e que muitos de nós aqui nesta Assembleia seguramente reconhecem também, no fundo as referências que Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo ainda agora aqui deixou, mais um cidadão dedicado, eu confesso aqui algum embargo de palavras porque já não me recordava de numa Assembleia Municipal termos uma sucessão de Votos de Pesar como hoje, são três, não deixa de, enfim, constituir também aqui um certo momento triste, mas por outro lado é algo que também é preciso relevar, é que Viseu tem de facto muitas pessoas que se dedicam à causa pública, ao bem comum, e isso também nos deve naturalmente entusiasmar e fazer ver as coisas por esse lado positivo, por essa perspetiva. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Obrigado Senhor Deputado. Em relação a este Voto de Pesar em relação ao cidadão Armando dos Santos Caiado: quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade*. -----  
Íamos agora então guardar um minuto de silêncio em memória de: -----  
António da Silva Albino; -----  
Manuel Jorge Dias Teixeira; -----  
Armando dos Santos Caiado. -----  
**Guardou-se um minuto de silêncio.** -----

Agora, ainda em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Silgueiros, temos aqui um Voto de Reconhecimento pela elevação a Vila de uma grande Freguesia do nosso concelho e que de uma forma até consensual reuniu várias forças políticas, vários Deputados de três forças políticas locais na sua propositura. É uma grande freguesia e por isso, temos aqui a proposta do Voto de Reconhecimento que está em discussão. -----

Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra sobre este Voto de Reconhecimento? Não havendo nenhum pedido coloco à votação: quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade* o Voto de Reconhecimento dos 25 anos da elevação de Silgueiros a Vila. -----

Tem a palavra ... não sei se o Deputado João Paulo Rebelo quer intervir, tinha-se inscrito ... então tem a palavra o Deputado Pedro Alves. -----

----- **OITO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD)**: Reitero os cumprimentos. Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

Eu venho aqui trazer dois assuntos que esta semana fizeram eco na Comunicação Social. --  
O primeiro assunto que trago a esta Assembleia prende-se com aquele incidente que houve relativamente a uma dupla inauguração de uma estrada no Concelho de Penalva do Castelo. O Grupo Municipal aqui do PSD, em relação a este assunto vem manifestar algum repúdio porque é um episódio que em nada dignifica todos aqueles que exercem funções autárquicas. Primeiro porque todos nós devemos perceber que o nosso Presidente da Câmara para além de representar a Câmara no processo de gestão, representa-nos a nós todos enquanto visenses, e simultaneamente enquanto Presidente da Câmara é o Presidente da Comunidade Intermunicipal que por sua vez é eleito por todos os Presidentes de Câmara que compõem esta Comunidade. Foi por isso com alguma estranheza ou não que assistimos a esta dupla inauguração de uma estrada. E, o que é que a nós enquanto partido e Grupo Municipal nos parece que não estava devidamente enquadrado? É que este desrespeito que existiu em relação à figura do Presidente da Comunidade Intermunicipal foi acompanhado por um conjunto de personalidades do Partido Socialista. Aquilo mais parecia uma festa do Partido Socialista paga com dinheiros públicos, uma espécie de saudosismo que havia das festas que se realizaram no tempo do José Sócrates e como durante estes 6 anos não se fez rigorosamente nada em termos de investimento público na Região de Viseu, aproveitam o dinheiro público para fazer umas festarolas para comemorar com os amigos. Mas, o grave disto Senhor Presidente, e aqui gostava de lhe perguntar Senhor Presidente da Câmara, era ter visto também presente o Vice-Presidente da CCDR nessa inauguração, e, eu gostaria de saber se há algum investimento público ou público-comunitário para a concretização dessa obra, porque ao que sabemos foi feito um contrato interadministrativo entre os dois municípios e a verba é meramente municipal. A não ser eu gostaria de saber qual a razão para que o Vice-Presidente da CCDR estivesse presente nessa reunião e se o Senhor Presidente foi informado dessa participação da CCDR numa putativa e de segunda inauguração? Saber efetivamente quem é que financiou? Se há valores da CCDR ou não? E, depois um outro assunto que trago aqui porque é público, prende-se com a questão das

águas: Senhor Presidente, nós tivemos um problema sério em ano de seca, em 2017 e temos perfeita consciência de quais são os riscos e as necessidades do concelho relativamente ao abastecimento de água, mas, recentemente, e porque veio a Reunião de Câmara e também está na Comunicação Social, fomos informados que, afinal, para além daquela proposta que havia da constituição de uma associação intermunicipal, supramunicipal para a gestão da água, seja em alta, seja em baixa, houve agora uma nova propostas das Águas entre Douro e Paiva. O que nós precisamos de saber nesta Assembleia Senhor Presidente, é afinal como é que se vai resolver o problema da água? Aquilo que melhor defenderá os interesses dos viseenses, ou seja, nas relações custo/benefício e sustentabilidade, e nas relações de qualidade e rapidez na resolução do problema. Nós não podemos andar aqui desde 2016 a entreter, e peço desculpa, a entreter com soluções quando na prática não trazemos para cima da mesa nenhuma proposta concreta que nos permita tomar uma decisão mais habilitada sobre aquilo que é a defesa do interesse público, mas temos consciência de uma coisa no PSD, a água tem que continuar a ser um bem público e tem que ser garantido o acesso nas melhores condições e com os melhores preços. E, nesse sentido Senhor Presidente gostaria que nos fosse então aqui informado sobre quais são as propostas que estão em cima da mesa para que os viseenses tenham noção exata de quem é que está a defender o interesse público e o interesse dos viseenses e que não tem nada escondido debaixo da manga, ou debaixo da mesa. Senhor Presidente, este é um problema sensível que nesta Assembleia tem vindo a ser debatido ao longo dos anos e nunca tivemos a oportunidade de o fazer de uma forma mais transparente e objetiva, e é isso que pedimos que, quando este assunto puder ser discutido desta forma, que o façamos da melhor maneira, mas para já que nos esclareça desta nova solução, ou desta nova possibilidade que foi apresentada aos viseenses que é, a possibilidade de termos um abastecimento feito através das Águas do Douro e Paiva. -----  
Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

----- **NOVE – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS):** Senhor Presidente, o motivo da minha intervenção na verdade são dois. O primeiro é que não podia deixar de comentar esta primeira parte, ou este primeiro tópico que o Senhor Deputado Pedro Alves aqui trouxe relativamente à suposta reinauguração ou segunda inauguração da estrada. Vamos lá ver: eu ainda há pouco lia aqui uma passagem a propósito, da intervenção que fiz do Jorge Teixeira, que quase que me apetece reler. Nos tempos de desmobilização militante em que, “por vezes pareça que a política espetáculo e a obsessão mediática, engolem valores, promovem papagaios e subestimam a mensagem”, quer dizer, vamos lá ver: eu acho que nós devemos todos situar-nos um bocadinho no que são os *fait divers* que não interessam rigorosamente nada para o que é, digamos, o essencial com que nos devemos concentrar, como resolver os problemas das pessoas, criar melhores condições de vida e no fundo promovermos o progresso e bem-estar para todos. Tanto quanto me parece, e admito, enfim, estou aqui também para discutir as coisas, não estou a querer aqui coartar a palavra a ninguém ou a expressão a ninguém. A informação que tenho a propósito, é que há um cidadão que resolveu pagar um lanche quando uma determinada coisa acontecesse, e isso aconteceu. O cidadão tanto quanto sei, infelizmente já não se encontra até entre nós, mas quiseram-lhe fazer, enfim, essa vontade, e de facto há um conjunto de socialistas, há um conjunto de pessoas amigas que se juntaram numa circunstância ... -----

*Alguns Senhores Deputados reagem dos seus lugares não sendo perceptível na gravação o que foi dito.* -----

*- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo: nunca aconteceu? Quer dizer, nunca se juntou numa freguesia a comemorar uma coisa qualquer?*

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia que não houvesse diálogo. Senhor Deputado, depois dou-lhe a palavra. -----

- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo: ouça, eu estou Senhor Presidente a transmitir ... agora queremos alimentar um *fait divers*, não é mais do que isso, um *fait divers*, porque alguém entretanto resolve ... reparem uma coisa: uma inauguração de uma estrada que tanto quanto sei também deu-se a quilómetros da dita estrada, deu-se a quilómetros da dita estrada porque aquilo foi num outro local. Pronto, enfim, há uma evocação que é feita a uma obra que foi efetivamente concluída e que foi inaugurada pelo Senhor Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, justamente e muito bem. Bom, podem querer continuar aqui a entreter-se muito à volta disso, eu estou mais interessado em discutir agora a segunda parte da intervenção do Senhor Deputado Pedro Alves, para dizer o seguinte Senhor Presidente: o Senhor da Câmara Municipal no seu ponto, no ponto seguinte, no ponto das informações faz referência à questão ... -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Não interrompa Senhor Deputado. Não pode interromper. No final tem a palavra. -----

- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo: é justamente sobre a condução dos trabalhos que eu venho aqui fazer a proposta. Como o Senhor Presidente no ponto de hoje das informações faz referência a esse tema, e como o Partido Socialista já tinha intenção de questionar e intervir sobre esta matéria, a minha sugestão, ou melhor, aquilo que aqui venho dizer é: se nós queremos no Período de Antes da Ordem do Dia fazer o debate sobre matéria tão relevante para os viseenses, enfim, condicionados que estamos aos tempos e ao Período de Antes da Ordem do Dia, ou a minha sugestão é que possamos no ponto das informações, enfim, discutir essa matéria convenientemente e com os tempos adequados também. Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhor Deputado, eu vou dizer uma situação: há como é óbvio total liberdade, e a liberdade aqui de reconhecer o tempo em que pode ser feita a discussão, temos que dar pelo menos o mérito da avaliação ao Senhor Presidente da Câmara, mais do que a qualquer um dos Senhores Deputados, e por isso compete ao Senhor Presidente da Câmara decidir onde vai dar a informação, por isso deixamos essa situação, não a sugestão de um Deputado ou de outro, é ao Senhor Presidente da Câmara que compete definir onde deve dar resposta e proceder a essa discussão. -----  
Tem a palavra o Senhor Deputado. -----

----- DEZ – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD): Senhor Presidente, a minha primeira palavra é sobre a condução dos trabalhos. Eu vim fazer uma intervenção sobre dois pontos específicos, não apresentei nada, rigorosamente nada à discussão, e por isso eu não compreendo a condição na qual foi feita a intervenção do Senhor Deputado João Paulo Rebelo. Não compreendo! Não faz sentido, ou então esgotou o tempo de intervenção do Partido Socialista e por aqui tudo bem. Agora, e função da abordagem que me foi feita, quero lavrar aqui um protesto relativamente ao assunto que trouxe aqui da inauguração. Eu quero manifestar total solidariedade ao Senhor Presidente da Câmara por tudo aquilo que fez e a forma como colocou a questão, inclusive de colocar à disposição, (eu, Grupo Parlamentar do PSD) o lugar na CIM. Esta visão um bocadinho platónica ou idílico romântica da gestão dos dinheiros públicos, eu não aceito, porque isto aqui não foi um amigo, e nós sabemos que não foi só um convite nem foi só uma instituição, e não foi um sonho de um senhor que morreu, foi dinheiro público que foi gasto, e se o dinheiro público foi gasto tem que ser escrutinado, e não é para os amigos como aqui foi dito, e infelizmente foi dito desta maneira. Foi aqui assumido que foram lá os amigos do amigo que tinha o sonho e que foi pago com dinheiros públicos, ainda é mais grave. Mais valia não ter sido dito isto. A verdade é que foi para cumprir um sonho de uma pessoa que tinha a vontade de fazer um lanche quando a estrada estivesse feita. Isto é uma doidice, isto

é uma loucura, o dinheiro público não serve para fazer lanches dos sonhos dos amigos de não sei quantos, e, por isso Senhor Presidente mais se justificou então a intervenção que fiz, e a solidariedade manifestada pelo PSD em relação à posição do Senhor Presidente da Câmara e da CIM. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Senhor Deputado, como não poderia deixar de ser a Mesa tem a abertura em termos de interpelação de Mesa, e, por isso, a sua intervenção também não tinha consistência agora em fazê-la. A Mesa teve toda a abertura em relação ao protesto que foi esta a situação que entendemos em que interveio, entendeu como um protesto, e ali utilizou a interpelação da Mesa e nós entendemos também que era um protesto em relação à sua intervenção, por isso, em relação à condução dos trabalhos tivemos dois protestos em relação à situação, e, por isso, eu próprio em relação a esta situação tenho a minha opinião, mas, como é óbvio reservo-me para ouvir o Senhor Presidente da Câmara. -----

Tem a palavra a Senhora Deputada Amélia Maria da Silva Soares. -----

----- **ONZE – A SENHORA DEPUTADA AMÉLIA MARIA DA SILVA SOARES (CHEGA)**: Excelentíssimos Senhores da Assembleia, Digníssimos Viseenses, Senhoras e Senhores, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara. -----

Cumprindo com os seus deveres na representação dos cidadãos, não só aqueles que prudentemente nos elegeram, mas de igual forma todos os demais que nos merecem o mesmo respeito e consideração, o Partido CHEGA vem apresentar publicamente a sugestão de abertura do Hospital CUF em Viseu, em horário alargado para o reforço do sistema de saúde distrital. Sabemos que se trata de índole privada, mas no momento crítico que se vive em termos de Serviço Nacional de Saúde (SNS) achamos pertinente. -----

Mais uma vez afirmo, não se pode ignorar a situação que se vive atualmente na saúde e precisamos prevenir/antecipar o aumento do fluxo da população que leva à procura dos serviços nos próximos meses. Precisamos de saber responder aos Viseenses e ao distrito. --- Solicitamos, ou seja, deixamos então, a solicitação importante num momento tão grave que Portugal atravessa para que a autarquia faça uma intervenção à CUF nestes dias complicados para o Sistema Nacional de Saúde e com aproximação dos turistas, deixamos então aqui a nossa sugestão, e para manter o horário noturno a funcionar para além da meia noite, um horário alargado. -----

Posso continuar? -----

- **O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo**: Eu só queria dizer-lhe que tem um período e que tem três Moções aqui. Já foi discutido isso, é dentro do período que tem. -----

- **A Senhora Deputada Maria Amélia da Silva Soares retoma a sua intervenção dizendo**: então diga-me se posso avançar ou não? -----

- **O Senhor Presidente da Mesa intervém novamente dizendo**: pode, pode. -----

- **A Senhora Deputada Maria Amélia da Silva Soares prossegue a sua intervenção dizendo**: Mais uma vez, Senhor Presidente da Câmara e restantes presentes. -----

Não me voltem a perguntar porque razão defendemos a prisão perpétua, quando o fizerem vou mostrar a foto desta criança Jéssica de Setúbal que na semana passada todos vimos, e não respondo mais. -----

Neste país há muitas Jéssicas... -----

Face a estas graves situações que infelizmente têm aparecido e sendo uma constante, quanto mais pessoas e instituições estiverem alerta, talvez seja melhor para ajudar e denunciar estes casos. Temos a certeza que pode melhorar/atenuar estas situações gravíssimas. -----

propomos: -----

Uma linha directa ao munícipe, criada pela câmara, para receber denúncias de maus tratos a crianças, idosos e desvalidos. -----

Solicitamos então uma linha disponível diariamente para esses fins. -----

Obrigada. -----  
... não sei se... então? -----  
- *O Senhor Presidente da Mesa intervém novamente dizendo:* A Senhora Deputada é que sabe, porque é assim: são quatro páginas, só se quiser fazer um resumo. -----  
- *A Senhora Deputada Maria Amélia da Silva Soares retoma a sua intervenção dizendo:* pronto. Isto tem a ver com o Comércio Local, é um tema que me apraz bastante e então temos aqui algumas propostas. Isto é uma ajuda, sabemos que o Senhor Presidente da Câmara já falou sobre este assunto e que está em cima da mesa, no entanto nunca achamos que seja demais falar e lembrar: -----  
Começar por digitalizar o comércio local, o projeto assume como objetivo “a digitalização dos operadores e agentes económicos e dos seus modelos de negócio, a promoção do comércio em linha e da integração digital das cadeias de abastecimento e escoamento, sendo de grande importância para o crescimento do comércio e da economia local”. -----  
Relativamente ao estacionamento sabemos que é um problema grave relativamente ao comércio. -----  
Propomos que haja um acordo, um protocolo entre o Parque de Estacionamento na Santa Cristina com duas horas de isenção a todas as pessoas que fazem compras e que façam prova disso, tenham um benefício de 2 horas. -----  
Já sabemos, e já falaram nisso das Lojas Âncora, vou passar à frente. -----  
Solicitamos também a abertura de espaços comerciais, permitindo novos investidores e investimentos aproveitando os locais encerrados na Rua Direita, e que são neste momento 29, (são imensos) com uma oferta/compromisso de isenção de renda durante os primeiros 3 primeiros anos, onde poderão haver (Bares, esplanadas, restaurantes típicos, arte, atelier, onde os Viseenses possam acabar o dia e iniciar a noite. -----  
- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* A Senhora Deputada, eu tenho aqui algum problema porque são 10 pontos, ou 9 pontos. -----  
- *A Senhora Deputada Maria Amélia da Silva Soares intervém dizendo:* já acabei? É isso? ---  
- *O Senhor Presidente da Mesa intervém novamente dizendo:* não! Eu fazia uma proposta que em relação às duas propostas que era discuti-las, ou seja, discutir as Moções anteriores, e esta Moção, se considerasse e se permitisse, como já não tem tempo, faríamos chegar esta Moção como Recomendação à Câmara Municipal. Se entendesse e estivesse de acordo, nós faríamos chegar esta Moção como uma Recomendação e sugestão da parte do CHEGA à Câmara Municipal, e colocaríamos à discussão as duas outras Moções que já apresentou, e que de algum modo já estão num contexto relativamente diferente, está bem? Eu só queria aqui transmitir esta situação que é assim: a Moção que aqui coloca, e bem, sobre uma preocupação em relação às situações que vivemos hoje enquadra-se naquilo que nós entendemos que é uma Recomendação à Câmara Municipal, certo? Não podemos estar aqui a decidir pelo Órgão Executivo. -----  
A outra situação também é uma situação que deixaria também à consideração, e daremos a palavra a todos, é uma situação sobre a CUF, e a Mesa já tinha, e deixaria isto já em cima da mesa, a Mesa já tinha conversado entre nós no sentido de, perante os problemas da saúde, e os problemas da saúde não são só em termos do que se passa em Lisboa, também aqui se passa, e por isso, também, já tinha previsto propor aos Grupos Municipais, e a Mesa vai ter essa iniciativa, de solicitar uma audiência a todos os serviços de saúde do concelho, aos responsáveis dos serviços de saúde, e, por isso, é uma iniciativa, se os Membros dos Grupos Municipais quiserem estar de acordo de nos acompanharem, e dentro disto, é esta a situação. Não pode é, do meu ponto de vista, sensibilizar uma entidade privada, não pode estar a solicitar a uma entidade privada que alargue sem saber se há problemas na entidade pública, ou seja: se a capacidade de resposta do SNS nomeadamente do Hospital de S. Teotónio está ou não esgotada a sua capacidade de resposta, e por isso, faz sentido a reunião

com o Hospital CUF, faz sentido com a Casa de Saúde S. Mateus, não há problema nenhum em relação a isso, mas, depois de termos uma reunião com o Hospital de S. Teotónio, ou seja, com o Conselho de Administração do Hospital de S. Teotónio se estiver de acordo. Entendemos que o que aqui apresentou se enquadra numa situação, de Propostas de Recomendação, ou seja, no fundo são propostas de Recomendação. Se a Senhora Deputada estiver de acordo, acho que poderemos passar... era já uma situação que a Mesa tinha falado perante os problemas de saúde, passar a uma reunião de trabalho com as entidades, mas deixaremos isto à discussão. Tem a palavra a Senhora Deputada. -----

----- **DOZE – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA MARIA DE ABREU VILHENA (BE):**

Bom dia respeitosamente à Mesa e a todas as pessoas. -----  
É só para dizer uma simples palavra. É uma vergonha que numa Assembleia Municipal se proponha o alargamento do Hospital privado, sem se ter uma palavra para o Serviço Nacional de Saúde. De facto, depois da pena de morte, que venha a proposta para o apedrejamento público sem julgamento. É de facto vergonhoso. Obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Mais algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Senhor Deputado Pedro Alves. -----

----- **TREZE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES**

**(PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente. Dizer que, as propostas que aqui foram trazidas foram entendidas por nós também como Recomendação, não foi de outra natureza, tanto mais que não é competência municipal, nem sequer acompanhámos o processo de descentralização aceitando as competências na Área da Saúde, quanto mais agora fazer a gestão daquilo que é uma resposta privada. Não nos compete a nós gerir os recursos dos outros. Compreendemos, contudo, é que se calhar está subjacente a esta proposta alguma preocupação com as respostas com acesso à saúde por parte dos munícipes de Viseu, e aí já acompanhamos a preocupação da mesma forma que queremos manifestar se a Mesa mantiver esta proposta de fazermos aqui um conjunto de reuniões com as diferentes entidades que gerem a saúde, que dão respostas em saúde no Concelho de Viseu independentemente do público ou do privado no sistema de saúde que está instalado em Viseu e que seja aquele que melhor corresponde aquilo que são as necessidades dos viseenses, o Grupo Parlamentar do PSD acompanhará essa pretensão da Mesa, quanto à outra proposta naturalmente também que compreendemos a preocupação com tudo o que é vítima, aliás, a Câmara Municipal vai trazer a esta Assembleia também um plano que tem a ver com a igualdade de género, com um conjunto de preocupações, há um estudo, um levantamento feito com todas estas questões de injustiças e de preocupações, por isso, nesse sentido compreendemos a preocupação que aqui apresenta, mas caberá também à Câmara Municipal fazer a gestão dessa proposta. Obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Mais algum Senhor Deputado... Deputado João Paulo Rebelo. -----

----- **CATORZE – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO**

**(PS):** Ó Senhor Presidente, nós não tínhamos intenção de intervir sobre esta questão que aqui foi sugerida pela Senhora Deputada do CHEGA relativamente à CUF e aos alargamentos de horários, porque entendemos de tal forma descabido e portanto, enfim, totalmente desadequado e de uma falta de entendimento do que são as competências desta Assembleia e até do mundo em geral na medida em que, enfim, não íamos comentar. Eu só me levantei para comentar porque o Senhor Deputado Pedro Alves agora disse: subentende-se... eu não subentendo nada, porque a proposta é clara e não há nada ali para subentender relativamente aos problemas de saúde, esses naturalmente estamos muito interessados em discutir, acompanhamos evidentemente a iniciativa da Mesa para reunir com os responsáveis da saúde, agora, não se subentende nada ali que não tenha sido uma proposta para a Assembleia Municipal de Viseu vir propor a um grupo privado o alargamento, enfim,



é como... a seguir vamos tratar dos horários dos bares e dos cafés, e sugerir também aos mesmos a mesma coisa. Bom, muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra para a intervenção final a Deputada Amélia Soares. -----

----- **QUINZE – A SENHORA DEPUTADA AMÉLIA MARIA DA SILVA SOARES (CHEGA):** Peço desculpa, cada um interpreta como quer. Nem fiz apelo sequer à pena de morte, disse que era a favor da prisão perpétua, e relativamente a essa situação, é uma preocupação sem dúvida com Viseu e com os Viseenses, e é por isso que estamos aqui, é para resolver um problema de Viseu e dos viseenses. -----

A minha falta de facto de experiência na política, reconheço-o, é verdadeira, sem dúvida, mas também não tenho vícios. Com licença. Obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Só para dizer então, que, se estiver de acordo nós iríamos transformar as 3 Moções em Recomendações, em Propostas de Recomendação à Câmara. Têm a ver com uma linha direta para receber denúncias de maus tratos a crianças, idosos e desvalidos, tem a ver com uma situação que já aqui foi referida, da CUF e também com a dinamização do comércio da zona histórica da cidade. Fazemos chegar à Câmara Municipal como Propostas de Recomendação. Está bem? -----

Tem a palavra então o Presidente da Junta de Freguesia de Viseu Diamantino Santos. -----

----- **DEZASSEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Muito bom dia a todas e a todos. Começo por cumprimentar, e dentro daquilo que é protocolar, o Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Colegas Presidentes de Junta de Freguesia, Público em geral, Comunicação Social e os Funcionários também desta casa. -----

A minha intervenção antes do Período da Ordem do Dia tem a ver com eventos culturais recentemente sucedidos na nossa cidade e também no nosso concelho. Permitam-me a leitura: todas estas manifestações, nomeadamente manifestações culturais de cariz popular são eventos culturais genuínos e que evidenciam e valorizam o sentir do nosso povo, valorizam a nossa identidade, os usos e os costumes, contribuindo para a coesão territorial, que se pretende. -----

Após dois anos em que a pandemia nos isolou, voltámos todos a sentir a força e a magia das festas populares, como foram: a Festa das Freguesias, as Marchas dos Santos Populares, as Cavalhadas de Teivas e de Vildemoinhos. -----

Manifestações ancestrais algumas delas, outras mais recentes, evidenciaram-nos quão desejosos estávamos que elas acontecessem, como demonstram a arte e o engenho, o saber e a qualidade de todas quantas nelas participaram. -----

Estamos todos de parabéns. -----

Provámos que Viseu faz bem e que os Viseenses valorizam estas tão genuínas e nossas, manifestações culturais de raiz popular. -----

Uma referência muito especial ao cortejo secular, das Cavalhadas de Vildemoinhos. -----

Um exemplo para todos nós, da resiliência do povo Trambelo, que após dois anos em que reinventaram as Cavalhadas, voltaram até nós, com todo o empenho e criatividade, corporizando um desfile bem organizado, onde a criatividade e sentido estéticos não faltaram, evidenciando mais uma vez a beleza do cortejo e engalanando a nossa cidade, provocando também a maior enchente humana, na nossa urbe, num só dia. -----

Com os seus manjericos, perfumaram as ruas da nossa cidade, foram capazes de nos envolver, enchendo-nos de orgulho e alegria contagiante, trazida já da noite anterior, a noite de S. João, na vetusta aldeia de Vildemoinhos. -----

**As Cavalhadas de Vildemoinhos, são sem dúvida alguma uma marca indelével da nossa identidade e património culturais. -----**

**Porque justo, os membros desta Assembleia Municipal, do Partido Social Democrata, propõem a esta Assembleia um Voto de Louvor à Associação das Cavalhadas de Vildemoinhos, ao povo Trambelo e às Cavalhadas de Vildemoinhos, edição de 2022, voto esse Senhor Presidente permita-me que leia e vou tentar ser um pouco mais rápido. -----**

**Louvor às Cavalhadas de Vildemoinhos e à sua Associação. -----**

**Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores Membros da Assembleia Municipal de Viseu: -----**

**Considerando que: -----**

**As Cavalhadas de Vildemoinhos são uma expressão cultural, das mais importantes que concorre para a conservação e valorização da tradição viseense, bem como contribui de forma indelével para a identidade viseense e para a construção de uma comunidade mais inclusiva e que, através das suas atividades participativas, contribui de forma inegável para a transformação positiva da comunidade, na medida em que promove e desenvolve uma cultura cooperativa focada na tradição da comunidade local; -----**

**As Cavalhadas de Vildemoinhos abrem diversos processos em diferentes níveis de intervenção social, partindo de pressupostos democráticos e inclusivos, pois considera que todos os viseenses possuem valor e todos contribuem e são essenciais para o fortalecimento da identidade cultural local, dos valores democráticos e para o respeito dos direitos humanos; -----**

**As Cavalhadas de Vildemoinhos permitem uma imersão do indivíduo nas profundezas das suas raízes, que suscita uma ação-reação e que desenvolve o multiculturalismo que, pela mediação da diversidade cultural e no valorizar de diferentes experiências, contribui para a inclusão de todos os cidadãos; -----**

**Ciente desses pressupostos: -----**

**A Assembleia Municipal de Viseu, tem assumido a responsabilidade fundamental em contribuir, suportar e incentivar as diversas coletividades locais, bem como a comunidade dos viseenses, servindo e auxiliando na participação, na criação, suporte e na fruição das tradições locais, pois acredita que existe um valor inerente aos mais diversos públicos que compromete os atores e agentes culturais, que procuram fazer refletir as experiências culturais comunitárias, bem como outras, que enfatizam e estabelecem a ligação com outras experiências socioculturais. -----**

**A Assembleia Municipal de Viseu, sempre encorajou e apoiou a participação dos cidadãos e das coletividades locais, no domínio da promoção e defesa dos direitos culturais, visando a criação de um espaço cultural inclusivo, pleno em equidade e que esteja em concordância às mais diversas opções e visões culturais, respeitando sempre as especificidades locais e defendendo a liberdade e a independência dos criadores e dos públicos. Também tem pugnado pela defesa do património imaterial que se assume como inclusivo e que promove novas perspetivas e que impele a uma transformação, tornando os cidadãos mais criativos, inovadores, comprometidos com a inovação e construtores de um espaço inclusivo, de forma a incrementar formas de educação e convívio, nos mais diversos públicos e grupos de representação, e entusiastas, que reflitam a realidade socioeconómica da nossa comunidade. Desde sempre, a Assembleia Municipal Viseu assumiu um compromisso com a promoção das tradições locais, com o desenvolvimento do conhecimento, com objetivos reais, com a avaliação das atividades culturais, em respeito pela implementação de políticas locais concretas que promovam a diversidade cultural, contribuindo de forma indelével para a oferta cultural e promovendo o seu potencial socioeconómico. -----**

**Eu não queria também deixar aqui passar a oportunidade de manifestar o apoio claro de várias entidades público privadas, mas naturalmente um realce para as entidades públicas,**

nomeadamente a nossa Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia onde este evento aconteceu. -----

Por isso, Senhor Presidente, propomos que a Assembleia de Municipal de Viseu, reunida em sessão ordinária a 27/06/2022, delibere: -----

Reconhecer a importância das Cavalhadas de Vildemoinhos, compreendendo o valor e a importância da sua manifestação folclórica, enquanto forma de arte e bem cultural imaterial que age e estimula a reflexão e a discussão das autoridades políticas, reconhecendo que o seu valor não está adstrito ou cativo de nenhuma visão ou qualquer ideologia política e que pelo seu significado, pela memória que evoca das suas origens multiseculares e, em especial, pela sua ligação ancestral à vivência viseense que deve ser celebrada por todos os cidadãos. -----

Louvar de forma entusiasta, o trabalho desenvolvido pelos grupos formais e informais e de forma especial por toda a Comunidade Trambela, no esforço muito bem concretizado, em promover e valorizar as nossas Tradições Populares. -----

Reconhecer o empenho trabalho e coordenação da Associação de Atividades Tradicionais “Cavalhadas de Vildemoinhos”. Os seus Órgãos Sociais, com especial destaque para a sua Direção, têm evidenciado todo o carinho e respeito pelas Tradições Populares, organizando com brio e excelência, aquele que é um dos maiores cartazes turísticos da nossa Cidade e Concelho, o tradicional e secular Cortejo das “Cavalhadas de Vildemoinhos” que a 24 de junho de cada ano, nos orgulha em sermos Viseenses. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tenho aqui também uma situação em relação a um Voto de Louvor, também me fizeram chegar que havia uma intervenção nesta área da Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Repeses e S. Salvador. Se quiser também intervir e depois púnhamos os dois Votos de Louvor à discussão. -----

----- DEZASSETE – A SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE REPESES E S. SALVADOR MÁRCIA SOFIA GOMES DE LIMA (PPD/PSD): Bom dia a todos. -----

Bom dia Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, destinta Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros desta Assembleia, Digníssimos Presidentes de Junta, Elementos de apoio a esta Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores. -----

Não era para começar a minha intervenção assim, mas, depois do Digníssimo Colega, Professor Diamantino, eu sei que Vildemoinhos é muito importante para o concelho, e também sei que se calhar gostaria que este evento fosse exclusivo da Freguesia de Viseu, mas a verdade é que pertence à Freguesia de Repeses e S. Salvador. -----

E, com todo o respeito, deixe-me dizer-lhe, que lhe teria ficado muito bem ter conversado primeiro comigo, apesar de não implicar que não demonstrasse depois o seu agrado e o seu orgulho por esta festa, mas, teríamos evitado aqui o repetir de um Voto de Louvor. -----

Passando então ao meu Voto de Louvor, que foi isso que me trouxe aqui, neste momento difícil para mim porque é o primeiro, portanto, é difícil, e peço desde já desculpa por algum nervosismo, começando por dizer então que: -----

No passado dia 24 de junho, realizou-se mais um magnífico Cortejo das Cavalhadas de Vildemoinhos. -----

Este ano comemoraram-se os 370 anos desta tradição, onde se cumpre a “Promessa” feita na Capela de S. João da Carreira, ao Santo Padroeiro São João Batista, uma tradição importante para o povo Trambelo, mas, também para todos os Viseenses. -----

“Enquanto mundo for mundo a promessa será cumprida.” -----

Na qualidade de Presidente de Junta e, também, de uma apaixonada pelas tradições, tive a oportunidade de acompanhar o trabalho árduo e afincado, mas sobretudo, o espírito de

entrega e paixão com que todos trabalham, dias e noites a fio, para que os visitantes, se possam deleitar com os magníficos carros alegóricos que desfilam pelas ruas da nossa cidade. -----

Todos os que nasceram Trambelhos e os que não sendo Trambelos e que também não vivem em Vildemoinhos, trabalham incansavelmente para que este cortejo se concretize. -----

São dezenas e dezenas de pessoas que se deixam contagiar pelo espírito que se vive nesta aldeia e por tudo o que esta tradição envolve. -----

É impossível viver este espírito, e não trazer um pouco dele dentro de nós. -----

Após 2 anos de interregno devido à pandemia, voltou às ruas da cidade esta grande festa popular da cultura tradicional portuguesa, que tanto valoriza o nosso Concelho. -----

Foram milhares e milhares de pessoas que se espalharam pelo percurso do cortejo sendo notória a felicidade, de todas e de todos, ao aguardar a passagem do próximo carro ou da próxima banda. -----

Será, porventura, o 2º maior evento realizado na nossa Cidade, e é certamente para todos nós um momento aguardado, todos os anos. -----

Deverá, também, ser dirigido um agradecimento especial a todos os grupos que acrescentaram valor a este cortejo, desde Fanfarras, Gaiteiros, Marchas, Bandas Filarmónicas, as Tricanas, a Cavalaria, todos, mas todos, contribuíram para enriquecer esta festa. -----

Todos nós estamos certos da importância que este evento tem para os Viseusenses, e todos nós, teremos a certeza do quão é importante preservar o nosso património imaterial, pois tem tanto valor quanto o material. -----

Esta demonstração cultural faz parte da nossa história e deve ser preservada. -----

Por isso, a Junta de Freguesia de Repeses e de São Salvador e o Povo Trambelo, conta com todo o apoio da Camara Municipal de Viseu para Elevar as Cavalhadas de Vildemoinhos a Património Cultural Imaterial da Humanidade. -----

Desta forma ficará preservada a nossa memória histórica e a nossa identidade cultural. ----

Pelo momento extraordinário que todos vivemos no dia 24 de junho, pela capacidade de trabalho e organização, de todas e de todos os envolvidos, na realização deste evento e também pelas pessoas que inundaram as ruas da nossa Cidade, proponho um Voto de Louvor às Cavalhadas de Vildemoinhos – Associação de Actividades Tradicionais, e a todas e a todos os que são, e os que se sentem “Trambelos”. -----

Obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Presidente de Junta. Estão em discussão dois Votos de Louvor. Tem a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Viseu. -----

----- **DEZOITO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Senhor Presidente reiterando os cumprimentos e ao mesmo tempo permitindo-me que de alguma forma evidencie todos, queria só dizer o seguinte: enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Viseu o que me importa é celebrar as Cavalhadas, é celebrar a cultura popular e nada mais que isso. -----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Senhora Deputada agradecia que não houvesse diálogo. -----

- *O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viseu Diamantino Amaral dos Santos prossegue a sua intervenção dizendo:* ainda assim, e só para esclarecer, nada mais. A Sede das Cavalhadas de Vildemoinhos neste momento está na Freguesia de Viseu, o cortejo das Cavalhadas de Vildemoinhos passa na sua maior parte, para não dizer exclusivamente na Freguesia de Viseu, aliás, a prova desta multiculturalidade que é necessária, é que o cortejo, nomeadamente, os mordomos e os moleiros vão à Capela de S. João da Carreira que fica na Freguesia de Viseu, com todo o gosto e com toda a satisfação, e, portanto, não vejo nenhuma

ração para a colega Márcia Presidente da Junta de Freguesia de Repeses e S. Salvador colocar esta questão, e, já agora também lhe dizia o seguinte: quando questiona porque é que não falei consigo, eu devolvo-lhe exatamente a mesma pergunta. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves. Estão em discussão os Votos de Louvor. -----

----- **DEZANOVE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES**

**(PPD/PSD):** É isso mesmo. Muito obrigado Senhor Presidente. Antes de mais dizer aqui o seguinte: o Partido Socialista já ensaiou aqui pela terceira vez tentativas de condicionamento das intervenções do Grupo Parlamentar do PSD. Não posso discutir a água porque tem que ser no ponto ... não se pode discutir a questão da inauguração porque não é assunto para aqui, e, agora, a intervenção é feita pelo Senhor Presidente da Junta da Cidade de Viseu, mas é do Grupo Municipal do PSD a proposta, não é do Presidente da Junta, e o Grupo Municipal do PSD sempre, sempre nesta Assembleia propôs um Voto de Louvor às Cavalhadas, que quem fazia a intervenção na altura era o Presidente da Junta de S. Salvador, mas era uma proposta do PSD que continuamos a fazer. Nós valorizamos as Cavalhadas viemos aqui fazer o que sempre fizemos, não é nada diferente. O que há de diferente hoje é que o Partido Socialista também queria apresentar um Voto de Louvor por isso, pela primeira vez o fez. Se calhar associou-se sempre no passado a nós, quis tomar a iniciativa, mas nunca foi impedido no passado de o fazer. Se nunca o fez, só se preocupou agora porque tem a Freguesia? Da nossa parte não é essa a visão que temos das coisas. O PSD apresentou aqui um Voto de Louvor pela realização das Cavalhadas como sempre fez, por isso mesmo não vamos aqui disputar, e acompanhamos o Voto de Louvor que foi aqui trazido pela Senhora Presidente da Junta certamente em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista, não tem mal nenhum! Se nós quisermos até, podemos fundir os votos e fazer um voto conjunto de Louvor às Cavalhadas, não nos custa rigorosamente nada, nisto não há aqui paternidade, aqui não é uma questão de paternidade, de quem faz ou deixa de fazer. É importante ou não é importante para esta Assembleia? É importante para nós, para quem promove e sobretudo também porque os viseenses fruem deste momento, e nós limitamo-nos a acompanhar um bom momento que é trazido à cidade pelas gentes de Vildemoinhos. Não podemos aqui também apoucar e aqui transformar o evento, que é um evento com grande dimensão inclusive nacional, que eu acho que nós devemos elevá-lo para patamares superiores, inclusive podemos ter outro tipo de propostas que não vamos trazer para aqui hoje porque senão se calhar estamos aqui a interferir num papel que não é nosso, mas podemos sensibilizar a Associação que desenvolve as Cavalhadas a dar passos no sentido de um conjunto de coisas que a nós parece importante para valorizar o certame. Agora, não vamos também apoucar o certame das Cavalhadas à freguesia e de aqui a pouco, apoucá-la à aldeia de Vildemoinhos e ainda mais pequenino à Associação. Não! As Cavalhadas são da cidade, são do Concelho, são de quem cá vem, e nós Grupo Municipal do PSD valorizamos esse trabalho, por isso estamos aqui a reconhecer, mais nada. Agora, não temos que comunicar, a democracia faz-se em liberdade. Nós tivemos a liberdade e assumimos essa responsabilidade de apresentar aqui o Voto de Louvor das Cavalhadas. Não queiram condicionar o nosso trabalho, nós estamos aqui para acompanhar o vosso quando é bem feito e para fazer a nossa oposição quando é mal feito, é só isso. Obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado João Paulo Rebelo. -----

----- **VINTE – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS):** Mais uma vez renovar os cumprimentos. Ó Senhor Presidente, isto está tudo certo... quer dizer, qualquer pessoa que esteja a assistir à Assembleia Municipal compreende o que está aqui a acontecer. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viseu Diamantino Santos

disse aqui uma coisa que é verdade. A sede da Associação é na Freguesia de Viseu, o cortejo passa na Freguesia de Viseu, mas isto não é de agora, já em 2021 assim foi, já em 2020 a sede lá estava, em 2019, em 2018, e 2017, já há muitos anos que a sede aí era, mas, tradicionalmente quem apresentava aqui este Voto de Louvor era o Presidente da Junta de Freguesia, antigamente de S. Salvador e depois Repeses e Salvador. O que é que então é diferente em 2022? É que a Freguesia agora é gerida pelo Partido Socialista. O Partido Socialista não tem problema nenhum com isso, está visto que o PSD tem um problema com isso. Mas, o PSD também valoriza as Cavalhadas de Vildemoinhos. Com certeza, e apresenta um voto. Ó Deputado Pedro Alves, não vale a pena vir para aqui dizer que o Partido Socialista quer condicionar, coartar ... rigorosamente nada. Está tudo certo, está tudo absolutamente certo, a verdade é que se quebra aqui uma tradição da Assembleia, enfim, e que se me disserem por uma questão de etiqueta ou de cortesia não é a melhor das atitudes, e sinto, e percebo bem o que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Repeses e S. Salvador aqui veio dizer, porque de facto não esperávamos, mas o Partido Socialista vota evidentemente tudo o que seja Moções de Congratulação relativamente a eventos, enfim, efemérides, a acontecimentos que valorizam a cidade e que nos orgulham, isso está tudo bem, agora, também não podemos deixar dizer, nem pode aqui ninguém vir insurgir-se porque a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Repeses e S. Salvador fez efetivamente a manifestação da sua surpresa, aliás, todos nós ficámos surpreendidos, todos, sobretudo aqueles que acompanham os trabalhos desta Assembleia, e que à décadas que assim foi. Pronto, quebrou-se este ano, para o ano pelos vistos inauguramos uma nova era, e, portanto, ...

*O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.* -----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo.* Senhor Deputado não pode haver diálogo

- *O Senhor Deputado João Paulo de Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo:* ... uma nova era, e, portanto, está tudo certo. A única coisa que lamento, são 11 da manhã, temos coisas muito importantes para discutir e estamos aqui nisto. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Da parte da Mesa o importante é estarmos todos de acordo, porque depois da aprovação são propostas da Assembleia Municipal, e por isso, o que interessa é estarmos todos de acordo, sentirmos que as Cavalhadas de Vildemoinhos são importantes e por isso, colocava à votação os dois Votos de Louvor. -----

Voto de Louvor às Cavalhadas de Vildemoinhos e à sua Associação apresentado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viseu. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade.* -----

Voto de Louvor às Cavalhadas de Vildemoinhos apresentado pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Repeses e S. Salvador. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade.* -----

É isto que interessa, foram aprovados por unanimidade, é um reconhecimento da Assembleia Municipal em relação às Cavalhadas de Vildemoinhos. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Fail e Vila Chã de Sá José Seabra. -----

----- **VINTE E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FAIL E VILA CHÃ DE SÁ JOSÉ ANTÓNIO MARQUES SEABRA FIGUEIREDO (PPD/PSD):**

Bom dia. Começava por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa Dr. Mota Faria e as Senhoras Secretárias, o Senhor Presidente da Câmara Dr. Fernando Ruas, Senhoras e Senhores Vereadores, cara Colega e caros colegas Presidentes de Junta e Público em geral. O que me traz aqui são as IPSS e o Programa PARES. É uma preocupação nossa, as IPSS tiveram um protocolo e agora com o processo que aí vem têm graves problemas de execução.

A conjuntura económica aumentou muito os procedimentos e eu digo que as instituições vêm bater à porta. Vêm bater à porta principalmente da Câmara Municipal de Viseu. Eu sou testemunha disso, a minha Instituição já foi comigo lá bater à porta e eu gostaria de saber qual é a realidade das IPSS no concelho, e como é que vamos lidar com o aumento dos custos de funcionamento e de construção? Era isto que me trazia aqui. Muito obrigado. ----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra o Deputado José Pedro Gomes. -----

----- **VINTE E DOIS – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ PEDRO ESTEVES GOMES (PS):**

Bom dia a todas e a todos. Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas Municipais, Senhores Deputados Municipais, Senhora Presidente da Junta, Senhores Presidentes de Junta, Funcionários, Público, Comunicação Social. -----

O meu contributo hoje aqui tem a ver com emprego e com valorização do interior, neste nosso contexto de pós-pandemia. -----

E, portanto, é sobre o futuro e sobre as oportunidades que Viseu tem que agarrar. -----

De facto, há 3 grandes objetivos que temos todos que assumir: -----

1 - Transformar Viseu numa cidade inovadora, criativa e capaz de competir num contexto global, gerando riqueza e emprego; -----

2 - Afirmar a identidade de Viseu num mundo globalizado; -----

3 - Recuperar, rejuvenescer e equilibrar socialmente a nossa população. -----

Haverá oportunidades para isso. -----

E a minha geração quer esse debate e quer essas respostas. -----

A minha geração e as seguintes, nomeadamente a que está hoje a entrar no mercado de trabalho. -----

Falamos em nova realidade económica. Nova realidade de relações laborais. Transição digital, modos mais cooperativos, mais colaborativos de pensar, produzir e consumir. -----

Concordarão certamente comigo se eu disser que a generalização do trabalho remoto veio mudar muita coisa, veio para ficar, e tem consequências fortes. -----

Muda muita coisa, por exemplo, na relação trabalhador-empresa. -----

Mas o que quero destacar aqui hoje, é que o trabalho remoto, o trabalho à distância, o teletrabalho, pode tornar a localização geográfica numa variável irrelevante para as empresas. -----

E, se temos tantos jovens viseenses a trabalhar fora de Viseu, e eu conheço tantos, também será possível mostrar que é possível continuar esse trabalho, mas a partir de Viseu. -----

E muitos assim o desejam de certeza. -----

Temos muitas vantagens, mas precisamos, por exemplo, de infraestruturas tecnológicas de base. -----

Precisamos também de outros incentivos de base de uma vida familiar, cada vez mais inovadores, diferenciadores, focados nos mais jovens, e até com uma certa vertente hedónica. -----

Precisamos também de ações como a rede denominada “Teletrabalho no Interior. Vida Local, Trabalho Global”, que pretende criar espaços de *coworking* em concelhos do interior. Isto vai contribuir para a dinamização dos territórios do interior, facilitar a fixação e atração de pessoas e empresas, diminuir a necessidade de deslocações e a consequente pegada carbónica e melhorar a qualidade de vida das populações do Interior, promovendo a conciliação entre vida profissional e familiar”. -----

Precisamos deste tipo de coisas. -----

Só na região Centro, serão abertos dezenas de espaços! Não podemos deixar de assinalar este ato. -----

Já para não falar nos programas de incentivos à fixação de trabalhadores do Estado no Interior. -----

O programa EMPREGO INTERIOR MAIS, para trabalhadores que decidam mudar-se para os territórios do interior. -----

Há, portanto, aqui um claro compromisso em várias frentes: -----

E nós precisamos cada vez mais de medidas destas de valorização do interior. -----

Obviamente que são apenas passos. -----

Mas Viseu tem também de dar passos neste sentido e em rede, envolvendo várias áreas governativas e com uma grande parceria com as CCDR's. -----

Viseu pode adaptar-se a estes novos tempos. -----

Viseu pode liderar esta transição. -----

Trata-se de inovar. Trata-se de crescer. De evidenciar novas vantagens competitivas do interior. -----

Não estamos infelizmente a dar esses passos em Viseu, nem sequer estamos a ver sinais disso mesmo. -----

Há 4 ou 5 dias tivemos uma notícia que nos mostra isso. Receio eu que nos mostre isso! -----

A IBM Portugal vai alargar a sua atividade ligada à inovação e à tecnologia, não em Viseu, mas em Vila Real, que se dedicará a áreas como as cidades inteligentes, a inteligência artificial e poderá criar até 300 postos de trabalho em três anos. -----

O meu ponto é este: nos últimos anos, ouvimos falar muito destas matérias em Viseu. Não se concretizou tudo como era desejável, nem da melhor forma, mas todos concordamos que a ideia estava lá, e a estratégia estava lá. Agora, temos muitas dúvidas. -----

Por exemplo, a VISSAIUM XXI. Duvido que esta Assembleia saiba o que se pretende fazer lá. O que é que vai acontecer com esta estrutura, com este Centro de Incubação Tecnológica? -----

É apenas um exemplo, mas no fundo o que pretendíamos saber era, qual será o caminho de Viseu nesta área? -----

Por onde quer ir este executivo? -----

É legítimo abandonar estas ideias para Viseu? Isso é. Tem toda a legitimidade para abandonar. -----

Mas nós, Deputados Municipais, nesta fiscalização que fazemos também aqui, também temos a obrigação de questionar e saber o que se pretende. -----

E, nestes 9 meses de mandato, temos ouvido pouco ou nada sobre isso. -----

Portanto: -----

Emprego; -----

Valorização do Interior; -----

Viseu como Terra de oportunidades de futuro. -----

Senhor Presidente, era sobre estas matérias que queríamos ouvir os seus comentários. Era só. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Presidente de Junta do Campo Carlos Lima. -----

----- VINTE E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO CAMPO CARLOS ALBERTO DOS SANTOS LIMA (PPD/PSD): Muito bom dia a todos. Reitero os cumprimentos. -----

E ainda um bocadinho a propósito desta discussão sobre as Cavalhadas que, eu diria que era ridícula, mas, chamo-lhe só caricata. -----

Depois de uma forçada e inesperada paragem pandémica de cerca de 2 anos, as festas populares regressam e voltam animar as nossas vidas. Sedentos desta normalidade, agora mais que nunca, sabemos que precisamos de nos sentir envolvidos e de ser parte destes momentos que nos unem e conferem mais sentido à nossa existência. -----



Sabemos e conhecemos bem que por esta altura a cidade e as nossas aldeias se enchem de vida, cumprindo tradições e costumes que tão bem nos caracterizam e nos projetam na região, no país e no mundo. Viseu volta a ser uma cidade alegre, fervilhante e pronta para abraçar este novo futuro. -----

As marchas populares foram sem dúvida um dos motes a este reinício. Mesmo registando este evento no calendário com uma antecedência e expectativa reduzida, valeu o crer de que as condições nesta altura do ano permitiriam a sua realização. Menos tempo, é certo, mas com muito mais trabalho e uma vontade férrea de voltar a ver a nossa cidade cheia de cor e vestida de festa. Tudo foi acontecendo semana após semana, e foi impressionante ver mais de 700 pessoas envolvidas nas 8 marchas a concurso. Foram todos fantásticos. -----

A Freguesia do Campo, como já vem sendo hábito, arregaça as mangas e sem hesitar diz sim a este regresso, partilhando com todos o entusiasmo de toda uma comunidade, que se entrega sempre com alma a estes desafios. -----

Num universo de mais 220 pessoas, dispersas por 2 marchas em escalões distintos, a Freguesia do Campo, deu mostras evidentes que trabalhou com afinco, não descurando os detalhes que nunca são de menor importância para quem não se estimula com uma participação por si só. Se tem que ser, que seja bem. Tenho a sorte de ser também um num território tão fértil em talentos, a quem presto a minha vénia, fazem-me sentir bem maior que a minha própria altura (que também por acaso nem é grande coisa). A minha grande Missão é estimular e arvorar a motivação de todos, mesmo lutando contra o tempo e a braços com uma enorme tarefa, lembrando que em simultâneo preparávamos o nosso I Mercado Quinhentista da Freguesia do Campo que sem modéstia considero que foi um grande sucesso e por certo tornar-se-á uma referência na região. -----

Não foi mesmo nada fácil, mas apesar das horas limitadas de descanso e do muito trabalho dos últimos meses, fica-nos a certeza que valeu mesmo a pena e que o resultado nos enche de orgulho. Dos 5 aos 60 anos, todos os que foram a alma deste projeto marchas, desfilaram no Rossio com sorriso aberto e franco depois de sentirem os aplausos verdadeiros e o calor da nossa cidade. Foi muito bom reunir tanta gente neste desígnio, incluindo alguns amigos que não sendo da nossa freguesia, aceitaram de coração ser parte de nós... afinal somos todos Viseu. -----

O honroso convite da Direção das Cavalhadas de Vildemoinhos para que a nossa marcha juvenil integrasse o desfile foi também um dos pontos altos desta campanha, que também nos orgulha a todos, não fosse este um dos eventos populares mais prestigiante da nossa cidade. A oportunidade que nos deram de partilhar nossa alegria pelas ruas da cidade, ficará com todo o carinho guardado nas nossas memórias. -----

São estes estímulos que nos fazem avançar, mas tenho para mim que há outros aspetos que validam todo este esforço coletivo. Foram muitas as horas que os nossos mais de 80 jovens partilharam em são convívio, muitos sem nunca se terem cruzado na vida, esquecendo por momentos os jogos, os telemóveis, a televisão e outras distrações tão impessoais. -----

Valeu por isto e acima de tudo pela partilha das centenas de abraços apertados e algumas lágrimas na hora da consagração. -----

Obrigado Senhor Presidente pela oportunidade que nos proporcionou e não me importo que se apropriem do sucesso das nossas marchas, partilho com todos vós o sucesso. -----

O Campo agradece o reconhecimento. -----

Obrigado Viseu! -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de S. João de Lourosa Carlos Almeida. -----

----- VINTE E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOÃO DE LOUROSA CARLOS ALBERTO FERREIRA ALMEIDA (PPD/PSD): -----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e Senhoras Secretárias, Excelentíssimo Senhor Presidente de Câmara Municipal de Viseu, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimo Senhores Deputados, caros Colegas Presidente de Junta, Senhores Membros da Comunicação Social, Público presente. Bom dia a todos. ---- Em primeiro lugar permitam-me felicitar, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal, todo o Executivo, pelo sucesso alcançado nas festas populares deste ano, assim como todos os envolvidos. -----

As tradições populares, são um legado, que nos mantém ligados a uma cultura assente nas nossas memórias, e, é a forma mais genuína de preservação da nossa identidade. -----

As Cavalhadas de Teivas, com todo o seu cortejo, composto por carros alegóricos completamente inéditos, foliões, bombos, ranchos folclóricos, fanfarras e o seu ex-libris, a tradicional, original e centenária, Dança da Morgadinha, caracterizada pelos belos vestidos femininos, os fatos masculinos com cores exuberantes e chapéus na cabeça, inseridas nestas festas, são a maior expressão da cultura popular da freguesia de S. João de Lourosa, e, em particular da povoação de Teivas. -----

Esta manifestação da nossa cultura popular já conta com 369 anos. -----

Apesar de não realização das duas últimas edições por força de uma pandemia, e da atual instabilidade económica, provocada pela guerra na Ucrânia, terem contribuído para um significativo agravamento na planificação do cortejo das Cavalhadas, queria destacar o trabalho de vários meses de preparação desenvolvido pela Associação Cultural, Recreativa e Social de Teivas. -----

Só com muita resiliência, trabalho, boa gestão e os imprescindíveis apoios de patrocinadores e órgãos institucionais nomeadamente o do Município de Viseu, e que sem o qual não seria possível a qualidade e a dimensão atual na realização de mais um cortejo das Cavalhadas de Teivas, é possível fazer tanto com tão pouco. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, a Cidade e o Concelho de Viseu só têm a ganhar com estas manifestações centenárias da nossa cultura popular, por isso, felicito a disponibilidade demonstrada pelo município a que Vossa Excelência preside, não só repito, pelo apoio financeiro porventura o mais importante, mas também, todo o apoio logístico de promoção e divulgação. -----

Os milhares de visitantes que se deslocaram a esta nossa cidade de Viseu para ver, apreciar o cortejo das Cavalhadas de Teivas e a originalidade da sua Dança da Morgadinha são aprova de que se trata de um evento singular que enriquece o cartaz das Festas Populares de Viseu. -----

Pelo exposto: -----

Pela qualidade do cortejo, pela alegria proporcionada a todas as pessoas que encheram as ruas de Viseu, gostaria de propor a esta Assembleia um Voto de Louvor à Associação Cultural Recreativa e Social de Teivas pela realização da edição numero 369 das suas Cavalhadas. -----

Muito obrigado. -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente de Junta. Está em discussão o Voto de Louvor. Algum dos Senhores Deputados quer intervir? Não havendo nenhum pedido de intervenção iremos proceder à votação do Voto de Louvor para as Cavalhadas de Teivas. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *Aprovado por unanimidade*. -----

Temos uma última intervenção que é do Senhor Deputado António Jorge Rodrigues. -----

---- VINTE E CINCO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JORGE GOMES RODRIGUES (PPD/PSD): Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, colegas Deputados e Deputadas, Digníssima Presidente de Junta e

Digníssimos Presidentes de Junta e demais público presente. -----  
A minha intervenção nesta assembleia emerge na forma de apelo aos presentes, nomeadamente aos Deputados com incumbências e responsabilidades ao nível do Parlamento Nacional. -----  
Precisamente, ontem, na véspera desta Assembleia soube de algo que neste momento se está a viver na Educação em Portugal, algo só visto num país completamente inconsciente ao nível da educação e no caso com repercussões gravíssimas para algumas famílias com filhos com deficiência, no caso surdos ou com problemas graves de comunicação. -----  
Como sabem houve uma reestruturação ao nível da rede e oferta escolar com o *Decreto-lei 3/2008*, de 6 de janeiro, que veio reorganizar as respostas da educação especial em Portugal, agora denominada Educação Inclusiva. -----  
Foram criadas as chamadas EREBAS, que são escolas de referência para a educação de alunos surdos, onde predomina o ensino bilingue em língua portuguesa e em língua gestual portuguesa. Recordo que a língua gestual portuguesa é uma das 3 línguas oficiais em Portugal. Isto na perspetiva de rentabilizar esta estratégia de alocar às escolas de referência os técnicos especializados e os professores especializados, foi na perspetiva de rentabilizar os meios humanos necessários ao seu funcionamento, centrando aí todos os recursos, como terapeutas, intérpretes e professores de LGP, Língua Gestual Portuguesa, mas também como sabem existem apenas algumas destas escolas de referência e nem sempre em todos os distritos, o que deixa logo a descoberto inúmeras crianças e jovens a nível nacional. -----  
Ora bem, o que é que está a acontecer na projeção do próximo ano letivo? -----  
De repente, o Governo deixou de fora, para as crianças do pré-escolar, nomeadamente dos 3 aos 5 anos, a prioridade que tinham na inscrição nessa matrícula, na prioridade em aceder ao estabelecimento de ensino de referência. Este comportamento é completamente estranho e absurdo, até porque têm nessas escolas de referência, esses técnicos especializados e recursos materiais à sua espera. Veja-se o insólito. Estão lá os técnicos à espera das crianças, mas elas podem nem conseguir vaga, apesar da sua problemática e sabendo que o agrupamento em causa, no caso de Viseu, lá tem os técnicos e professores especializados e, mais grave, que mais nenhum jardim no distrito tem estas respostas, não é no concelho é, repito, no distrito, e que a equipa local de intervenção precoce também nada pode fazer porque não tem meios para isto nem técnicos para isto. -----  
Mas o pior é o seguinte: o Art.º 27 do *Decreto lei 54/2018* dá logicamente prioridade a essas crianças, uma vez que aí estão alocados os tais recursos e que não são baratos. No entanto o despacho anual que regulamenta as matrículas esqueceu-se de cumprir pura e simplesmente a lei, aliás baseia-se numa alteração do decreto que só podemos entender como engano ou problema de intercomunicabilidade entre departamentos porque não há justificação para tamanho erro. -----  
Findo esta intervenção como a encetei, apelando em primeira instância, porque é um assunto urgente, aos Deputados presentes com assento parlamentar, tal é a urgência deste assunto. Portanto, as matrículas estão aí à porta. Se se comete este erro são as famílias que vão pagar a fatura, portanto, é um apelo. -----  
Estou à disposição para ajudar no que for preciso nesta matéria, penso que com bom senso tudo se resolve, mas há que emendar enquanto é tempo porque as matrículas estão a decorrer. -----  
Relembro apenas que as organizações educativas de referência para estas crianças mais próximas são: Régua, Ílhavo, Coimbra, Guarda e Castelo Branco, agora vejam o que estas famílias, para além daquilo que passam com os seus filhos especiais, a amargura e a revolta que devem estar a sentir com estes desvarios da Administração Central. Eu próprio e cada um de vós também deve associar-se a este seu descontentamento porque as escolas e o próprio município estão aqui amarrados, uma vez que o normativo veio de cima, da

Administração Central. Lá está a razão pela qual eu, sinceramente, às vezes reflito se não me hei-de arrepender de ter dado o voto de confiança a nível de transferência de competências na área da Educação, portanto, de ter dado esse voto de confiança ao Governo. Portanto, reforçar só que aqui o Poder Local, nem o agrupamento têm competências para intervir. Portanto, a norma veio de cima. -----

Algo que a nível local seria facilímo de resolver poderá vir a revelar-se um autêntico “bico de obra” para estas famílias e para estas crianças. -----

Bem-hajjam! -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Já não há mais nenhuma inscrição por isso dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para informar e responder aos Senhores Deputados. -----

----- VINTE E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Confesso que já precisava de me levantar depois deste tempo aqui a aguardar pela minha intervenção. Mas, apesar de tudo não tenho muitas respostas ou necessidade de dar muitas respostas. -----

Primeiro o Senhor Deputado trouxe aqui a questão dos Votos de Pesar, e eu queria só apenas realçar que trata-se de Votos de Pesar justíssimos a três pessoas que conheci muito bem. Seguramente, talvez alguém nesta Assembleia que mais tempo lidou com as três figuras. O Senhor Albino que foi Presidente do Clube durante muito tempo da minha gestão na Câmara. -----

O Senhor Jorge Teixeira, pessoa com quem fiz amizade e que tenho a certeza que me apoiou numa boa parte do meu trabalho na Autarquia. -----

O Senhor Armando Caiado que foi Presidente da Junta comigo durante um mandato, e, portanto, eu queria deixar aqui também a solidariedade da Câmara, e digamos, a posição do Presidente em relação a esta matéria é reconhecer que os Votos de Pesar são de uma justiça a toda a prova. -----

Depois, trouxeram aqui também votos que foram, aprovados por unanimidade sobre as Cavalhadas, as Cavalhadas de Teivas e as Cavalhadas de Vildemoinhos. Sobre a questão das Cavalhadas de Vildemoinhos não sei se tenho que pedir autorização a alguém também para dar um Voto de Louvor, mas eu espero que não, mas de facto, as Cavalhadas de Vildemoinhos não são propriedade, são transversais, todas as pessoas podiam aqui vir dar Votos de Louvor às Cavalhadas de Vildemoinhos, até, digamos, as pessoas que vivem em S. João da Carreira. Eu gostaria de dizer que foi connosco que a propriedade da Capela de S. João da Carreira passou para a posse da Associação das Cavalhadas de Vildemoinhos, tivemos essa preocupação. E, portanto, dizer que estamos extremamente satisfeitos com aquilo que é tradicional, as pessoas virem aqui reconhecer a qualidade das Cavalhadas, e aquilo que têm contribuído para o desenvolvimento nomeadamente para os dias extremamente preenchidos da cidade quando elas aqui se deslocam. -----

Depois, uma questão que foi aqui trazida, a inauguração da estrada de Germil. Bem, mas eu não queria entrar nessa polémica, já o disse, em determinada altura pus de facto o lugar à disposição e só o não concretizei porque os colegas, um depois veio mais tarde dizer que não foi bem assim, mas, as Atas do Conselho Intermunicipal são escritas com rigor, e, portanto, pediram-me desculpa e pediram-me para continuar no cargo, porque senão teria mesmo abandonado o lugar. Eu não brinco com estas coisas, e, portanto, aquilo que se fez não foi aquilo que o Deputado João Paulo aqui veio trazer, de que foi um lanche. Não foi nada! Foi um convite oficial da Senhora Presidente da Junta para a inauguração, e também não se me consta que os lanches oferecidos às pessoas tenham esta pompa com cortes de balões e cortes de fitas quer dizer, isto não, não .... foi de facto e eu percebo, nós não andamos aqui há pouco tempo, alguém quis tomar conta também, sentiu-se injustiçado eventualmente por não ser figura cimeira na primeira inauguração, e depois fez-se uma

segunda inauguração. Isto é tudo claro, só que é injusta e espero que a moda não pegue. Anteontem fomos inaugurar o Cemitério de Lordosa, está aqui o Senhor Presidente de Junta. Nem eu nem ele tivemos grande responsabilidade naquela obra, ele não estava, o Senhor Presidente da Junta, como eu também não estava. Bem, algum de nós ficava satisfeito, ou percebia que agora houvesse outra inauguração? Por os critérios era justíssima também, e, andávamos nisto. Bem, não se pode brincar com as instituições. Seguramente que cada um de nós há-de fazer obras para outros inaugurarem e nós inaugurámos obras que outros planearam e que nos deixaram, isto é que é o caminho, o resto é política barata, rasteira, baixa, e, portanto, não vale a pena “encanarmos a perna à rã”, isto foi o que foi, agora, de facto é preocupante nomeadamente por quem não tem responsabilidades tudo bem, é preocupante a presença do Senhor Vice-Presidente da Comissão de Coordenação que podia ter estado na primeira e não esteve. Na inauguração oficial não esteve, na outra resolveu dar a cara e estar, mas pronto, não vale a pena, é o que é. Nós não permitiremos isso mais nenhuma vez, isso que se tire o cavalinho da Chuva, mas não vale a pena estarmos a disfarçar aquilo que é indisfarçável. Foi algo que se quis... nós percebemos isso, e percebemos, são as situações de quem eventualmente quer sempre ser pivot, e, portanto, alguém que quis estar, e, portanto, os Senhores Presidentes de Câmara que estiveram comigo usaram da palavra, mais, concedemos a palavra à Senhora Presidente da Junta, possivelmente não a teria, demos-lhe a palavra por dar, era uma obra da CIM e, portanto, até podia ser só o Presidente da CIM a usar da palavra. Não, achámos que os dois Senhores Presidentes de Câmara envolvidos usassem da palavra, e posteriormente houve uma outra inauguração. Porque é que não foi convidado o Senhor Presidente da CIM anterior? Bem, porque é que não foi convidado este Presidente da CIM? Eu podia também ter sido convidado para esta nova inauguração. Aquela que presidi não teve balões, esta até teve, e, portanto, eu até me divertia um bocadinho mais com os balões. Mas, não vale a pena, nós chegamos a uma certa altura na política que já não nos enganamos, e cada vez que estivermos para aqui a tentar disfarçar é uma asneira, é uma asneira. Eu já não dou para esse peditório, portanto, não vale a pena. Não volta a acontecer comigo seguramente nesta posição. Quem quiser fazer festas, faz, mas não abusando e usando instituições. O mais complicado é isto: é que se trata de instituições que devem ser respeitadas. A CIM deve ser respeitada, a Câmara de Viseu deve ser respeitada, a Câmara de Penalva e a Câmara de Mangualde devem ser respeitadas e a Junta de Freguesia de Germil deve ser também respeitada, mas não se respeita assim. Portanto, eu espero sinceramente que este episódio acabe por aqui e que não volte a repetir-se. Comigo não se vai repetir seguramente. Ou não se vai repetir comigo nesta posição. -----

Depois uma questão que foi aqui levantada e foi pedido um pedido de esclarecimento sobre as Águas. Eu queria dizer sem nenhum receio de ser desmentido porque a informação que tenho é técnica, não é nenhuma posição política e muito menos partidária. A tentativa resolver o problema das Águas de Viseu começou em 2015. De 2015 até este executivo tomar posse em finais de 2021. O que encontramos apenas são desejos de uma empresa intermunicipal, ninguém está a demorar tanto tempo para constituir uma empresa, desejos de que o Senhor Ministro diz que vai fazer a barragem, o Senhor Ministro já não é o mesmo, portanto, temos que concretizar também com o Ministro que se lhe segue, se vai fazer a Barragem de Fagilde, e depois ficámos com uma mão cheia de nada, e, portanto, depois daquela situação complicada que se viveu em 2017, com as imagens que todos conhecem da barragem, à que deitar a mão à obra, e eu não pactuo com isso. Eu vou deixar o problema resolvido aos Viseenses, vou deixar o problema resolvido com o abastecimento de água, e não me venho dizer, mas estávamos a tentar que a água fosse a mais barata. Mas quem é que garante isso? Hoje por acaso tiveram acesso ao jornal que diz que a Entidade Reguladora prevê o aumento da água. Bem, em letras garrafais, seguramente também o

leram, trouxe para aqui isso, acho que o tenho aqui, leram seguramente que a Entidade Reguladora aconselha e prevê aumento da água, portanto, mesmo que a empresa municipal estivesse constituída não era por aí porque a Entidade Reguladora pode sempre propor o aumento da água. O que nós devemos fazer, e é isso que devemos fazer, é garantir a água neste território. Este território não produz água para o abastecimento, e, portanto, o problema está perfeitamente claro, ou fazíamos uma empresa, eles vistos há uma dificuldade enorme em fazê-la porque durante 6 anos não foi possível, e também, é bom que se saiba, eu acho que ela também não tem nenhuma necessidade para o abastecimento em alta, nenhuma! Nós fomos procurados pelas Águas do Douro e Paiva para nos dizer o seguinte: daqui por pouco tempo vamos ter às portas do concelho 10 mil metros cúbicos de água por dia que podemos utilizar, e a intenção foi dizer-nos que este volume de água possivelmente nos traria menos problemas do que aqueles que foram vividos em 2017, e, então nós aproveitámos a ocasião para lhes dizer: se podem pôr 10 mil metros cúbicos de água por dia às portas do concelho, também podem garantir o abastecimento em alta. Sabiam que sistemas fora destes sistemas multimunicipais como Águas de Portugal são minoritários, mas muito minoritários? Eu tenho aqui o mapa, podem ver, portanto, a maioria dos sistemas estão com as Águas de Portugal, porque é que éramos nós que havíamos de fazer uma empresa? Uma empresa que necessita de um Conselho de Administração, e ainda por cima, com poucos quadros aqui na zona, uma empresa que ia ter que arranjar fundos e recorrer a fundos para garantir investimentos na ordem os 100 milhões de euros. Acham que isso era possível assim de repente? Portanto, aquilo que nós dizemos é: há um sistema consolidado, seguramente a bacia de maior volume e que garante maior futuro, portanto, tendo aí o abastecimento em alta, não temos nenhuma dúvida em recorrer, fizemos a nossa pré-adesão, se as Águas do Douro e Paiva quiserem fazer o fornecimento em alta ao Concelho de Viseu estamos perfeitamente disponíveis, e não fizemos nada nas costas dos outros municípios. Tivemos reuniões com eles, temos uma reunião agendada com eles para lhes dizer, o que fizemos e o que aconselhamos que eles façam. Eles fazem o que quiserem, mas há uma coisa que para mim é clara, e não é uma questão de egoísmo, não são 70 e tal por cento da população que fica sujeito aos outros restantes, isso é que não, e foi por isso que estamos aqui a marcar passo. Mais, tenho a certeza absoluta que toda a gente concorda comigo independentemente da visão partidária que tiver. Daqui por uns anitos, ninguém nos pergunta o preço da água, hão-de ver se ela é mais cara ou mais barata do que nos outros lados, mas perguntam-nos é se temos ou não água. Numa situação de crise nós queremos é ter água, e, portanto, não passa pela cabeça de ninguém estar tanto tempo à espera de uma solução que ainda por cima não se efetuou e ninguém sabe porquê, e também não cola vir dizer eventualmente que se gastou muito dinheiro e que se deitou agora fora, isso não. As únicas responsáveis pelo dinheiro que se deitou fora é a Câmara Municipal de Mangualde, a Câmara Municipal de Penalva do Castelo e a Câmara Municipal de Nelas com quem as geria ao tempo, e porquê? Porque se encomendou um estudo de 300 e tal mil euros para uma empresa municipal a oito e estas 3 câmaras vieram dizer que não queriam participar, mais tarde vieram dizer que não queriam participar nesta empresa intermunicipal a oito, queriam participar numa empresa intermunicipal a 5, e, portanto, o estudo que foi feito para estas oito caiu, portanto, não venham dizer que somos nós agora que estamos a deitar dinheiro fora, alguém o deitou fora na altura. O projeto e o estudo que se encomendou a seguir, esse sim, pode ter alguma utilidade porque se trata de fazer um plano geral do abastecimento de água e, portanto, esse pode ser usado. Portanto, sobre a água é isto. Só um complemento, e também podem comprovar: a Barragem de Fagilde a sua solução, quer por alargamento, presumo que não é uma nova barragem, é uma barragem no sítio onde está, digamos, com a bacia aumentada, é necessária, seja qual for o sistema, e também uma outra coisa que se sabe, ela é necessária

e é da responsabilidade da APA da Agência Portuguesa do Ambiente e que é, digamos, uma instituição nacional, portanto, não sei de que é que se está à espera para se começar a barragem. Está-se à espera, ou melhor, esteve-se à espera de que a câmara tivesse que fazer em nome da APA que nos garante que vai pagar o protocolo, um protocolo para fazer o projeto, apenas para isso. Vejam onde é que nós estamos. E, já agora, vale a pena aqui deste lugar, é o lugar indicado para dizer aos viseenses, sobretudo aos viseenses, estamos na Assembleia Municipal de Viseu, que não pensem que a solução do abastecimento de água, mesmo que agora não houvesse nenhum obstáculo, que era para amanhã. A Barragem de Fagilde demora, demora se derem corda aos sapatos porque ainda não há nenhuma decisão, demora 4 anos a fazer, é disto que estamos a falar, portanto, dá a impressão que as soluções que tínhamos, que andámos para aí a espalhar, já tinham resolvido o assunto. Não saíram do papel sequer! Não nos venham depois dizer que se houver algum problema na água, que estamos a acautelar, que, digamos, que fomos nós que atrasámos o processo. Não é nada connosco, quem vai acelerar o processo somos nós, e vamos garantir pelo processo mais simples e mais rápido. -----

Bem, depois há aqui uma série de questões, essa questão do *fait divers* não percebi. O Deputado João Paulo veio trazer aqui e depois disse que se deu a quilómetros de distância. Não! Não se deu a quilómetros de distância. A quilómetros de distância podia ser o lanche, a diversão e o baile, mas o corte da fita foi no mesmo lugar onde eu estive, com uma única diferença, o meu não teve balões e aquele teve, mas foi no mesmo sítio. -----

Depois, sobre aquilo que a Deputada Amélia Soares aqui trouxe, nós aguardamos de facto que Recomendação chegue à Câmara, mas de qualquer maneira podia informá-la que nós temos uma reunião marcada com a Associação Comercial daqui por dois dias, e, portanto, estaremos a tratar destes assuntos. -----

Sobre a linha direta da violência doméstica, os municípios podem sempre utilizar aquela que têm, uma linha direta em relação à Câmara para tratar deste e de outros assuntos. De qualquer das maneiras nós aguardamos pelas Recomendações que fará. -----

Sobre os eventos culturais do concelho, eu gostaria de dizer que de facto, eu que estive ausente estes anos, como sabem, e não tive oportunidade de participar nesses eventos, noto um aumento de qualidade impressionante e, portanto, eu tenho que o reconhecer. As Marchas fomos nós que as pusemos pela primeira vez em marcha, têm uma qualidade que seguramente podem já ombrear com outras Marchas bem conhecidas. A Festa das Freguesias foi um êxito também, cada vez as freguesias estão mais à vontade para mostrarem aquilo que fazem. E as Cavalhadas foram também de facto um êxito rotundo. Umhas 369 anos e outras com 370 anos são de facto instituições que têm uma longevidade que nos honra a todos. -----

Sobre o Programa PARES, o Senhor Presidente da Junta trouxe aqui uma questão que eu também trarei na minha... algumas destas questões, seguramente fazem parte da minha intervenção. O Programa PARES tem apenas a ver com isto: nós ficámos muito felizes com o Programa PARES no pressuposto de que as instituições podiam ter finalmente o financiamento assegurado para as suas obras. Bem, o que é que deu? Eu tenho aqui os resultados, podemos vê-los com facilidade. São 6 Programas PARES aprovados aqui para o Concelho, e com financiamentos que vão desde... não chega nenhum a 80% até 37%, fazendo as contas eu pergunto: alguém que está a gerir uma instituição, imaginemos com um investimento global de, para ser mais fácil fazermos comparações, de 1 milhão de euros, e que tem 37% de financiamento garantido, quem é que se responsabiliza por o restante? Foi como disse o Presidente da Junta de Fail e Vila Chã de Sá, vêm primeiro à Junta de Freguesia e depois também já sabemos que a seguir vêm à Câmara. Bem, mas como é que se dá resposta a isto? E, portanto, eu acho que o Programa PARES resultou num programa ímpar, e, portanto, têm que fazer as contas para ver se têm o financiamento assegurado. A

Câmara não consegue, digamos, substituir-se, porque senão fazíamos nós também um programa e solicitávamos que fossem pedir o complemento ao Estado, tal é a parte de leão que está destinada, digamos, a terceiros. E, deixem-me dizer-vos uma coisa: fico preocupado porque conheço alguns casos de gente que devido ao seu entusiasmo e à sua forma de se dar aos outros, e ao seu poder de iniciativa, está atravessado pessoalmente com situações muito complicadas, e, portanto, espero muito sinceramente que com este entusiasmo, que não deitem mão nalgumas condições que depois no futuro podem ser prejudicados, e também não estejam à espera que seja a Câmara a complementar o financiamento que falta. A Câmara tem um financiamento bem substantivo para cada uma das entidades, é bem substantivo, mas não é para complementar aquilo que o Estado Central ... eu nem estive presente na apresentação do Programa PARES...

Alguns Senhores Deputados intervêm do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.

- O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo: diga? Pois, dei conta, a Câmara costuma ser convidada. Não foi! Deixe-me dizer: por isso é que mandei lá uma técnica. A Câmara não pode ser convidada pela Segurança Social, com grande respeito e consideração pela Dra. Márcia, sabe que lhe tenho uma grande consideração. A Senhora Ministra tinha a obrigação de me convidar, portanto, é bom que ela leve o recado... sim, sim, a Senhora Ministra tinha a obrigação de me convidar e espero que a Senhora Ministra tivesse percebido a mensagem. A Câmara fez-se representar com uma técnica, com uma dirigente. Era aquilo que a Senhora Ministra merecia, e, portanto, a Câmara esteve lá com uma dirigente porque a Senhora Ministra não se designou mandar fazer o convite ao Presidente da Câmara, e, portanto, espero que ela tenha percebido isso ...

Uma Senhora Deputada intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia que não houvesse diálogo. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: Não há aqui nenhum desrespeito, é só responder, não há aqui nenhum desrespeito pela Diretora, independentemente de até poder ser o Papa a assinar os contratos, agora, quem presidiu à cerimónia não foi a Diretora, foi a Senhora Ministra, e a Senhora Ministra tinha a obrigação de... eu sei que é falta de cultura com as autarquias, isso vem de longe, e, portanto, sim, a Senhora Ministra não foi eleita, essa é a grande dificuldade dela. Portanto, da próxima vez tem que... eu vou-lhe fazer chegar isso, que ela tem que respeitar os autarcas do país, e, portanto, vou-lhe fazer chegar isso. Mas isto, a propósito do Programa PARES, e, portanto, o Programa PARES está nesta situação. -----

Depois o Deputado José Pedro Gomes, eu aprecio muito as intervenções que faz, e normalmente em áreas importantes, agora tem que separar o trigo do joio. O que veio aqui dizer foi isto: vejam lá que nós queremos uma cidade mais rejuvenescida. Bem, se esta for velha meu Deus, como é que são as cidades aqui do interior do país? Esta cidade é rejuvenescida. Não peçam ao executivo municipal que comece para aí a fazer filhos, não é possível, mas temos seguramente a convicção de que os viseenses têm feito o seu trabalho e têm rejuvenescido a população, e, portanto, daí o nosso crescimento populacional. Agora, há uma coisa que o Deputado José Pedro Gomes podia trazer aqui. Disse que uma empresa privada que conhecemos até foi para Vila Real. Então, vai para lá também a “Velocidade Furiosa”, e até há-de vir aqui. Foi para Vila Real? Também foi a universidade que os senhores para lá mandaram para Vila Real. Ai, essa os senhores não deram conta? Também mandaram a Faculdade de Medicina para a Covilhã. Foram os senhores que a mandaram. Por acaso a IBM até tem esta particularidade, nós estamos-lhe a pagar as instalações. Se a Câmara de Viseu não está a fazer e a contribuir para uma cidade inteligente eu não sei. Portanto, os munícipes desta terra dão um grande contributo para que a IBM aqui tenha condições, agora nós não queremos nem podemos ter tudo aqui. Aliás, não queremos ter



tudo aqui, pois aquilo que é de decisão fácil os senhores podiam-nas trazer. Eu trago aqui na minha intervenção uma coisa que escrevi sobre a Agência da Coesão. Então, porque é que não vem para Viseu? Porque é que os senhores não a trazem para Viseu? Essa é que é facilíma. Olhe, os senhores que estão na Agência da Coesão na avenida “tal e tal” vão para Viseu. É de decisão fácil, e, portanto, não percebo isto. Já agora dizer mais uma outra coisa em relação a esta matéria. Nós damos resposta e, digamos, apoio às instituições, mas aquelas que são da nossa responsabilidade. Nós vamos resolver o problema da VISSAIUM. Disse que não sabia, mas eu vou-lhe dizer: a VISSAIUM curiosamente é uma instituição em que a Câmara não tem nada. Sabia? A Câmara não tem nenhuma ligação à VISSAIUM. A única ligação que a Câmara tem é pagar um balúrdio, um balúrdio. Essa o Presidente da Câmara acabou, era minha obrigação! Mas tem uma outra responsabilidade: já assegurámos com o Senhor Presidente da AIRV a solução futura para a VISSAIUM. Há-de ser uma central de incubadoras, ou melhor, juntar-se às incubadoras existentes na Comunidade Intermunicipal, foi para isso que nós constituímos a Comunidade Intermunicipal. Portanto, a Comunidade Intermunicipal há-de se associar à VISSAIUM para não haver uma série de incubadoras, que conhece, que são acompanhadas pela Comunidade Intermunicipal e uma aqui isolada que não é acompanhada por ninguém. Portanto, estamos a fazer esse trabalho de a englobar no perímetro das Comunidade Intermunicipal que gerirá esta e as outras. --- Bem, depois o Presidente Carlos Lima trouxe aqui a questão das suas Marchas e do Mercado Quinhentista, e eu devo dizer-lhe que assisti aos dois eventos e foram ambos um sucesso. Quer as Marchas, como as outras todas, mas as vossas foram vencedoras, naturalmente o júri lhe reconheceu-lhes mais qualidade, mas também queria associar a isto o Mercado Quinhentista que fizeram há uns tempos no Campo. Foram de facto dois êxitos, e a prova de que as autarquias, sobretudo as autarquias de freguesia, deitam mão a tudo aquilo que podem para alavancar a economia, o desenvolvimento das suas freguesias, e, portanto, eu queria-lhe deixar aqui esta palavra de estímulo e que continuem com esta determinação. -----

Sobre o Senhor Presidente da Junta de S. João de Lourosa, trouxe aqui a história das Cavalhadas de Teivas, nós estivemos presentes, achamos que foi uma recuperação depois de alguns anos em que digamos, não houve Cavalhadas ou que elas estiveram um pouco mais enfraquecidas, elas voltaram em força, ainda por cima o S. Pedro ajudou, e, portanto, eu acho que com o apoio que a câmara dá quer às Cavalhadas de Vildemoinhos quer às Cavalhadas de Teivas justifica-se por completo, temos é que ficar agradecidos porque fazem um trabalho que vai muito além do apoio monetário que as câmaras dão, e seguramente retribuem isso através dos nossos agentes económicos que dão conta quando há atividade quer numa quer noutra o grande desenvolvimento que a cidade tem sobretudo na vinda de pessoa visitarem estas manifestações. -----

Depois a última questão que foi trazia aqui pelo Deputado António Jorge Rodrigues, e de facto eu já tinha ouvido esta situação. Acho que o apelo que faz aqui nomeadamente aos Deputados da Nação é mais que justo, só nos podemos associar ela. Também vamos tentar saber pela nossa parte o que é que se passa porque numa altura em que nós estamos tão aflitos em deixar sair coisas, e depois abrimos as portas a saírem coisas que são úteis a uma população que é indefesa, que normalmente está e é mais desprotegida, e, portanto, aí não podemos permitir que as respostas que tínhamos sejam depois abandonadas por uma decisão que às vezes é impensada ou não é, digamos, muito acautelada. -----

Senhor Presidente, eu acho que dei as respostas às questões que me foram colocadas, algumas também não eram questões, eram apenas comentários, portanto, fico-me por aqui. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Senhor Deputado é? Está bem. -----

----- **VINTE E SETE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Obrigado Senhor Presidente. Agradecer as respostas do Senhor Presidente da Câmara, mas quero aqui também através do Senhor Presidente da Mesa deixar uma preocupação, e gostaria que esta Assembleia tivesse um esclarecimento uma vez que o Senhor Presidente da Câmara não conseguiu justificar a presença do Vice-Presidente da CCDR na pseudoinauguração ou na festa que houve do Partido Socialista para uma segunda inauguração da estrada em Germil, que o Senhor Presidente da Mesa questionasse a Senhora Presidente da CCDR se tem conhecimento da participação do Vice-Presidente da CCDR nesta inauguração? Se aquela estrada foi objeto de algum financiamento? E se a Senhora Presidente da CCDR concorda, não havendo qualquer tipo de financiamento e não sendo esta inauguração oficial, se concorda com a participação do Vice-Presidente neste tipo de Atividades? O que certamente não abona muito para a dignificação do exercício da função nem para o órgão que ela preside. -----  
Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado, em relação a essa situação a Mesa não tem nenhum problema em colocar a questão, mas está a surgir, entre apas, uma nova discussão sobre esta temática. A Mesa, e eu, nesse campo estava à espera da intervenção do Senhor Presidente da Câmara para também dar a minha opinião, e é neste contexto que posso escrever em nome da Assembleia. O que nós tivemos aqui, e até por relatos da Comunicação Social, e vou dar a minha opinião, e por isso, é neste contexto. A situação é no mínimo, direi, ridícula em termos políticos. Quando me relataram, e quando vi na Comunicação Social não quis acreditar. Penso que esta situação ultrapassa aquilo que é aceitável e compreensível, não estou com o Senhor Deputado João Paulo, em termos de articulação e principalmente respeito institucional. Há aqui uma coisa, as pessoas podem dizer que são convidadas, mas há uma situação que, ninguém é inocente em termos políticos, e quando se é convidado tem que se saber, há uma obrigação que é também de pedagogia de serviço público e pedagogia institucional, e por isso, quando eu sou convidado e vejo que há uma falta de bom-senso na inauguração, eu tenho uma obrigação de chamar atenção, de fazer pedagogia de serviço público, porque há atos, que depois vistos não dignificam ninguém e muito menos quem os pratica, ou seja, aquilo que às vezes se coloca é que exemplos e referências nós queremos dar. Como é que podemos ter respeitabilidade institucional dos nossos concidadãos se depois andamos a brincar às inaugurações, e por isso, e a mim preocupa-me muito esta situação que é: se queremos com exemplos destes credibilizar a política? Será que com exemplos destes dignificamos o serviço público? Será que é com exemplos destes que se aproximam os cidadãos da política e principalmente os jovens? Por isso, acho que a política não é isto, sinceramente não me revejo nisto, na mesquinhez política deste ato, e por isso, ia só à última frase do Dr. Ruas com Lordosa. As obras não são de ninguém. Os dinheiros públicos são dos contribuintes, são de quem paga impostos, e por isso as obras não são propriedade de ninguém, seja o Cemitério de Lordosa, sejam as obras de Germil, sejam quais forem. São dinheiros públicos, que são dinheiros dos contribuintes, e por isso esse é o dinheiro dos cidadãos que pagam impostos, e nós temos que ter respeito pelo dinheiro dos contribuintes. Neste âmbito, eu estava à espera de ouvir o Senhor Presidente da Câmara e que não precisa de ser defendido por ninguém, não estou aqui a fazer nenhuma defesa, estou aqui perante a questão agora levantada. Eu escrevo à Senhora Presidente da CCDR, e se alguém aqui sentir que há algum problema em colocar as questões: porquê um Vice-Presidente da CCDR veio, ou em que qualidade esteve presente numa inauguração, à revelia da entidade que tinha inaugurado que era a CIM anterior? E por isso, não tem nenhum problema, e se alguém aqui vir algum problema que o possa levantar e iremos discutir a situação. Eu da minha parte não tenho problemas nenhuns em escrever à Senhora Presidente da CCDR no sentido de clarificar essa situação na perspetiva

de no futuro atos desta mesquinhez política, deste ridículo não tornarem a acontecer no fundo, na nossa CIM. Era isto. -----

Tem a palavra o Deputado João Paulo. -----

----- **VINTE E OITO – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO**

**(PS):** Ó Senhor Presidente, mas muito especialmente o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu. Olhe, nós já nos conhecemos há muitos, muitos, muitos anos, e há muita gente nesta Assembleia que já me conhece há muitos anos também e outros não me conhecerão. Eu desconhecía que havia um convite da Senhora Presidente da Junta de Freguesia que o Senhor Presidente da Câmara aqui mostrou. Eu desconhecía. Confesso que a informação que obtive acerca deste episódio foi a que transmiti há pouco, e, portanto, isto não é uma questão de retratar-me, é uma questão de dizer que não conhecia o formalismo desse convite, e, portanto, não tenho problema nenhum que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questione quem entender questionar a este respeito, porque a mim não me custa rigorosamente nada fazer uma análise imparcial dos factos, mas eu acho que é esta minha perspetiva e forma de estar na vida e na política que também me dá a moral para dizer aqui agora hoje ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu que deve também aplicar igual rigor nos convites que são feitos a todos os Vereadores da Câmara Municipal de Viseu, porque acontece há anos e anos nesta cidade, eventualmente acontecerá noutras também o que não deve acontecer. Independentemente do que nós acharmos sobre os executivos municipais se faz sentido haver oposição, se não devia ser um executivo só de uma cor, enfim, a lei é que é. Os Vereadores existem num executivo, e, portanto, devem ser tratados de forma igual. Quero aqui deixar isto registado porque acho que de facto o contributo para que as coisas aconteçam de melhor forma deve ser dado de todos. A mim não me custa nada vir aqui dizer: nos termos em que eu hoje percebo que as coisas terão acontecido não estou de acordo com elas independentemente do que sejam as posições do partido que aqui defendo. Não estou de acordo com isso. Como já lhe devo dizer Senhor Presidente da Câmara também, a Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social se veio fazer aqui a Viseu um momento em que ela protagonizava, tem que ser ela a convidar e serei o primeiro a fazer-lhe saber isso também, porque nós para exigirmos respeito temos que respeitar os outros também, isso foi o que me ensinaram em casa e que eu procuro cumprir nestes 47 anos de vida que levo. Agora, volto a dizer, as coisas devem ser tratadas com o mesmo rigor em todos os sentidos. Os Senhores Vereadores do Partido Socialista, não só estes, no passado, a mesma coisa aconteceu, não são tratados também como deveriam por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **VINTE E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Só por causa desta última afirmação de que os Senhores Vereadores não são tratados de forma... realmente não são, mas isso é um problema da legislação. São tratados melhor do que os Vereadores que lá estão, mas isso é a legislação. O Senhor Deputado, também Deputado na Assembleia da República pode dar um jeito a isso, e era um bom contributo que fazia. Tratar os Vereadores que estão em regime de permanência como os outros. Se quiser depois expliche isso em pormenor, é fácil de perceber. Um Vereador quando sai do seu local de trabalho para ir a uma Reunião de Câmara é pago pelo orçamento da Câmara, e só. Um Vereador quando sai do seu local de trabalho para ir a uma Reunião de Câmara a Câmara paga-lhe ainda por cima do vencimento que tem. Está a ver aqui uma injustiça Senhor Deputado. Vê? É fácil de perceber isso. Ponham lá isso na Ordem. Já agora dizer-lhe outra coisa: eu não dei nenhuma instrução ... não sabe, não é nada consigo, o senhor não está nestas condições, mas os outros senhores estão, ou não sabem disso? Por amor de Deus, é a

legislação que o permite, eu não estou a dizer que não, é a legislação que o permite, mas é para dizer que nós não tratamos de forma diferente, tratamos pior os Vereadores que estão em regime de permanência, é um facto. Portanto, se quiser eu explico-lhe isso, facilmente aliás, basta analisar a legislação. Sim, sim...-----

- **O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo intervém dizendo:** Está a falar de coisas diferentes. -----

- **O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo:** Eu sei que estamos a falar de coisas diferentes, mas quando os senhores falam no tratamento diferente, devem abarcar tudo, e se querem, digamos, tratamento igual estão no lugar ideal para resolver isso. Agora deixe-me dizer-lhe uma coisa sem nenhum receio de ser desmentido, não dei nenhuma instrução para que os Vereadores da oposição sejam tratados de forma diferente. Mais, até lhe dei um exemplo que os senhores conhecem, aqui, estou aqui deste lado quando o meu lugar devia ser aqui, por imposição dos Senhores Vereadores da oposição. É isso não é Senhor Deputado? E, eu cá estou. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra a Senhora Deputada.

----- **TRINTA – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Obrigada Senhor Presidente. Cumprimento o Senhor Presidente, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público em geral e Órgãos de Comunicação Social. -----

Senhor Presidente, porque estamos numa reunião pública da Assembleia Municipal e porque este órgão é órgão fiscalizador do executivo, e porque eu também no passado assumi funções de Vereadora, eu gostaria que o Senhor Presidente fosse muito claro nas suas palavras quando fala em pagamento de reuniões, e eu passo a explicar porquê: como é público eu sou Deputada na Assembleia da República, exerço as minhas enquanto Deputada e as reuniões de câmara eram no passado e continuam a ser como no passado à quinta-feira. Eu tenho a minha residência em Viseu, e, portanto, quando eu me deslocava às reuniões de câmara, tal como o meu colega Deputado João Azevedo vamos à terça-feira, vínhamos à quarta à tarde, assistíamos à reunião à quinta e regressávamos a Lisboa à quinta-feira a seguir à reunião, e depois na sexta feira regressávamos. Bom, eu vim sempre às minhas custas, portanto, a câmara a mim... eu e o meu colega Deputado João Azevedo tem os mesmos procedimentos, portanto, eu nunca tive qualquer ajuda de custo pelo facto de eu estar em Lisboa e vir à Reunião de Câmara. Agora, quando o Senhor Presidente fala aqui em que os Senhores Vereadores da oposição recebem pelas reuniões um pagamento, Senhor Presidente, eu peço-lhe, porque eu sinceramente não estou a perceber nada disto, e eu peço-lhe para que sejamos claros para que não haja aqui desvio de informação, é só isto que eu peço ao Senhor Presidente. Muito obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Eu acho que fui bem claro e estou disponível para demonstrar aquilo que disse. A Senhora Deputada veio dizer que não recebia. Nem sequer estava a falar disso. Não claro. Não recebia e não devia, de facto tinha aqui a residência. Não estava a falar disso. Estava a falar e fui bem claro. Estou a dizer que se um Senhor Vereador que desempenhe uma função oficial a receber o seu vencimento, quando vai às reuniões de câmara, se for Vereador em regime de não permanência recebe por estar na reunião de câmara, um Senhor Vereador que está em regime de permanência não recebe nada. Fui claro Senhora Deputada? Se não eu volto a repetir. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. ----- Terminámos assim o Período de Antes da Ordem do Dia, cumprindo todas as regras regimentais e então eu irei colocar as questões à Senhora Presidente da CCDR Centro. ----

Íamos agora para o Período da Ordem de Trabalhos, e por isso, antes de iniciarmos os trabalhos da Ordem do Dia, gostaria de chamar atenção os Senhores Deputados para a obrigação de cumprimento do disposto na Resolução do Tribunal de Contas n.º 14/2011. --- Assim, alertamos os Senhores Deputados para a permanência nos seus lugares durante o período de votações. -----

Antes de iniciarmos também a apreciação dos pontos, recordamos que já no início dos nossos trabalhos, no período da manhã e para efeitos de execução imediata, as deliberações foram aprovadas em minuta conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo n.º 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, consubstanciado pelo disposto no art.º 57º do Regimento em vigor desta Assembleia Municipal. -----

A Informação do Senhor Presidente da Câmara já foi divulgada a todos os Senhores Deputados e constará integralmente da ATA. -----

Por isso, dava de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para tratar do PONTO UM (1) da Ordem de Trabalhos que é a INFORMAÇÃO MUNICIPAL. -----

----- **TRINTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. -----

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, apresento a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira do Município de Viseu, acompanhada das matérias referidas no nº4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal. -----

Senhor Presidente, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Na última Assembleia Municipal iniciei a minha intervenção dando nota do novo momento Político que o Mundo atravessava como consequência da invasão Russa à vizinha Ucrânia.

E, dava essa nota, por um lado pela solidariedade que manifestávamos ao povo Ucrâniano e, por outro lado, pelas consequências previsíveis que esse novo tempo teria nos mercados e na economia que, de uma forma ou de outra, nos viriam a afetar. -----

Também numa das minhas primeiras intervenções neste mandato manifestei, foi logo nas primeiras e antes da guerra da Ucrânia, manifestei a preocupação acrescida pelo avolumar dos custos de empreitadas e pela escassez de materiais que já se vinha a revelar nos últimos meses. -----

Mais recentemente saiu um diploma legal que permite, aos empreiteiros de obras públicas, a revisão de preços excecional e temporária, sempre que os custos de alguns materiais ultrapassarem os 20%. -----

Em vigor até ao final do ano, o novo regime aplica-se a todos os contratos em execução ou a celebrar “bem como aos procedimentos de formação de contratos públicos iniciados ou a iniciar”. -----

Segundo o Governo, através da comparação homóloga dos índices de preços de materiais e de custos da mão de obra, referentes a dezembro de 2021 face ao mesmo mês de 2020, variaram o seguinte: o aço em varão e perfilados aumentou 41,7 %, a chapa de aço macio, 44,0 %, o fio de cobre revestido, 38,5 %, betumes a granel, 61,2 %, derivados de madeira, 65,2 %, vidro, 28,1 %, e tubo de PVC, 71,3 %. -----

Quanto à mão de obra, considerando as treze principais profissões elencadas para efeitos de revisão de preços, constata-se igualmente, no mesmo período, um aumento médio de 6,7 %. A verdade é que os dados que temos nos nossos serviços em alguns itens há variações de mais de 400%, quadruplicando assim o valor por tonelada. -----

Mesmo as pavimentações em betuminoso chegam a ter valores de mais do dobro (portanto, mais de 100% de aumento) quando comparamos preços de adjudicação em 2020 e preços mais recentes. -----

Esta menção inicial leva-me mais uma vez a temer que, a não haver uma efetiva equidade na distribuição do dinheiro público e investimento, estaremos perante um cenário de novo agravamento das assimetrias regionais. -----  
É que no interior, tudo fica mais longe, tudo parece mais difícil, enfim, tudo fica mais caro. Só por isso se pode justificar o estado a que chegou o IP3 sem que se efetivem as obras prometidas ou a construção de uma autoestrada. Só as dificuldades do interior podem justificar que a Radioterapia ainda não tenha começado. O Senhor Diretor do Centro Hospitalar, em junho do ano passado, dava como previsão o início antes do primeiro trimestre deste ano. Estamos a terminar o segundo trimestre e as obras não começaram. ---  
Nas áreas Metropolitanas as dificuldades parecem bem menores. Ainda há uns dias saía uma notícia que dava conta com pompa e circunstância o lançamento da Carris Metropolitana. -----  
A nova marca, “única e integradora”, como dizia a notícia operará em toda a Área Metropolitana de Lisboa (AML). É a 2ª fase de um sistema de transporte mais acessível a todos e que representa um investimento, (eu até quando li isto pensei que o número estivesse errado) de 1,2 mil milhões de euros. -----  
Dizia ainda a notícia que, “As melhorias a implementar, passam pela renovação da frota, “com uma diminuição da idade média dos autocarros de 15 anos para menos de um ano” e ainda por a “inclusão de uma cota de veículos não poluentes e energeticamente eficientes”.” Logo me recordei de duas notas, uma sobre o Fundo Ambiental aqui aliás, tinha trazido. --  
A primeira referia-se à saída de um despacho que transferiu cerca de 51 milhões de euros para o reforço extraordinário dos serviços públicos de transporte de passageiros, em resultado do cenário mais severo da pandemia no 1.º semestre de 2021. -----  
Ora, 93.87% desse fundo foram alocados às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. À CIM Dão Lafões couberam apenas 0.43% desse Fundo, muito abaixo claramente dos prejuízos estimados. -----  
A outra, também do Fundo Ambiental, referia-se a um aviso de concurso que saiu para apoio à aquisição de veículos limpos para o transporte coletivo de passageiros mediante procedimento de concurso competitivo. -----  
Eram elegíveis, a aquisição de veículos para operações de transporte apenas localizadas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. -----  
A dotação afeta ao presente Aviso era de €48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de euros). O financiamento por beneficiário tinha uma dotação máxima de €12.000.000,00 (doze milhões de euros). -----  
Estes exemplos Senhor Presidente e Senhores Deputados, apenas servem para que reforce em mim a convicção de que este País não poderá ser justo se não houver e se não se proceder rapidamente a uma regionalização. -----  
Não há nenhum País que se desenvolva desta forma tão assimétrica e tão centralista. -----  
Temos aliás aqui um exemplo bem perto de um modelo de regiões Autónomas em que o desenvolvimento é bem mais harmonioso que o nosso. -----  
Senhor Presidente, -----  
Senhoras e Senhores Deputados, -----  
Outro processo que aqui temos debatido e que a nível nacional se tem revelado bem turbulento é o processo da descentralização de competências. -----  
Como já disse, não podemos aceitar fazer mais sem vermos afetados os necessários recursos. Não poderemos aceitar meras transferências de centros de custos com reconhecidos défices de financiamento e de funcionamento. -----  
Claro que também não defendo a posição que o Porto apresentou, em relação à saída da Associação Nacional de Municípios. -----

**Não a defendo, porque considero que o que devemos fazer é exatamente o contrário. Unirmo-nos na defesa dos interesses de todos. -----**

**Uma Associação Nacional de Municípios forte terá a capacidade de fazer mais e melhor pelos cidadãos de Portugal. -----**

**A Associação Nacional de Municípios é na minha opinião uma das maiores conquistas do Poder Local Democrático. -----**

**Foram os Municípios os verdadeiros garantes da distribuição de riqueza e desenvolvimento do País. -----**

**São os Municípios e são as Juntas de Freguesia a garantia efetiva de um País mais justo e mais equilibrado. -----**

**Senhor Presidente da Assembleia, -----**

**Senhoras e Senhores Deputados, -----**

**Todos os anos Portugal recebe centenas de milhões de euros de contribuintes de todos os países da União Europeia para promover a coesão e promover o desenvolvimento das diferentes regiões do país. -----**

**Para agilizar estes processos criou-se uma agência pública que já falámos aqui há pouco, a Agência para o Desenvolvimento e para a Coesão que tem centenas de funcionários e que se instalou a agência na capital. -----**

**O dinheiro dos contribuintes europeus para a coesão territorial está assim guardado na metrópole. E quem quiser promover o “desenvolvimento regional” da sua terra vai ter que ir a Lisboa em vassalagem à capital. -----**

**Fiz há uns dias uma sugestão ao Governo. -----**

**Instalar a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, bem como os seus funcionários e famílias, em Viseu. Era uma medida com vantagens para todos. Para Lisboa porque ficava assim com mais espaço disponível para habitação, que acho que é um problema que têm importante. Para os funcionários e famílias porque poderiam beneficiar de uma cidade com uma qualidade de vida ímpar, mas também para a própria Agência para o Desenvolvimento e Coesão que poderia finalmente ter a oportunidade de ver o seu trabalho no terreno. -----**

**Senhor Presidente, -----**

**Senhoras e Senhores Deputados, -----**

**E, estou certo que conheceriam se fizessem essa deslocação neste mesmo território a veia empreendedora das nossas gentes. -----**

**A capacidade de realizar e fazer. -----**

**E eu gostaria de deixar isto muito acentuado porque de vez em quando somos inundados com as comparações com outros concelhos. -----**

**Foi isso que realcei aliás, numa carta que escrevi a 118 dos nossos empresários há uns dias. O IAPMEI apresentou os dados referentes às empresas Líder de 2021, cabendo ao Distrito de Viseu 348 Pequenas e Médias Empresas distinguidas. -----**

**Dessas 348, mais de um terço são do Concelho de Viseu. -----**

**Aproveitámos o momento para enaltecer o papel dos empresários que, dos mais variados setores de atividade, se distinguem pelo mérito. -----**

**Viseu é de facto um concelho de Empreendedores. Empreendedores económicos e empresariais, empreendedores sociais e empreendedores culturais e desportivos. -----**

**Senhor Presidente, -----**

**Senhoras e Senhores Deputados, -----**

**Dava ainda duas notas finais: -----**

**A primeira destas notas a decisão que tomámos de criar uma Comissão de Concertação Municipal do Urbanismo. -----**

**Acompanhando o exemplo de Lisboa e estabelecido já contacto com a congénere Câmara Municipal da Capital de forma a avaliar os resultados dessa Comissão, Viseu vai constituir**

a sua Comissão de Concertação Municipal do Urbanismo para simplificar e desburocratizar os procedimentos internos e para garantir também uma resposta mais célere e mais eficaz. Esta Comissão visa aliás, dar resposta ao volume de processos de licenciamento que precisam de pareceres internos dos vários serviços municipais. -----

Passará a ser da responsabilidade desta comissão a ponderação e compatibilização da análise técnica das propostas de pareceres internos, garantindo assim a coerência, clareza e objetividade necessárias às propostas de decisão. -----

É com uma boa articulação interna que podemos dar maior celeridade na obtenção de uma decisão final, claramente com ganhos para os promotores no que respeita a prazos de resposta, bem assim como de maior qualidade e rigor na objetividade da apreciação. -----

Uma segunda nota para informar as Senhoras e os Senhores Deputados que na sequência de várias reuniões tidas quer com as vizinhas Câmaras Municipais que visam a resolução do problema do abastecimento de “água em alta” e também de reuniões com as Águas do Douro e Paiva, de que já aqui falámos, iremos formalizar a vontade de aderir aquele sistema. -----

A Águas do Douro e Paiva têm vontade e capacidade instalada de colaborar na resolução deste nosso défice de abastecimento de água “em alta”. -----

Para tal disponibiliza-se a integrar os subsistemas de águas que temos e a gerir o abastecimento “em alta” nestes nossos territórios. -----

É, segundo os dados que temos, um sistema mais equilibrado, com maior capacidade de investimento e com mais disponibilidade de água para suprir eventuais necessidades. -----

É, também o modelo, na nossa opinião, de mais rápida e eficaz implementação, com menores tempos de instalação no terreno. -----

Claro está, que não abandonaremos o sistema de Fagilde, onde a o Governo Central através da APA tem a responsabilidade de construir a nova Barragem. -----

Sempre disse que em todos os possíveis modelos a nova Barragem de Fagilde tem que ser construída. -----

Esperamos assim que o Governo proceda a tal. -----

Senhor Presidente, -----

Senhores Deputados, -----

Nos últimos tempos muitos tem sido os eventos e as iniciativas que têm acontecido no Concelho. -----

É com regozijo que, após estes dois anos de interregno de muita da atividade tradicional, cultural e desportiva, sentimos que se regressa paulatinamente à quase normalidade. -----

Claro está que continuaremos a fazer estas realizações e a participar nestas manifestações da cultura e tradições populares com o máximo de segurança possível. -----

Para concluir, -----

Senhor Presidente, -----

Senhores Deputados, -----

Deixamos à consideração de V. Ex.<sup>as</sup>, através das 31 folhas em anexo, as matérias tipificadas no nº1 e nº4 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a saber: -----

- situação financeira; -----

- informação sobre as entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial; -----

- recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes. -----

E é tudo Senhor Presidente. -----

Anexo 1 – páginas 261 a 273). -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente da Câmara. Algum dos Senhores Deputados quer intervir neste Ponto? Tem a palavra a Deputada Ana Paula Santana. -----

----- TRINTA E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA ANA PAULA FIGUEIREDO SIMÕES



**GOMES SANTANA (PPD/PSD)**: Senhor Presidente da Assembleia, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas Deputados, Senhores Presidentes de Junta, restante Público e Comunicação Social. -----

Parabenizo desde já o executivo municipal por uma iniciativa em particular que foi a Cerimónia de Reconhecimento Municipal à Comunidade Educativa. Faço-o não só enquanto Membro desta Assembleia, mas também enquanto mãe e convidada para o evento. E, sobre essa iniciativa municipal que já replica outras que, entretanto, ocorreram anteriormente permita-me que faça aqui alguns considerandos e que lhe deixe depois um pedido final, e, é por isso que aqui venho. Desde logo porque foi uma cerimónia que reconheceu não só os alunos e a comunidade, mas também a capacidade de resiliência que a comunidade viseense conseguiu superar e ter, e enfrentar em relação aquilo que foi a pandemia. Ainda assim, com tanta adaptação necessária e isso foi transversal ao país e ao mundo, mas o que é certo ainda assim Viseu deslumbrou e Viseu em substância respondeu com sucesso e perseverança. Depois porque aquele evento demonstra não só o mérito educativo dos nossos alunos e da comunidade a que eles se ligou, bem como às suas famílias, mas também a capacidade desta comunidade alocar a Viseu e ao concelho uma economia e todo um conjunto de circunstâncias favoráveis a que a comunidade aqui se localize e aqui desenvolva as suas competências e tenha este resultado. -----

Por último, além dos parabéns, um desafio. Um desafio para que Viseu continue a implementar medidas efetivas não só na área educativa, mas também na economia e nas famílias, para que eventos deste cresçam, se desenvolvam, e depois nos anos subsequentes, além das mais de 2 mil pessoas que ali estavam consigam estar muitas mais, porque aquilo foi só o reflexo, não só da comunidade educativa, mas também da comunidade cultural e da comunidade económica. Em tempos onde a educação no futuro vai sofrer tantas alterações, onde o executivo vai ter que enfrentar respostas distintas das anteriores, fruto da transferência de competências, importa que o mesmo se capacite, e ali foi um bom exemplo de que isso é uma promessa quase certa para que esta comunidade seja um exemplo para todo o país. Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Lúcia Vilhena. -----

----- **TRINTA E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA MARIA DE ABREU VILHENA (BE)**: Bom dia a todas e todos. Esta saudação é antes de mais um enorme respeito por todas estas pessoas que aqui estão, e é feita numa linguagem inclusiva que desejamos realmente posta em prática. -----

Começo por saudar o Senhor Presidente e acompanhá-lo na crítica que faz ao centralismo governamental deste país nas suas declarações! Parece de fato que vivemos uma realidade paralela. A capital do país é de facto outro mundo! Como diz o Senhor Presidente, os tempos são difíceis. -----

A inflação fez disparar brutalmente tudo o que mexe com a vida das pessoas, a começar pelo que é um direito fundamental que é a habitação, (e, diga-se de passagem, que neste momento o preço das habitações arrendadas em Lisboa e Viseu já quase estão iguais. -----

E já que estamos a falar em urbanismo questionamo-nos nós sobre o PDM aprovado em Câmara pelo PSD e PS e que não está ainda disponível para online para consulta. -----

Continuando ainda a falar de inflação e tempos difíceis, vimos mais uma vez, mais uma vez apresentar algumas questões sobre a matéria da inflação. -----

Para quando a tarifa social automática da água? E já que falámos aqui da água. -----

Para quando a reposição dos horários pré-pandemia dos transportes, ou seja: mais horários; mais frequência; cumprimento dos mesmos? -----

Para quando a implementação de bicicletas e trotinetes (à semelhança de outras cidades), facilitadoras da mobilidade? -----

Temos recebido emails, queixas, telefonemas, exatamente a debater a história dos transportes, é uma questão recorrente. -----

A mobilidade é muito mais do que a palavra, é uma questão de justiça social e ambiental e por isso um direito. Obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Paulo Pereira. -----

----- **TRINTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Bom dia a todas e a todos. Senhor Presidente, Senhoras Secretárias Senhor Presidente do Município, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, caros Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Senhora Presidente de Junta e restante Público presente. -----

Vou aqui abordar o primeiro tópico da intervenção relativa à Informação do Presidente, sobre a escalada de preços e nesse sentido esta minha intervenção acaba por ser um *follow-up* da última intervenção que fiz nesta Assembleia Municipal. -----

Já todos sabemos que os dois últimos anos foram fortemente afetados pela crise pandémica e as respetivas consequências económicas, e agora a invasão da Ucrânia pela Rússia veio agravar ainda bastante mais a situação económica, e isto, a vários níveis. -----

Ora, eu referi na Assembleia, e o Senhor Presidente apresenta algumas estatísticas de preços, mas eu trago aqui dados mais recentes. -----

Eu referi na Assembleia de abril que a taxa de inflação em Portugal tinha atingido 5,3% no mês de março, mas agora aumentou para 8,0% com referência ao mês de maio, isto em valores homólogos. Expliquem-me como podem as famílias suportar este aumento quando se verifica um aumento de menos de 1% para os trabalhadores da função pública e os restantes veem os seus aumentos também indexados a este valor. -----

Referi na Assembleia Municipal de abril que o INE estimou o aumento dos custos de construção em 8,6% e dos materiais usados neste setor da construção em 10,1%, estes valores relativos a fevereiro. Estima-se agora que os custos de construção tenham aumentado 14,3% e o preço dos materiais apresente uma variação de 20,5%, se considerarmos o mês de abril, isto também sempre em valores homólogos. Note-se que ainda não estão disponíveis valores para maio. -----

Além disso, a escassez de produtos provoca atrasos significativos na aquisição dos materiais de construção. -----

Sinal destes tempos foi a conversa que tive há pouco tempo com um amigo que tem uma pequena empresa na área da construção em que me referiu que os orçamentos apresentados pelos seus fornecedores têm atualmente um prazo de três dias. Então, a decisão tem que ser tomada nesses três dias senão o preço aumenta. -----

Determinados produtos específicos, como o alumínio e o cloro, entre os utilizados nas obras e pelo Município, apresentam já variações homólogas de 200% e 300% no seu custo, ou seja, aumentaram para o triplo e o quádruplo do seu valor. -----

Como também o Senhor Presidente referiu, o Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, estabelece o novo regime excecional e temporário criado pelo Governo, dirigido especialmente para as empreitadas públicas, mas aberto na generalidade, que permite a revisão do preço das empreitadas, até ao final do ano, e, é como o Governo refere, uma medida para dar resposta ao cenário de inflação que tem vindo a agravar os preços dos materiais de construção. A regra é que se os custos dos materiais, mão de obra ou equipamentos subirem 20% ou mais, as construtoras vão poder forçar uma revisão extraordinária dos preços das obras. Como vimos, este valor de 20% está neste momento a ser atingido. -----

Eu queria solicitar ao Dr. Fernando Ruas como Presidente deste Município, um pedido de esclarecimento para ver se a interpretação que eu faço é uma interpretação correta. -----

Fazendo um exercício simples: uma obra fictícia financiada em 85% por Fundos Comunitários, suponhamos que esta obra foi adjudicada em 1 milhão de euros, para facilidade de cálculo. Caso o aumento mínimo de 20% seja aplicado, a obra passa a custar 1 milhão e 200 mil euros. Quem é o responsável por esta diferença? É que se o financiamento comunitário não se alterar, a contrapartida do Município passa de 150 para 350 mil euros, ou seja, um aumento de 133% mais 2,33 vezes o valor inicial. -----

Ora, esta situação é gravosa para as autarquias, tem efeitos diretos nas contas dos municípios que vamos analisar de seguida, e implica reprogramação com revisões orçamentais em alta, provocando atrasos nas obras, aumento das participações nacionais e, concomitantemente, um aumento dos custos das obras projetadas pelas autarquias, que pode mesmo obrigar a travar projetos, o que já acontece em alguns municípios. -----

----- Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva. -----

----- **TRINTA E SEIS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Muito obrigada Senhor Presidente. Reitero os cumprimentos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, caríssimos Colegas Deputados da Assembleia Municipal, Senhores Funcionários, Comunicação Social e Público presente. -----  
Senhor Presidente quando li as informações de Vossa Excelência, confesso que fiquei deveras surpreendida pela apreciação que faz à construção do Centro de Ambulatório e Radioterapia do CHTV. -----

O expectável seria que o Senhor Presidente elogiasse e congratulasse a aprovação da candidatura aos fundos comunitários, ao Portugal 2020, para a construção do Centro de Radioterapia do CHTV. -----

Isto porque Senhor Presidente, estamos a falar numa obra no valor de 26 milhões de euros, que há muitos anos, eu diria mesmo até, há décadas, é uma necessidade sentida pelos viseenses e pela região. -----

Senhor Presidente, até me rogo no direito de lembrar o Senhor Presidente que a cor política Local, ao longo da democracia, foi sempre da direita, foi sempre presidida pela direita e que direita, PSD e ainda um mandato CDS, localmente, e que, em alguns anos, até coincidiu com a cor política do Poder Central, e a bem da verdade, quer o Poder Local, quer o Poder Central aquando era a direita governo, a pergunta que se coloca é: que resposta foi dada a esta necessidade à muito sentida? -----

Senhor Presidente, Esta não pode ser uma questão de retórica, pois a resposta é demasiado evidente, e se a obra agora vai ser uma realidade é porque a direita, nomeadamente o poder local, PSD, não teve força política, não foi capaz de usar a magistratura de influências para a concretização de uma tão premente necessidade, na área da saúde para os Viseenses, e, contrariamente ... -----

*O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.* -----

- *A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva prossegue a sua intervenção dizendo:* Senhor Deputado não fique nervoso, não fique nervoso. Tenha a diplomacia de ouvir-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* agradecia que não houvesse diálogo. Pode continuar a sua intervenção Senhora Deputada. -----

- *A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma a sua intervenção dizendo:* Obrigada Senhor Presidente. -----

E, dizia eu que contrariamente os Deputados do Partido Socialista, e aqui, vamos ter

também que fazer justiça a quem de direito, e dizia então, os Deputados do Partido Socialista na pessoa do Senhor Deputado e Vereador Dr. João Azevedo que foi capaz de colocar a sua magistratura de influências ao serviço de Viseu e da região para que meio milhão de utentes possam dispor do serviço de radioterapia em Viseu. -----

Senhor Presidente, nós sabemos que o Senhor Presidente não acreditava na concretização do Centro de Ambulatório e Radioterapia. Sim! Não só não acreditava como também, e aqui relembro o período da campanha eleitoral autárquica, em que o candidato Fernando Ruas ironizava, referia-se ao Centro de Radioterapia como sendo um embuste e uma falsa promessa eleitoral do candidato do João Azevedo. -----

Afinal o Senhor Presidente falhou nas suas promunições, mas curiosamente, agora, procura apropriar-se da concretização do Centro de Radioterapia do CHTV, agora o Senhor Presidente procura tirar dividendos de uma obra que ainda não iniciou, mas o processo está em curso não é, aliás, as casas não se começam pelo telhado e, portanto, esta obra, que podemos considerar uma obra, está no processo, e o processo está a decorrer no sentido positivo, e portanto, está tudo... ou seja, está como quando os senhores fazem uma obra, ela tem princípio meio e fim, e portanto, ela está a decorrer e está a ser tudo confirmado. E, portanto, dizia eu, que agora o Senhor Presidentes procura tirar dividendos de uma obra que não acompanhou, que nada fez para que acontecesse, aliás, os Vereadores do Partido Socialista já tiveram também a oportunidade de lembrar ao Senhor Presidente isto mesmo. Mas também aqui, nada de novo, essa é uma prática constante no PSD local, aliás, ainda hoje de manhã assistimos a um episódio desses, portanto, em que o PSD se apropria de algo que faz parte de uma outra freguesia, mas que localmente a freguesia, entretanto se apropriou. E, portanto, dizia eu que o PS faz obra ... -----

- Alguns dos Senhores Deputados intervêm dos seus lugares não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Atenção Senhores Deputados, agradece o silêncio. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva prossegue a sua intervenção dizendo: eu sei que os Senhores Deputados não gostam de ouvir as verdades. -----

Mas também aqui, nada de novo, essa é uma prática constante no PSD local. O PS faz obra, e o PSD, através dos seus autarcas, apropria-se da obra e porque tem canais de comunicação fortes, porque é poder local, transmite essa mensagem aos munícipes. -----

Senhor Presidente, para terminar, na sua explanação, nas informações, o cisco que o Senhor Presidente encontrou, sobre a construção do Centro de Radioterapia do CHTV foi o possível atraso na conclusão das obras, uma vez que estas ainda não iniciaram. Assim, deixo uma pergunta ao Senhor Presidente: quantas obras que ao longo das suas quase três décadas de poder local, presididas por Sua Excelência se atrasaram? Senhor Presidente, certamente que os dedos das minhas mãos não são suficientes para as contar. -----

Senhor Presidente, -----

Caríssimos Deputados, -----

Na política não pode valer tudo. -----

“O seu a seu dono”. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado João Paulo Rebelo. -----

----- TRINTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS): Senhor Presidente mais uma vez renovo os cumprimentos. -----

Senhor Presidente, no Ponto das Informações, tal como já antecipávamos e tínhamos conhecimento da sua intervenção, aborda o tema da água, como já aqui tinha vindo dizer, é um tema particularmente importante e ao qual entendo que devemos mesmo dar muita atenção, e sobretudo tem que haver um conhecimento amplo dos factos por parte de todos

os viseenses. Não vou estar aqui a perder muito tempo com considerações óbvias, quer dizer, nenhum de nós vive sem água, o planeta não vive sem água, e, portanto, obviamente que é uma temática que não é da maior relevância, é uma temática absolutamente central, crucial, na nossa vida. O Senhor Presidente da Câmara foi Presidente da Câmara durante 24 anos, depois deixou de ser durante 8 anos e agora é novamente Presidente da Câmara, e tem dito, enfim, que se responsabiliza sobre esta matéria a partir do momento em que exerce novamente funções. Eu compreendo em parte a sua afirmação, mas eu acho que, aliás, o Senhor Presidente da Câmara já hoje teve aqui a oportunidade de dizer que deixará obra para outros inaugurarem, e, portanto, isto é da vida, é um continuo e, portanto, quem está no exercício destas funções naturalmente também tem que, não só responsabilizar-se por enfim, decisões e por coisas que tenham acontecido antes do nosso exercício de funções, mas sobretudo que as deve tomar em conta, que as deve tomar em conta. Mas, eu queria deixar-lhe aqui duas ou três perguntas muito objetivas até porque na primeira parte desta discussão, ou seja, no Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente, e julgo ter ouvido bem, e é por isso que lhe peço um esclarecimento, terá dito, porquê um sistema multimunicipal quando está mais que visto que esses são claramente minoritários no nosso país, e, portanto, a associação diria, natural, será às Águas de Portugal? E, eu posso ter, admito, interpretado mal, até porque na intervenção que agora nos leu, a uma determinada altura diz, não abandonaremos o sistema de Fagilde onde o Governo Central através da APA tem a responsabilidade de construir uma barragem. Queria que esclarecesse para que todos fiquemos, enfim, esclarecidos sobre, e, se eu estou a depreender bem, qualquer coisa do género, não, não, mas Fagilde tem que existir, tem que existir sempre, e tem que haver lá uma nova barragem independentemente de haver um sistema multimunicipal ou não a geri-lo, só para que todos nos esclareçamos. Porque Senhor Presidente, o Partido Socialista tem nesta matéria uma posição firme e inabalável já há alguns anos. Defendemos mesmo um sistema multimunicipal para a gestão das águas. Um sistema multimunicipal que envolva naturalmente o Município de Viseu, outros municípios vizinhos, até porque acreditamos mesmo que a nossa região é uma região mais forte, se uma região mais solidária, mais coesa, e, portanto, mais unida. E, entendemos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu hoje, tem condições acumulando a Presidência da Comunidade Intermunicipal Dão Lafões para justamente exercer essa liderança, e quero aqui dizer, no bom sentido, exercer essa liderança de forma exemplar, de forma a de facto agregar, de forma juntar, e a sentirmos que todos ganham e beneficiam. O Senhor Vice-Presidente da Câmara está a olhar para mim com ar animado, mas eu tenho muito mais animação a olhar para ele, porque ele parece que hoje defende uma coisa que até há pouco tempo atrás não defendia, que é bem o contrário. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia que não houvesse diálogo está bem? -----

- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo: a bancada do PSD tem amplas intervenções e declarações vertidas em Ata, e recordo uma muito em particular em especial em junho de 2018, em que se reafirma a boa solução que à data o executivo municipal preconizava, e, diabolizava-se quase até as Águas de Portugal, porquanto esses senhores só querem intervir para benefício próprio e prejuízo dos viseenses. Portanto, uma coisa que eu quero que fique absolutamente clara na minha intervenção é: o Partido Socialista tem uma posição, e que é a mesma posição que tinha aqui há uns tempos atrás. Defendemos um sistema multimunicipal para a gestão da água! Entendemos como muito mas muito importante o investimento na nova barragem, como o investimento em tudo o que diga respeito a infraestruturas para tratar o tema da água, e achamos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, volto a dizer, Presidente da CIM Dão Lafões deve até em coerência com o seu discurso ter uma atitude semelhante. Ó Senhor

Presidente, eu não quero estar a abordar muito, enfim, a longa intervenção que fez em vários temas, mas que há um traço comum sempre nestas suas intervenções e no período das informações que nos traz cá. Há sempre uma lamechice e uma queixa permanente relativamente ao centralismo do país, o centralismo lisboeta, o centralismo lisboeta. Mas, o Senhor Presidente da Câmara ainda há poucos minutos disse nesta Assembleia: nunca, nunca os 70% de consumidores daquela água que são os Viseenses se subjugarão aos 30% restantes. Olhe, se em Lisboa se aplicar o mesmo princípio estamos mal da nossa vida, estamos muito mal da nossa vida, porque se de facto nós começamos a cingir e a discutir as políticas públicas com base nas maiorias, ai vamos mesmo ter que nos queixar porque aí não haverá dinheiro para o resto do país, então lá é que estão todos. Portanto, a coerência que eu hoje aqui já fiz, enfim, costuma-se dizer que presunção e água benta cada um toma a quer. Eu não quero ser imodesto, mas também pior que a imodéstia pode ser a falsa modéstia, eu procuro manter alguma coerência nas minhas posições, e, portanto, o que eu defendo, fora, e noutros contextos que não os municipais nomeadamente a nível nacional, procuro depois também que haja uma coerência com o que se defende aqui localmente. Nós temos mesmo que ser solidários com os municípios vizinhos ó Senhor Presidente, e sobretudo numa matéria desta importância, que é a importância da água, porque eu não me sinto bem de facto quando abrir a minha torneira e não cair água, mas também não me sinto bem se na minha torneira cair água e na do meu vizinho não cair... -----  
Verificam-se algumas reacções de alguns Senhores Deputados que não são perceptíveis na gravação. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Calma. Agradecia que não houvesse diálogo está bem? -----

- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo: ... porque eu quando abrir a torneira de minha casa, se verter água, mas nos municípios vizinhos não verter eu não me vou sentir bem, acho aliás, que o mundo não anda bem se nós não tivermos este espírito coletivo, solidário, e no fundo preocupado com todos nós. Nós já tivemos problemas de água, e eu compreendo que o Senhor Presidente tem aqui um argumento forte. Não tem um argumento forte, faz uma afirmação com que toda a gente concorda. É evidente que ter água é absolutamente essencial. Nós temos um problema, eu recordo bem esse problema e o Senhor Presidente também e muitos aqui se recordarão. Aqui em casa dos meus pais na Rua Alexandre Herculano não conseguíamos a determinada altura pôr o esquentador a funcionar nalguns meses de verão, e eramos vizinhos, exatamente, justamente, eramos vizinhos e lembramo-nos bem disso. A minha irmã preconizou um episódio espetacular que lhe fui bater à porta com uma toalha enrolada na cabeça e com um jarro na mão a dizer, ó Senhor Presidente não há água para ligar o esquentador. E, o Senhor Presidente na altura fez o que lhe competia, é verdade. Caía um fio de água, e o fio de água não ligava o esquentador, não se conseguia, era de jarro, era de jarro. Agora felizmente isso já não acontece, e naturalmente que o Senhor Presidente da Câmara teve um papel nisso, olhe, não podia ser outra pessoa que não fosse o Presidente da Câmara, não havia de ser seguramente o Presidente da Junta não sei de onde, não é? É evidente! O senhor tem que assumir, ou melhor as pessoas reconhecem-lhe obviamente o que faz e o que não faz, isso como é óbvio. -----

Não queria perder muito mais tempo Senhor Presidente, queria-lhe perguntar objetivamente: portanto, a ideia é continuar a defender um sistema multimunicipal ou por outra dizer, não, não tem que haver ali uma barragem, nós precisamos daquela água, dependemos dela porque os 10 mil metros cúbicos que agora eventualmente... atenção Senhor Presidente que dizem que esses 10 mil metros cúbicos pode ser, digamos, um dado algo ambicioso, era importante também que nos desse e nos transmitisse aqui informações e muito especificamente: o como? O quando? E o quanto? Esta é uma matéria que é

absolutamente essencial. O Senhor Presidente da Câmara diz: não, teremos um problema é se abirmos a torneira e não termos água. Esse é o maior drama, mas também teremos um problema se abirmos a torneira e cair água muito cara, e o Partido Socialista, obviamente, quer aqui uma posição equilibrada, porque se demonstrou, num estudo já pago, que efetivamente a melhor solução seria uma solução multimunicipal, independentemente do passado, e porque é que andou e porque é que não andou, e durante 6 anos fizeram ou não fizeram. Eu já estou como diz o Senhor Presidente, eu nesta Assembleia Municipal estou de regresso desde 2021, portanto, agora interessa-me é olhar para a frente, e resolver as questões a partir de agora. Estaremos solidários quando o Senhor Presidente da Câmara diz assim: não, não, eu estou a tentar aqui uma solução que não nos deixe, permita-se-me a expressão, “de calças na mão”. Se houver um problema temos aqui uma solução, mas é uma solução de resiliência. Parece-me bem. Agora estou mesmo, estamos mesmo interessados em perceber o que é que vai acontecer nomeadamente ao trabalho que foi feito, porque foi feito trabalho, porque foram feitos estudos, porque foram feitas reuniões, porque foram feitos, ou tentativas de alcançar, digamos, consensos à volta desta matéria, e, portanto, entendemos nós, não devem ser desperdiçados esses esforços sob pena de estarmos a falhar uma melhor solução. -----

Senhor Presidente da Câmara, tem de facto que promover um largo, um amplo debate sobre esta matéria, toda a gente tem que ficar devidamente esclarecida para pensarmos, ou melhor, para em consciência decidirmos sobre uma matéria tão importante. -----

Por último, para terminar. Não se apanham de facto moscas com vinagre ó Senhor Presidente da Câmara, e o Senhor Presidente da Câmara também... não é o defender o Governo, ou defender o partido do Governo, a gente defende os nossos interesses com respeito pelos outros e tal, mas também o Senhor Presidente da Câmara, se pudesse, se pudesse não ter a atitude absolutamente, também digamos, excessiva do meu ponto de vista no que diz respeito ao que Administração Central, o Governo não faz, não faz, até dá a impressão que tudo o que é feito, é feito pelo Executivo e pelo Senhor Presidente da Câmara, tudo o que não é feito a culpa é de alguém, é do Governo, até porque mais uma vez seria coerente com as suas próprias palavras. Na última Assembleia Municipal o Senhor Presidente da Câmara deixou aqui quase uma ameaça a um Presidente de Junta de Freguesia: ou muda o discurso ou atenção que depois também muda a nossa atitude. Olhe que se o Governo estiver muito atento às suas palavras também pode legitimar a ideia de: bom, ou também muda o discurso ou muda a nossa atitude. Bem, eu estava cá na Assembleia Municipal, sei o que ouvi. O Senhor Presidente da Câmara dirigiu-se ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lordosa e disse taxativamente, dançaremos a música que o senhor também puser a tocar. Se o senhor continua com essa atitude, o que se subentendeu, para Lordosa vai zero. Ora, o Governo, o Presidente da APA, o Ministro do Ambiente, toda essa gente se ouvir essas suas intervenções e se ler estas suas intervenções se calhar também fica com pouca vontade de lhe fazer barragens! Era importante, era importante, e eu defendo isto há muito tempo nesta Assembleia que os poderes se conjuguem. O Estado somos todos, é a Administração Local, é a Administração Central, e as coisas têm que ser conjugadas. Nós, Partido Socialista defenderemos sempre aquela barragem, a necessidade de investimento naquela barragem, a mobilização da APA, a mobilização do Ministério do Ambiente, é isso que queremos, é isso que faremos, agora, o Senhor Presidente esclareça se faz favor qual é de facto o plano, se é abandonar aquela ideia e ficarmos nesta lógica de resiliência com as Águas do Douro e Paiva. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves. -----

----- **TRINTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente. Reiterar os cumprimentos e agradecer-lhe

desde já Senhor Presidente da Câmara a comunicação que nos trouxe. Eu era para vir aqui apenas falar sobre a questão do Centro Hospitalar, e bem, Fernando Ruas colocou aqui a questão da aprovação recente embora com o atraso em função daquilo que tinha sido a propaganda eleitoral que o comissário político que se intitula de Presidente do Conselho de Administração fez durante a campanha eleitoral, e que mais uma vez nós viemos a perceber que se tratou de um momento e de uma encenação de propaganda eleitoral, e que já falhou no primeiro prazo, ou seja as obras não começaram no final do primeiro trimestre. Agora, temos que naturalmente regressar ao histórico, e o que aqui foi dito é que o PSD nada tinha feito, e os governos do PSD, não diga de direita, à sua direita, mas os governos que foram liderados pelo PSD nada tinham feito relativamente a esta matéria. Foi o único governo, e agora, pela segunda vez alguma coisa foi feita relativamente à instalação de um Centro Oncológico em Viseu. A decisão política foi tomada, a decisão política de instalar uma segunda Unidade de Radioterapia na Região Centro arrastava-se desde os finais dos anos 90. Desde os finais dos anos 90. A primeira proposta para localização foi ainda durante um governo de Durão Barroso, passou os governos de José Sócrates e nenhuma decisão política foi tomada quanto à localização na Região Centro de mais uma Unidade para além da que existia em Coimbra. E, foi o governo de Pedro Passos Coelho após ter estado a tratar da reabilitação e da recuperação do país e da credibilização do país em termos internacionais, fruto do desgoverno de José Sócrates, vocês lá saberão o que andaram a fazer, mas a verdade é que a decisão política de localizar em Viseu foi do governo do PSD. Esta é a decisão importante. Esta era a mais importante: onde é que se vai fazer? E mais, deixámos claro qual é que era o nosso modelo, e já deveríamos ter a unidade a funcionar com um serviço público porque não há capacidade de investimento, como não houve até agora, não houve. Tivemos durante estes 6 anos o pior período de investimento público que há na história de Portugal nos últimos 60 anos. Porquê? Porque as opções do governo Socialista em função do acordo que fizeram da geringonça foi cancelar tudo que era investimento e parceria com privados nem que o serviço fosse público. E, era esta a modalidade que tínhamos para o Centro Oncológico de Viseu. Já devia estar construído e a funcionar e ao serviço dos viseusenses a partir de 2017. Se hoje não está, ou se ainda não está, se deve às más opções políticas e às más companhias do governo Socialista de António Costa e que os senhores todos validaram. Andaram amancebados com o PCP e com o Bloco de Esquerda e a culpa não é nossa, é vossa, e, por isso, se há alguma coisa não foi feita, ou se os viseusenses hoje não têm um Centro Oncológico a funcionar a responsabilidade é toda vossa! E mais, onde é que estavam os Senhores Deputados do Partido Socialista quando no Orçamento de Estado de 2019 tiveram que votar contra a proposta que até foi apresentada pelo Dr. Fernando Ruas enquanto Deputado para tudo fazer para que ficasse no Orçamento de Estado a possibilidade de se construir o Centro Oncológico? Votaram contra a proposta de alteração. Esta foi a verdade. E mais, o que está aqui a acontecer hoje é um processo que apenas vai ter capacidade de execução no próximo quadro comunitário. Todos nós sabemos isto, e nós já sabíamos que era assim, andaram aqui a criar... o que se fez foi a possibilidade de se candidatar neste quadro para passar para o outro. Não há verba neste, não existe. Os prazos... não são sérios quando nós estamos a dizer que ficam concluídos até ao final de 23. É mentira! E, devíamos ser mais sérios. Mais, a candidatura que foi feita é à infraestrutura, ao betão. E os equipamentos? Isto é importante dizer-se. Não é dizer que já vamos ter um Centro Oncológico. Não, vamos ter um bunker, um ou dois, não faço ideia do que é que está no projeto. Vamos ter lá uma infraestrutura em betão. O equipamento não está garantido e isto que fique claro, e quem, o disse foi o comissário político que se autointitula Presidente do Conselho de Administração. Foi ele que nos disse em reunião tida connosco em campanha. Ah, isso não sabemos. Ninguém sabe! Por isso, na melhor das hipóteses o que vamos ter construído e bem, é o Centro de Ambulatório para onde vão



passar os hospitais de dia que é uma medida de gestão boa, temos que reconhecer, liberta espaço no hospital. Agora, a Unidade de Radioterapia vamos lá ter o bunker, isso é certo, o resto não existe, o resto é conversa, é como a barragem. A APA vai querer fazer a barragem? O Ministro disse que ia fazer a barragem? Onde é que está o protocolo? Como é que avançamos com o investimento? Nada disto acontece para o Centro Oncológico ou para a Unidade de Radioterapia, por isso, ficamos satisfeitos com o avanço da obra, mas não estamos tranquilos porque não há compromisso nenhum quanto ao resto, e daí a mudança para Centro de Ambulatório, e daí a necessidade de andar sempre a dizer que é um Centro de Ambulatório e depois lá se disse no fim Unidade de Radioterapia, até se diz baixinho. Não é Unidade de Radioterapia Centro de ambulatório, não! É Centro de Ambulatório e Unidade de Radioterapia, e por aí vemos a ordem da prioridade e aquilo que se vai conseguir fazer primeiro, não tenham dúvidas disso, e depois cá estaremos mais uma vez como estivemos sempre. A Senhora Deputada sabe onde é que estava em 2017? Sabe onde é que estava em 2017? Estava a inaugurar uma placa. Vocês inauguram tudo, até placas, e a tirar a fotografia, mais uma, mais uma, porquê? Era época de eleições, dava jeito. E, supostamente aquela unidade que foi inaugurada na placa já devia estar em funcionamento hoje, em 22, à disposição dos viseenses. O que é que nós temos? Estamos hoje a congratular-nos com a aprovação de uma candidatura. Quem é que é sério aqui? Não estamos a falar dos outros lá atrás, é nós aqui, durante este período. Quem é que está a ser sério? Por isso, exigimos um bocadinho mais de bom senso e de respeito sobretudo quando falamos no trabalho de cada um. Nós temos a consciência tranquila do que fizemos, temos a consciência muito tranquila. Se hoje a segunda Unidade de Radioterapia na Região Centro está localizada em Viseu se deve ao trabalho que fizemos nós nos nossos governos quando foi possível, e foi essa a decisão política, e, eu espero que a partir de agora avance. Agora, Senhor Presidente, eu não vinha aqui discutir o Hospital pela questão do investimento na Centro Ambulatória e Unidade de Radioterapia porque essa é a parte fácil, anunciar, pronto, uma candidatura, e bem, eu queria saber primeiro o que é que está implícito nessa candidatura e qual foi a razão do atraso? Se o atraso se deve a alguma responsabilidade municipal, que também tem que aprovar e validar os projetos, ou se há outras razões para o atraso que nós desconhecemos e que teremos que ir ao encontro delas para que os viseenses percebam o que é que está a acontecer? Mas há mais Senhor Presidente, nós temos uma resposta de cuidados em saúde no concelho que me preocupa bastante, e aqui não ouço ninguém falar. Hoje nós temos um Hospital Central sediado no nosso concelho que deve ter um conjunto de respostas no acesso à urgência e estão a falhar, e ninguém fala disto, porque o comissário político que lá está, em vez de estar preocupado em responder aquilo que são as necessidades que os viseenses têm no acesso à saúde, não, esteve mais preocupado em envolver-se nas campanhas eleitorais. Os senhores sabem que por exemplo um utente que se dirija às urgências porque não tem outra forma de o fazer para ser atendido numa resposta médica num outro concelho vizinho aqui e no nosso também, porque não há condições de o fazer e é triado com um amarelo que devia ter uma resposta de uma hora para ser atendido por um médico, chega a estar nalguns momentos 12 horas à espera para depois ser encaminhado quando não há essa especialidade, para Coimbra. Para percorrer o IP3 que ainda hoje não saiu do papel. Esta é uma preocupação que nós temos, e não há resposta nos cuidados de saúde. E, onde é que está o comissário político? A fazer política, a participar nas campanhas eleitorais. Não a defender a qualidade dos serviços de saúde da resposta que dá aos utentes, e também da segurança para aos utentes e para os seus profissionais. E, era isto que eu gostava que o Presidente do Conselho de Administração fizesse, mas não faz. Atrasa-se nas obras, faz promessas, faz campanha eleitoral, e não defende a Unidade de Saúde que tem que gerir, não defende os profissionais de saúde, e tão pouco defende os interesses dos utentes que a ele acorrem quando têm necessidade. Por isso

Senhor Presidente, esta é uma preocupação que nós temos, porque nós já percebemos como é que funciona o governo do Partido Socialista. Veja: a Unidade de Saúde que foi construída na Rua das Bocas. Está feita, está equipada e tudo esta. Feita equipada e tudo. Aquilo que era da responsabilidade municipal está feito. Porque é que a obra não está à disposição dos viseenses? Sabem porque é que não está à disposição dos viseenses? Era importante estar. Mas, a responsabilidade da alocação dos meios humanos ou dos recursos humanos de saúde naquela unidade é do governo, daí a pressa se calhar Senhor Presidente de querer passar para as autarquias a responsabilidade de lá colocar alguns profissionais e de gerir alguns equipamentos. E, isto preocupa-nos. Cada vez menos temos capacidade de resposta de qualidade para os viseenses em matéria de saúde, e parece que vivemos numa ilha, num oásis e que só no resto do país é que há problemas. Não é assim, e eu temo que a incapacidade de reivindicação por parte de quem gere o hospital, e, eu tenho esta certeza porque, quando nós estivemos no governo, os primeiros a reivindicar junto do Governo, junto dos Deputados era o Conselho de Administração, porque o objetivo de quem está no Conselho de Administração não é ser voz do dono ou ser comissário político, é defender os interesses sejam do hospital e principalmente sejam dos utentes que têm que se socorrer deste serviço. Por isso Senhor Presidente, quanto ao hospital estamos falados, e quanto ao Centro de Ambulatório vamos aguardar pelas notícias, e infelizmente tenho a certeza que não me vou estar a enganar quanto à forma ou ao tempo para equipar aquela unidade. ----- E, por último, quanto às Águas: eu nem era para falar outra vez das Águas, mas temos que falar das Águas. E pelo que foi aqui discutido e abordado hoje, percebemos todos que estamos numa fase muito insipiente da discussão. Não vale a pena estarmos aqui a dizer que há produtos acabados e respostas feitas e que têm aqui que ser dadas hoje. Mas já percebemos uma coisa, que temos que a discutir de uma forma desempoeirada, sem qualquer compromisso com qualquer solução, acho que é assim que as coisas devem ser feitas desde que defenda o interesse público e que garanta o melhor serviço público também. E, o ponto de partida que nós temos para discutir a água... eu há pouco, penso que também fiz essa abordagem, prende-se com as questões das prioridades e das necessidades. Isto é: o que é para nós hoje mais importante em função daquilo que são as necessidades que temos no concelho no abastecimento de água, e que é da nossa responsabilidade resolver, e que nós podemos no imediato tomar uma decisão para que isto aconteça? Nós sabemos identificar o diagnóstico, temos a noção exata da quantidade de água que falta para que o sistema possa não ter falhas, percebemos que precisamos pelos vistos de 7 milhões, ou de qualquer coisa de litros de água armazenados na barragem, e precisamos então de ter essa compensação, ou 7 mil milhões, uma coisa assim, não é? Precisamos de ter esta compensação. Já se fez um acrescento que aumentou uns metros cúbicos significativos. Neste momento a única forma de suprir rapidamente a necessidade de água, é alguém que nos traga água diretamente ao município, isto é evidente não é, precisamos de ter a água aqui, uma vez que esperar pela barragem, constituir a empresa multimunicipal, ter recursos técnicos competentes para poder fazer os concursos em concorrência com os outros subsistemas que já existem, e nós não vamos ter esta capacidade de responder no imediato, no entanto, isto não era razão suficiente para optarmos por uma solução que desse mais prejuízo ao município, em que os viseenses tivessem que pagar a água mais cara. Isto não era razão suficiente, só porque nós achávamos que ia demorar mais tempo vamos então trazer o prejuízo para o orçamento municipal. Não! Se nós temos a possibilidade de estar integrados num sistema que também é estes das Águas de Portugal, ou neste caso do Douro e Paiva, também, embora sendo das Águas de Portugal que tem a maioria, também é multimunicipal, também tem uma série de concelhos, e por essa mesma razão, pela dimensão que tem conseguimos reduzir os custos de produção de água e de oferta da água ao município. Quanto menor for o sistema maior são os encargos a repartir por um menor número de pessoas, e eu não sou de matemática,

sou de letras, mas percebo as questões da proporção e da escala não é, e nesse sentido, aquilo que nos parece muito óbvio é que nunca foi estudado de forma séria a adesão a outro tipo de sistemas nomeadamente a estes das Águas de Portugal. Houve no passado, e aqui quando falamos de solidariedade, a intenção de criar um sistema intermunicipal com oito municípios, mas depois de repente, houve três que não foram solidários com outros três, quiseram sair outros três, e agora querem exigir de Viseu a solidariedade para eles quando não tiveram com os outros. Houve um momento em que haviam uma empresa intermunicipal com oito concelhos e passámos a cinco. Quem é que quis sair da de oito? Sabemos quem? Sabemos! Mangualde, Nelas e Penalva. Quiseram sair por alguma razão certamente para defender o interesse de Nelas, Mangualde e Penalva, não foi para defender certamente os interesses de Viseu porque Viseu mantinha-se, e agora querem que Viseu fique aqui à espera que os outros decidam, que Nelas, Mangualde e Penalva decidam os interesses de Viseu outra vez. Não! Podemos e devemos contar com Nelas, Mangualde, Penalva, S. Pedro, Vouzela, Castro Daire, Sátão, os que se quiserem associar, isso ninguém põe fora de questão, agora, nós temos a obrigação de defender os nossos interesses no imediato e o mais rápido possível, e, por isso é que eu julgo que em boa hora o Senhor Presidente da Câmara aceitou reunir com as Águas Douro e Paiva, em boa hora percebeu que está em cima da mesa uma proposta que pode ser mais rápida e muito mais eficiente e eficaz na resposta ao abastecimento de água do concelho e que não põe de parte que a APA faça os investimentos na Barragem de Fagilde, mas no entanto, no imediato queremos é ter água disponível para abastecimento e para consumo humano, e dessa forma só o conseguimos fazer se alguém a trazer, e mais ainda, melhor é se o investimento tiver que ser feito não às custas do orçamento municipal mas em função daqueles que são os objetivos da empresa que tem que suportar o investimento para a prazo poder ter o retorno através da exploração que faz da venda da água para os nossos munícipes. Ao contrário, todos estes investimentos que nós estamos a falar que têm que ser feitos, são da nossa responsabilidade e vão repercutir-se se for o tal sistema multimunicipal local, vão-se repercutir todos no custo da água. Todos! E, eu, com essa responsabilidade também não quero ficar. Os outros repercutem de forma diferente, com uma dimensão maior e porque é a água é mais barata do país e nós conseguimos tê-la pelo menos 10 cêntimos abaixo ou 20 cêntimos abaixo do que aquilo que nos é apresentado numa perspetiva futura em função daquilo que foi o estudo apresentado para a constituição da empresa supramunicipal, mas não vamos entrar nas questões de pormenor, acho que isso fica para outra altura. Agora, Senhor Presidente é assim, é prosseguir caminho em relação ao que fez e agradecer-lhe esse cuidado que teve como sempre teve na boa gestão dos dinheiros públicos, para nós é muito importante, eu sei que para alguns os dinheiros públicos dá para festas com balões e tudo, para nós não, para nós o dinheiro público é gerido em função... porque é de cada um, o dinheiro não é público, o dinheiro é dos portugueses, é dos viseenses, as pessoas às vezes é que têm um conceito errado, acham que o dinheiro do Orçamento de Estado que é do Partido Socialista. Não é! Não é! O dinheiro do Orçamento de Estado é dos portugueses que lá metem o dinheiro, e temos que fazer bom uso dele, e por isso mesmo, se há uns que o usam a fazer umas festarolas, da nossa parte nós queremos fazer bom uso dele, e Senhor Presidente, faça tudo para defender o interesse público e sobretudo também para garantir que o abastecimento de água vai ser feito da melhor forma, no melhor prazo, e não vamos ter que passar novamente por problemas como passámos em 2017. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** São 13 e 5... é um protesto? Então, faz o protesto e a seguir vamos para almoço e retomamos. -----

Tem a palavra a Senhora Deputada. Pedia celeridade. -----

----- **TRINTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Muito obrigada Senhor Presidente. Permita-me que reitere os

cumprimentos. E, aqui muito rapidamente dizer ao Senhor Deputado Pedro Alves o seguinte: O Senhor Deputado habituou-nos a vir aqui de uma forma muito exaustiva, efusiva, emotiva porque acha que através de que quando levanta o tom é que é uma verdade. Bom. Começemos pelo princípio: O Senhor Deputado cada vez que fala ... -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhora Deputada, um protesto, é um protesto, a intervenção fica para ... -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva prossegue a sua intervenção dizendo: é um protesto. Não, não, mas é um protesto, é um protesto à forma como o Senhor Deputado se dirige às pessoas e às instituições. Quando o Senhor Deputado, e não é a primeira vez que isto acontece, se refere ao Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu, refere-se sempre como o comissário político. Muito bem. O Senhor Presidente do Conselho de Administração, se é Presidente do Conselho de Administração, foi nomeado para isso. É bom que o Senhor Deputado respeite as pessoas e os órgãos. Agora, há uma coisa que eu gostaria de lhe dizer Senhor Deputado, e permita-me aqui uma expressão popular, nós julgamos os outros por aquilo que nós somos. Quando o PSD é governo, designa ou nomeia um Presidente do Conselho de Administração, provavelmente deve ser com essa intenção de comissário político que os senhores o designam, porque é assim que o senhor chama e se identifica quando se refere ao Presidente do Conselho de Administração, portanto, no seu entendimento, na sua forma de fazer política o Presidente do Conselho de Administração é um comissário político, é dito pelo senhor, é o senhor que o diz, ou seja, quando o PSD é governo, esse é o entendimento daqueles que estão lá a exercer funções. -----

Depois dizer o seguinte: todos nós queremos assumir a paternidade das obras quando elas correm bem. Claro, é fantástico! Mas, eu gostaria de dizer ao Senhor Deputado que quem tomou a decisão política para que o Centro Hospitalar Tondela Viseu tivesse aqui um Centro de Radioterapia foi o governo do Partido Socialista, portanto, é a sua palavra, é a nossa palavra e vamos estar sempre nisto. -----

Depois, uma outra questão para terminar. Senhor Deputado, que se levante o primeiro Presidente que nunca teve atraso numa obra. E, depois, o problema é o seguinte: então o senhor começa agora aqui já a pôr problemas naquilo que vai acontecer nos equipamentos? É levantar aqui ciscos. Primeiro façamos a obra. O senhor na sua casa primeiro fez a obra e só depois comprou a mobília. Ó Senhor Deputado, sejamos coerentes, e, uma vez que, pese embora eu compreenda o vosso constrangimento, não tenha sido uma resposta pelo PSD, mas é uma resposta pelo PS e no final quem vai beneficiar são os utentes, isto é que interessa. São os utentes que vão ter uma resposta, são os doentes oncológicos que vão ter uma resposta há muito necessária. Essa é a questão que é importante, e, por isso, todos em frente, e devíamos estar todos unidos e não a criar aqui ruídos à volta daquilo que não existe. -----  
Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Então, há já pedidos de inscrição, mas deixaríamos para depois de almoço para não prolongarmos a discussão. Por isso, se tivessem todos de acordo suspendíamos agora os trabalhos e retomávamos às duas e meia. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Vamos então reiniciar os nossos trabalhos. Pedia silêncio se fosse possível. Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Em relação ao PONTO UM (1) INFORMAÇÃO MUNICIPAL, havia já alguns Senhores Deputados que tinham pedido a palavra. O Senhor Deputado tem a palavra e depois a Dra. Ana Paula. Há mais algum dos Senhores Deputados que queira? -----

----- QUARENTA – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD): Muito obrigado Senhor Presidente. Infelizmente não deu para dar sequência ou seguimento à intervenção que a Deputada Lúcia Silva aqui trouxe, mas é para aqui ficar

claro que em momento algum da minha parte houve deselegância com quem quer que seja nomeadamente com outros Presidentes do Conselho de Administração ou com outros nomeados do Partido Socialista que exerceram funções ou que exercem funções de natureza pública. Se o faço em relação a este Presidente do Conselho de Administração é porque ele intervém diretamente nos processos políticos e eleitorais. Do ponto de vista pessoal tenho a maior estima por ele, no entanto, não posso deixar de referir que a intervenção que faz é sempre no âmbito do processo político ou partidário e eleitoral, daí que tenhamos que classificar as pessoas em função da forma como desempenham as suas funções. Quem o faz com dignidade a gente respeita, já o fizemos aqui hoje à tarde. Quem não soube estar no seu lugar na função de Presidente de Junta de Freguesia também o denunciámos, e foi politiqueiro e foi político partidário. Quando nós estamos em funções de outra natureza temos que saber ocupar o nosso lugar. Foram vários os Presidentes do Conselho de Administração que passaram pelo Hospital, em momento algum este termo foi referido, e se o foi agora é porque é uma circunstância específica pela forma como ele tem conduzido a sua gestão, e nesse sentido, queria aqui deixar claro que não é nenhuma questão de natureza pessoal, não é nenhuma questão contra os nomeados, já tivemos nossos e deles, o Dr. Alexandre, o Dr. Cílio, o Dr. Cílio ainda andou ali a roçar algumas coisas, o Dr. Grade que infelizmente faleceu e teve da nossa parte todo o reconhecimento, trabalhámos com ele sempre com a maior das elegâncias e transparências, a verdade é que nesta questão em particular nós sabemos como é que este processo tem vindo a ser conduzido. Esteve também como eu estive a ver o esquiço do anterior projeto de arquitetura para o Centro Oncológico. Há aldrabice! E, não tem outro nome, que nos foi apresentada em vésperas de eleições, e mais uma vez, e agora já percebemos, já resvalou novamente o prazo, ou seja, isto é politiquice, e eu não aceito, e por isso, se as pessoas querem manter-se na condição de Presidentes do Conselho de Administração têm que definir a prioridade com que estão em funções, e se a prioridade é o partido, é um comissário político, se a prioridade é o hospital então é o Presidente do Conselho de Administração, e a verdade é que, sempre que tem que defender os interesses do hospital, defende os interesses do partido, e foi isso que aconteceu até agora, por isso se a pessoa tem este comportamento não deixa de ser um comissário político e não volto atrás na minha palavra porque esta condição ele não a ultrapassa, e nós vamos ter a certeza absoluta disto porque o tempo vai-nos voltar a dar razão. Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Ana Paula Santana. -----

----- QUARENTA E UM – A SENHORA DEPUTADA ANA PAULA FIGUEIREDO SIMÕES GOMES SANTANA (PPD/PSD): Senhor Presidente na sua pessoa reitero os cumprimentos de há pouco. -----

Venho aqui porque, fruto de ouvir a intervenção da Senhora Deputada Lúcia, e não posso deixar de vir aqui fazer um pedido ao Senhor Presidente de Câmara. -----  
Senhor Presidente de Câmara, quando tiver que decidir, ou tomar decisões sobre infraestruturas, projetos, candidaturas, gestão autárquica, tudo o que se lhe oferecer naquilo que são as competências legais, peço-lhe encarecidamente: não use da sua diplomacia política, use das suas competências legais, porque é para isso que o povo o elegeu, é para isso que nós votámos em si, e todos aqueles cidadãos que reconheceram em si a pessoa mais capaz para conduzir o nosso município, e aquilo que são os interesses do nosso município, e aquilo que são os interesses do nosso município no reflexo que ele tem para a região. Vai mal o nosso país, e é isso que eu quero aqui dizer, quando só se usa de diplomacia política para definir aquilo que são as grandes necessidades para o concelho e para o distrito. E, fiquei muito triste mesmo, e desiludida até, permita-me Senhora Deputada, até pelo respeito e consideração que tenho por si, quando veio tentar aqui alocar a paternidade

singular de um investimento importantíssimo para o nosso país e para a nossa região, reconhecida a sua necessidade há tantos anos, ao longo de tantos anos que ele é pedido por todos nós, reiterado, em que a paternidade singular é aqui vista como um ato de diplomacia política. Não pode ser assim que se gere o país, não pode ser assim que se gere os interesses da nossa região. Eu não quero que os cidadãos que nem sequer têm filiação partidária possam olhar para aquilo que é a satisfação das suas necessidades de saúde como uma diplomacia política e muito menos uma diplomacia singular politicamente falando. É lamentável Senhora Deputada, desculpe, sabe que tenho respeito por si, mas foi deveras desagradável ouvir o que disse em relação a uma infraestrutura que tanto é necessária e que todos nós aclamamos por necessária e efetiva. Venha de quem vier, porque o António e a Maria da Freguesia de Côta ou de Silgueiros, ou de Tabuaço ou de Sernancelhe de onde quer que seja, não querem saber da nossa militância política, querem saber da nossa satisfação do interesse público, foi para isso que nós fomos eleitos. Por isso Senhor Presidente, continue a exercer as suas competências reclamando aquilo que é de direito para os viseenses e para a nossa região. Muito obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva. -----

----- **QUARENTA E DOIS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Muito boa tarde a todos. Reitero os cumprimentos. Obrigada Senhor Presidente, por me ter dado da palavra. Muito rapidamente dizer à Senhora Deputada Ana Paula Santana o seguinte: A Senhora Deputada equivocou-se ao ouvir as minhas palavras. Eu quando falei na paternidade do projeto foi precisamente porquê? Porque o PSD está a tentar passar a mensagem que a decisão política para que o Centro de Ambulatório e de Radioterapia viesse para Viseu por influência do PSD, e eu disse ao Senhor Deputado que não, que estava equivocado. Foi no governo do Partido Socialista que essa decisão política foi tomada, e, portanto, isto é uma questão de paternidade no sentido de nós dizermos a verdade e não querermos chamar a nós isso, e, portanto, que fique aqui esclarecido. Depois, quando uma obra acontece, e uma obra que tem a ver com a vida das pessoas, com a saúde das pessoas, ou até uma outra obra, desde que seja pública, não há nem pode haver partidos políticos à mistura, há sim uma obra que se faz, uma resposta que se dá, e há uma população que vai beneficiar desse investimento e dessa obra, e, portanto, que fique claro. Não há politiquices pelo meio, não há partidarites pelo meio, há simplesmente nós sermos claros e dizermos aquilo que realmente aconteceu, porque uma mentira dita muitas vezes depois transforma-se em verdade. Portanto, a decisão política foi tomada. Foi tomada e está dito. A questão da diplomacia política, em tudo na vida é preciso diplomacia, e diplomacia política num sentido em que não tem carga pejorativa muito pelo contrário. A Senhora Deputada na sua vida profissional é Advogada, também sabe que a diplomacia é algo que temos que ter sempre presente até na nossa vida pessoal, de amizade, e na vida política também. Muito obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigada Senhora Deputada. Senhor Deputado tem 30 segundos. -----

----- **QUARENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Obrigada Senhor Presidente. Mais uma vez reiterar os cumprimentos. Senhora Deputada, eu já sei que não acredita no que lhe digo. Eu não estou aqui para fazer passar a verdade em que eu acredito como o seu Secretário Geral disse em relação ao José Sócrates quando o foi visitar à cadeia. Não é verdade em que eu acredito. É dizer-lhe assim: se não acredita no que eu lhe estou a dizer, então vai fazer a pergunta à pessoa que questionou o Ministro Paulo Macedo relativamente à Unidade de Radioterapia. Foi o José Junqueiro, o Deputado José Junqueiro estava na Comissão de Saúde, era Vice-Presidente do Grupo Parlamentar e fez a pergunta ao Ministro Paulo Macedo em Sede de Comissão, e

foi-lhe respondido, está em Ata, está tudo, e se calhar é a pessoa em que se calhar pode acreditar não é? A decisão política foi tomada pelo governo do PSD de alocar ou de criar na Região Centro uma segunda Unidade de Radioterapia fora de Coimbra. É disto que estamos a falar. Em Fora de Coimbra em Viseu. Em Viseu. Estava num estudo da Entidade Reguladora da Saúde, há uma série de coisas e não vale a pena estarmos aqui e visitar tudo. Fazíamos tudo com todo o gosto, com todo o gosto. Desde 2012 está o estudo feito, é pá, escusamos de estar com estas conversas. Agora, se não acredita no que lhe estou a dizer pergunte ao Deputado José Junqueiro que é a pessoa do ponto de vista política partidária que certamente confiará, porque andam nas festas vocês, dos balões e das pipocas e tal. Pronto...

-----  
**- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado...** -----

**- O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves prossegue a sua intervenção dizendo: Por isso mesmo, confie, acredite que é verdade, agora, não vou deixar também de reconhecer que o atraso é da vossa responsabilidade, já devia estar em funcionamento desde 2021/22 vamos passar para 26/27/28. Lá virá o tempo, está bem? Muito obrigado.** -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais nenhuma intervenção tem a palavra ao Senhor Presidente da Câmara... ----

**O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo pede para intervir.** -----

**- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo: Também? É só para saber se é um protesto. Qual é a qualidade?** -----

**- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo responde: É uma intervenção no ponto das Ordens Senhor Presidente, respondendo...** -----

**- O Senhor Presidente da Mesa retoma a sua intervenção dizendo: Não! Já interveio neste ponto, O Senhor Deputado já interveio. É um protesto?** -----

**- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo intervém novamente dizendo: No ponto das informações do Presidente? Então é um protesto.** -----

----- **QUARENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** Venho aqui protestar, venho aqui protestar, e fora de brincadeiras, protestar, porque acho que de facto já estamos todos um bocadinho maçados com a discussão nos termos em que ela é tida, e, portanto, deixemos a politiquice e voltemos à política. -----

Há quem acredite nesta casa que as coisas devem ser feitas de uma maneira, outros acreditam que devem ser feitas de outra. O Deputado Pedro Alves acredita que a autoestrada Viseu/Coimbra seria feira com a intervenção de privados que iriam gastar milhões e milhões de euros a fazer uma autoestrada, deixando o IP3 lá para as pessoas circularem. Não ia aparecer um privado que a fizesse! O Deputado Pedro Alves acredita que a decisão que o Ministro Paulo Macedo na altura tomou envolvendo privados para resolver o problema do Centro Ambulatório e Radioterapia em Viseu, era mais uma vez com privados. Viram-se os privados na Covid Senhor Deputado! Viram-se os privados na Covid. O Partido Socialista acredita que é com investimento no Serviço Nacional de Saúde que as coisas se fazem, e é isso que está a acontecer. Muito obrigado. -----

**- O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves pede para intervir.** -----

**- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: São 30 segundos, mas são mesmo 30 segundos senão isto é eterno para todos não é.** -----

----- **QUARENTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Tem andado mesmo arredado daqui o Senhor Deputado da Assembleia Municipal. Sabe o que é que aconteceu na autoestrada Viseu/Coimbra? Porque é que a Via dos Duques foi cancelada? Sabe quantas entidades privadas mostraram interesse em levantar o Caderno de Encargos? Onze! Onze que mostraram interesse. Não íamos gastar um cêntimo do erário público. Era uma concessão/construção/exploração sem um cêntimo,

sem um custo para o contribuinte. Não venha dizer isto. As Scuts são do seu tempo, esta que estamos a pagar agora. Não sabe do que fala. O risco era todo do privado, e a requalificação do IP3 era 80 milhões de euros, isso sim à custa do erário público. Mais, e conseguíamos ter uma ligação entre Viseu e Nelas o IC 37, 40 milhões de euros do erário público, era este o custo do investimento, está a perceber? Por isso, não venha aqui tentar contar a história de outra maneira porque era assim. Lá por terem assinado o acordo com a geringonça em que ficaram comprometidos e amarrados a decisões políticas com as quais não concordam, e agora vão inverter, e nós vamos a tempo de o ver acontecer, e bem, e bem, estarão de regresso ao centro político e à normalidade, porque estiveram completamente encostados à extrema esquerda, bem-vindos, bem-vindos por a resposta em saúde, para o Sistema Nacional de Saúde não se faz só com o SNS, faz-se também com os privados e com o setor social, e sem esses não é possível fazer e dar resposta com a qualidade que nós pretendemos, por isso Senhor Deputado eu agradecia que quando viesse aqui que se preparasse melhor, que soubesse do que é que fala, e fale verdade sobretudo. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **QUARENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito Obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, eu vou ser extremamente rápido na minha intervenção, procurando comentar apenas, não respondendo a perguntas, também não foram feitas, foram comentários que me foram dirigidos e algumas declarações que vou tentar também comentar. -----

Sobre a questão que a Deputada Ana Paula Santana começou por trazer, do mérito desportivo eu queria enfatizar o seguinte: foram centenas de alunos que foram reconhecidos com mérito desportivo, e tal como disse na cerimónia respetiva está de parabéns a comunidade escolar, estão de parabéns as famílias, os pais, e estão também os executivos que possibilitaram que os equipamentos físicos estivessem disponíveis, e, portanto, eu gostaria de realçar uma coisa: quem tem 700 e tal excelentes alunos numa comunidade, esses são os alunos excelentes porque depois temos uma série de bons alunos, e temos alunos perfeitamente normais, suficientes, portanto, eu acho que o êxito da nossa comunidade está aqui bem patente, portanto, eu, tal como fiz na cerimónia própria deixo aqui uma palavra de agradecimento à comunidade escolar e aos pais que tiveram esta possibilidade de deixar os filhos, digamos, no lugar certo, e penso que, por esta via temos o futuro da nossa comunidade assegurada. -----

Depois deixou-me aqui a possibilidade de continuar com estes eventos. Claro que estes eventos são para continuar e se possível até com mais gente, assim apareça mais gente ainda com mérito escolar que nós dar-lhe-emos resposta e faremos reconhecer esse mérito, porque também acho que é importante para os alunos que deem conta que as autoridades estão atentas ao seu desempenho, e, portanto, tal como de vez em quando chamamos à atenção quando não cumprem, também lhes devemos dizer, olhem, estão no caminho certo, nós esperamos muito e confiamos muito no futuro quando estiverem a ter responsabilidades que agora nos estão a ser confiadas a nós. -----

Depois a Deputada Lúcia Vilhena trouxe aqui uma série de questões, nalgumas estou de acordo nutras nem tanto. A primeira diz que a inflação está a disparar. Perfeitamente. Depois a habitação entre Lisboa e Viseu é praticamente a mesma? Só quem lá não esteve. É possível comprar aqui um T3 em Viseu por metade do preço do que em Lisboa, se calhar menos de metade, aliás, gostaria de dizer que saiu há pouco tempo uma relação de preços e Viseu era a segunda capital de distrito mais barata, é bom também que saiba isto. As pessoas depois quando não lhes convêm dizem: mas eu não acredito. Mas isso é o que veio publicado. Depois dizer-lhe também uma outra coisa, sobre o PDM ele terá por força da obrigação legal a sua discussão pública, e, portanto, isso vai ser assegurado seguramente, até lhe podia



dizer mais, nós tínhamos 30 dias que a legislação nos impõe, e eu sugeri que fosse um mês e meio, exatamente para dar possibilidade às pessoas mais tempo para fazerem a discussão pública. Depois também dizer-lhe uma outra coisa com a qual eu não concordo, ou melhor, também pediu um esclarecimento, que tem a ver com a tarifa social da água. Bem, no ano passado, por força da Covid nós gastámos 1,17 milhões de euros com a ajuda ao abastecimento de água, mas, é bom que saibam isto, aliás, eu tenho feito, digamos, essa conversa com a Comunicação Social porque todas as vezes que há estas isenções levamos à câmara. Nós neste momento fazemos tarifa social, notem bem, com 175 IPSS's, com 8 instituições escolares, e, portanto, famílias são 418 sendo que 230 são famílias numerosas, portanto, eu não acho que haja alguma comunidade que faça tanta atenção ao desconto na tarifa social da água como a de Viseu. -----

Depois o Deputado Paulo Pereira colocou aqui uma questão que eu trazia na minha intervenção, com a qual concordo, os preços estão de facto a disparar e uma das coisas que nos preocupa é exatamente aquilo que veio aqui trazer. Com o aumento dos preços espero sinceramente que as entidades que têm a responsabilidade da avaliação das candidaturas tenham isto em conta, porque não é a mesma coisa contar-se com 15% da componente nacional para mil ou para dois mil, não é? Sendo que só mil é que são aprovados, e, portanto, estamos atentos a isso e eu espero sinceramente que haja e confio na Direção da Comissão de Coordenação da Região Centro para resolver este problema. Eu lembrei-me da Comissão de Coordenação da Região Centro por uma razão. Isto dá resposta a muitas coisas, nomeadamente à que a Senhora Deputada Lúcia aqui trouxe e à do Deputado João Paulo, a questão de: vejam lá se o governo agora o ouve falar assim também não havia de gostar. Eu não estou aqui para isso. Falem assim exatamente quando lá estava o governo laranja, o governo rosa, é-me perfeitamente indiferente, aliás, se eu quisesse, e se quisesse pegar nalguns argumentos do que aqui ouvi, nomeadamente a questão, a Deputada Lúcia quase que dizia que as Cavalhadas eram de Repeses e S. Salvador e, portanto, mais ninguém podia falar nisso, eu queria-vos lembrar só de uma coisa. Quem preside à Comissão da Coordenação da Região Centro é uma entidade do Partido Social Democrata. Sabiam disso não sabiam? Então vamos lá ver se a gente põe um bocadinho de ... podemos também agora nós dizer que tudo para a Região Centro por aquela via é da nossa responsabilidade? Por amor de Deus! Bem, agora há uma coisa que eu não posso deixar passar em claro. Não posso deixar passar em claro e queria fazer isto com a maior das normalidades. Que se diga que não se trouxe para cá nada antigamente, ou que é que para cá trouxeram? Ó Deputada Lúcia, não estava cá seguramente, se calhar nem sei se conhecia Viseu na altura. Então pronto, então deixe-me dizer o que é que veio para cá: veio para cá o Hospital, veio para cá o IPJ, veio para cá o Tribunal, veio para cá uma nova Biblioteca, veio para cá uma ETAR, veio para cá um conjunto enorme de escolas que vieram nessa altura, a quantidade de escolas que vieram nessa altura, o Politécnico, vieram os campos do Fontelo. Não se lembra, mas o campo que hoje se chama Alves Madeira por meu intermédio era o lugar onde andavam os esgotos de Gumirães. Veio para cá a A25 e a A24, só que depois uma delas ficou aqui em Fail, dormiu aqui e nunca mais daqui quis sair, nunca mais saiu. Depois diz que não veio nada? Veio, veio! Agora há uma coisa que eu não lhe posso tolerar, e digo-lhe isto também com toda a amizade e com toda a consideração. Não me venha dizer a minha que na política não vale tudo. Eu ouvir isto da sua boca, quase que me ia rindo. Não sei porque é que se permitiu dizer-me isto. Agora deixe-me dizer-lhe que a magistratura de influências, termo que aqui aplicou, nalguns lados chama-se tráfico de influências e é condenado por lei. Os advogados que estão aqui sabem disso. Não chegou ainda à política, mas é assim. ----- Depois diz que a câmara contribui para vir... olhe, há uma coisa que eu queria dizer e repetir pela enésima vez. Eu não peço nada ao governo que venha fazer em meu nome, nada! E não preciso que o governo venha fazer nada que é da minha responsabilidade. Eu só

preciso que o governo faça aquilo que é da sua responsabilidade, e se não tem responsabilidade com os cidadãos de Viseu naquilo que é da sua competência funcional que o diga. É às câmaras que compete fazer autoestradas? É às câmaras que compete fazer tribunais? Não! É da responsabilidade do governo, pois que a façam. Eu não lhe estou a pedir nada para fazerem em nome da câmara, estou a pedir, a solicitar e a reivindicar que façam aquilo que é da sua responsabilidade. -----

Depois o João Paulo veio aqui trazer o problema da água com conhecimento amplo por parte dos viseenses. Bem, eu gostaria, e se alguém está à vontade para falar na água sou eu. Contou há bocado um episódio... bem, quando eu cheguei à câmara da primeira vez, nem o anel do abastecimento de água estava concluído. Fomos nós, e a primeira vez coisa que ouvi aqui jovem Presidente da Câmara, ou Presidente da Câmara há pouco tempo em funções foi um conhecido viseense que dizia, se não sabem, vejam lá se trazem alguém para resolver o problema da água, que nem sequer chegada ao 3º andar. Nós resolvemo-lo, e o problema que temos em Viseu, é bom que se saiba, não é o problema da baixa, essa a câmara, os Serviços Municipalizados têm tratado disso, essa é da nossa responsabilidade. Levar as condutas às casas, isso está tudo feito. O que há é marginal, temos neste momento 98% de abastecimento de água. Então, fizemos ou não o trabalho? Agora, o que queremos é que, quem tem a responsabilidade da alta, e quem tem responsabilidade da alta em primeiro lugar é a APA, foi por isso que ela foi criada, é as Águas de Portugal, foi por isso que elas foram criadas, e, portanto, nós o que dizemos é, façam favor de arranjar um sistema que permita termos água que depois nós tratamo-la e distribuimo-la. Agora, nem sequer temos possibilidade, nem sequer estamos autorizados a fazer barragens. A Barragem de Fagilde é uma responsabilidade como são o resto das barragens, da responsabilidade do governo, aliás, quem é que não conhece a questão com os pagamentos de utilizarem o solo para fazerem barragens com os municípios? Isso é conhecido. Portanto, a única coisa que pedimos é: o governo que proceda, se tem a responsabilidade de fazer a Barragem de Fagilde e como ela é independente de qualquer das soluções que se venha a encontrar, porque é que não avançam? A mesma coisa eu poderia dizer, e deixem-me referir isso: quando se fala nas obras atrasadas do atual IP3... então, temos um estrangulamento nas Livrarias do Mondego que não se sabe qual é a solução, até podemos correr o risco de ter uma obra toda pronta com um estrangulamento. Mas, se esse é o problema para fazerem acreditar aos cidadãos, porque é que não fazem os troços que comprovadamente são mais fáceis? Porque é que não fazem a ligação entre Viseu e Santa Comba? O que é que os impede? Mas de facto, não avança nada. Não vale a pena, nós não temos nenhum avanço. Todas as obras que foram aqui exibidas durante as eleições, não há uma que tenha avançado. Uma! Além de não ter avançado nenhuma, para uma ainda não há solução. Para as Livrarias do Mondego ainda não há solução sequer. Portanto, numa hipótese extrema nós podíamos ter toda a estrada qualificada, isto é, podia-se ir em velocidade normal de Viseu para Coimbra, esperar nas Livrarias do Mondego, depois ultrapassar aquilo e voltar a andar em velocidade normal. É isto que queremos para nós? Eu acho que não. Já agora, por falar em autoestradas, eu estava a ouvir o João Paulo e estava... então qual é a justificação para aquela placa que há na Câmara de Mortágua? A placa que estava na Câmara de Mortágua, inaugurada pelo Senhor Primeiro Ministro Sócrates, era na altura Presidente da Câmara o falecido Senhor Afonso Abrantes, até sabemos porque é que lá foi, não é? Quem é que não se lembra, a inauguração foi em Mortágua para retirar... a ligação era entre Viseu e Coimbra e a cerimónia foi em Mortágua. Nós percebemos isso! Tinha todo o sentido não é, entre Viseu e Coimbra, Mortágua. Era a única câmara que era do Partido Socialista. Então, mas é preciso tapar o sol com uma peneira? Não sabemos disso? Mas vejam lá a placa que lá está. Querem a fotografia? Eu tenho aqui no telemóvel. A fotografia diz: em 2008 foi lançada a primeira pedra da autoestrada entre Viseu e Coimbra. Então,

ainda nos pedem para estarmos calados com a autoestrada e estamos em 2022. Já devia levar uma repavimentação, uma recarga. Ninguém inventou isto. Portanto, isto foi apresentado de forma livre pelos governantes de então. Portanto, não há nenhuma atitude excessiva contra a Administração Central. Bem, contra a Administração Central aquilo que eu reclamo é uma coisa muito simples. Não fui só eu que ouvi, ouvimos em 2019 e ouvimo-lo outra vez em 2021 o que é que vinha para aí. Começou em 2019 com os mesmos protagonistas, e depois veio em 2021 os mesmos governantes com uma celeridade... desculpem lá, depois das eleições já cá viram mais algum governante? Vieram aí numa azáfama a visitar adegas, ao Milho-Rei, a não sei quantos, às desfolhadas. Já cá voltaram? Bem, se voltaram vieram clandestinos, vieram como a outra senhora veio e pronto. Estamos à espera disso. Portanto, isto é excessivo? Isto é reclamar aquilo que eu acho que é de direito para os viseenses, e reclamo com estes e reclamo com outros quaisquer, é-me indiferente quem lá esteja, perfeitamente indiferente. Agora, desculpem lá, a discriminação positiva tem que ser da responsabilidade do governo. A distribuição dos investimentos de forma equilibrada no território é da responsabilidade do governo que esteja. Portanto, há alguma explicação para esta coisa que eu disse há pouco? Para uma Área Metropolitana ter 1,2 mil milhões de euros e nós andarmos aqui aflitos com os transportes públicos? Mas que explicação é que há? Que explicação é que se tem racional para a terceira perimetral do metro já estar em funcionamento e não termos a ligação Aveiro... agora até tiraram Viseu, Aveiro/Mangualde, é assim que se chama. Seja! Mas qual é a explicação porque ela não anda? Não me digam que também é da responsabilidade dos autarcas? Não anda porque não há vontade política de a fazer, e pode radicar naquilo que ouvimos aqui há bocadinho. Como são mais daquele lado, pronto. Há bocadinho houve um equívoco quando se veio dizer que eu estava a cometer os mesmos erros que... não, não, eu estou-lhes a dar possibilidade, não é a mesma coisa Senhor Deputado João Paulo. Eu não estou a fazer aos municípios de Mangualde e de Penalva a mesma coisa ao dar possibilidade de o Estado Central poder fazer isso. Não! Eu aos municípios disse-lhes o que é que queríamos fazer e o que era mais importante fazer e o que é que estávamos na disposição de fazer. Eu não lhes escondi nada, portanto, se quiserem seguem o mesmo caminho que eu com a mesma possibilidade, e, portanto, quem tratou disso fomos nós. Agora não podemos é, esta comunidade estar à espera por indefinição, não é porque estejamos a privilegiar, o que também não era nada de anormal. Eu fui em primeira instância eleito Presidente da Câmara Municipal de Viseu e só depois é que fui da CIM e, portanto, essa responsabilidade também para mim está-me assim graduada. Primeiro tenho a Câmara de Viseu e depois a CIM, mas tenho tido esse cuidado de, digamos, de levar a região por diante, e, portanto, eu diria que não há aqui nenhuma agressividade em relação ao governo. O governo de facto tem, tem... não é connosco aqui, podíamos pensar que era por aqui. Aqui até estamos mais ou menos divididos em termos partidários, mas são todas regiões do interior, mesmo aquelas que são lideradas pelo Partido Socialista, nota-se, o abandono é no interior. Eu, se me perguntarem qual é a razão, eu conheço-a bem. De facto, os votos estão na Área Metropolitana de Lisboa e pronto, e é por aí que se vai, mas não vale a pena escondermos isto, e também não vale a pena fazer uma outra coisa, enquanto estivermos aqui nós, uns a defender e outros a atacar é para o lado que dormem melhor. Aliás, há uma coisa que eu aprendi, sobre um investimento público, se por acaso nós levarmos alguma coisa aos governos, não falo neste, que lhe dê possibilidade de travarem, é música para os ouvidos. Se tivermos determinado traçado, seja do que for, se lá formos dizer, olhe que isto ficava melhor assim. Sim senhor, a gente vai estudar. O estudar não é para melhorar a situação, é porque já dá um desfasamento e um adiamento para atirar para as calendas, portanto, não é nenhuma agressividade. Eu tenho que reclamar isto em que acredito, e reclamo com este ou com outro governo qualquer, e, portanto, gostaria de deixar isto claro. Mas, gostaria também de

lembrar o seguinte sobre o Centro de Radioterapia votaram, e fui eu que fiz a proposta, fiz a proposta para se incluir no Orçamento de Estado de 2020 e o que é facto é que os colegas de então votaram contra, votaram com o partido, mas votaram contra, mas isso é factual, não podemos é aqui vir dizer que não foi assim, nós propusemos e votaram contra. Agora, em relação à Radioterapia vale a pena também dizer uma outra coisa. A Deputada Lúcia trouxe aqui como que a obra já esteja feita. Quer dizer, a única coisa que houve foi uma candidatura que foi aprovada na Comissão de Coordenação que nós podíamos invocar Senhora Deputada, que nós podíamos invocar que fomos nós. A Dra. Isabel Damasceno foi lá colocada pelo PSD, e podíamos então dizer...

A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: Não, não, desculpe lá, não vale a pena, a Senhora sabe bem do que é que estamos a falar, distribuíram as cinco regiões, ficaram três para o Partido Socialista e duas para o PSD. Então, foi assim ou não? Claro. De que é que estamos a falar? Toda a gente sabe que foi assim, então, podíamos também estar a invocar isso? Desculpem lá, mas isto também é ir longe de mais. O que está definido é apenas a aprovação de uma candidatura, ainda por cima foi aprovada na CIM que me antecedeu, aprovada pelos autarcas da CIM como o primeiro investimento, e depois os senhores vêm dizer, agora que já lá está, a candidatura está aprovada, cuidado que isto é do Partido Socialista. Qual do Partido Socialista qual carapuça? A maior parte dos senhores nem sabia que aquilo foi aprovado. Desculpe lá, não, desculpe lá, aquilo foi uma reivindicação da Comunidade Intermunicipal e que naturalmente seguiu a tramitação normal e foi aprovada, portanto, nada mais que isto... bem, desculpe lá... das águas sim senhor. Das águas está perfeitamente percebida a situação. O que é que aconteceu com as Águas? Com as Águas foi muito simples, começou-se a alterar o sistema, a dizer que se queria resolver o problema definitivamente em 2016, e a única coisa que houve de 2016 até agora, basta fazer contas, se tivessem optado conscientemente, lá por a tal empresa intermunicipal eu já não tinha possibilidade nenhuma de intervir. Então, estamos em 2022 e ela não se formou, o que quer dizer que se tivéssemos o mesmo prazo, se começássemos agora podíamos admitir que em 2028 ainda ia a tempo. Então porque é que não andaram com a empresa? Se era o modelo que queriam tinham andado com a empresa e já tinham avançado. Tinham andado com a empresa, tinham andado com a barragem e estava o problema resolvido. Mesmo que este cidadão tivesse alguma coisa contra que não era o caso, não tinha outro remédio. Já cá tínhamos um Presidente do Conselho de Administração, possivelmente bem pago, tínhamos mais elementos no Conselho de Administração, já tínhamos os projetos todos a andar... então nem isso se conseguiu fazer. Quando durante tantos anos não se consegue pôr de pé a organização de uma empresa, como é que podemos estar à espera dos resultados dessa empresa? Não andou nada, senão eu teria o problema resolvido, ou eu tenho algum interesse em voltar à carga com o problema da água se já estivesse resolvido? Agora há uma coisa que ninguém sabe. Eu não quero a água mais cara. Mas, quem é que nos garante que a água que essa empresa apresentava não era mais cara? Aliás, o argumento foi que se fez um estudo com um mapa comparativo muito engraçado. Olhe, não era preciso ir a Coimbra, como diziam na minha aldeia, para eu saber de antemão qual era a resposta. Fez-se um estudo comparativo entre uma possível empresa municipal ou intermunicipal e os serviços Municipalizados de então, e concluiu-se que era melhor a empresa intermunicipal. Claro! Porquê? Porque a empresa intermunicipal pode recorrer a fundos, os Serviços Municipalizados não podem. Era preciso ir a Coimbra para descobrir isto? Agora, há uma coisa que não podemos, e vou repetir aquilo que disse há bocadinho. Não venham dizer que fomos nós que deitámos o dinheiro fora, ou que estamos a pôr no lixo o trabalho que está feito. Trabalho não há nenhum, e dinheiro, foi quem o deitou fora, não

fomos nós, foi quem mandou a carta que eu tenho aqui ao Senhor Presidente da Câmara de Viseu da altura, a dizer-lhe, nós não queremos lá estar com S. Pedro do Sul, com Vouzela e com Castro Daire. Foi isto. Então, abandonou-se uma empresa que era a oito e para a qual foi o estudo, para passar para uma empresa a cinco, e depois teve este desfecho, nunca mais andou. Portanto, não venham dizer que somos nós que estamos a atrasar ou que há aqui algum capricho, tomara eu que este problema... porque o acho fundamental. Eu acho que o problema mais grave que temos neste momento e que por sorte podemos durante três ou quatro anos não ter problemas com a situação atual, é de facto o problema da água. Dar-vos uma outra novidade, se calhar saberão. Nós temos uma ETA, a ETA de Fagilde que foi requalificada quando eu vim para a câmara. Era uma ETA primária e que nós requalificámos e na altura era considerada uma das melhores ETA's (Estação de Tratamento de Águas) do país. Sabem o que é que está a acontecer? Ela funciona desde meados da década de 90 até agora. Por acaso nunca avariou, porque se ela avaria não há nenhuma redundância, se ela avaria fecha a torneira. Então de quem é esta responsabilidade? É nossa também? Por amor de Deus, quer dizer. Não se sabia quando andaram a discutir o sistema que a Estação de Tratamento de Águas estava nesta situação e que não tem alternativa? Há uma coisa que eu não quero e não é para fugir à responsabilidade. Eu quero resolver este problema. Há uma coisa que eu não quero e nem deixo, é que os principais responsáveis me atirem para mim a responsabilidade, isso é que eu não vou deixar, só quem não me conhecer. Era o que me faltava. Eu vou fazer esse trabalho, dizendo que faço esse trabalho porque quem o devia ter feito não o fez, mas não virem o bico ao prego, não queiram alterar a situação. É por isto, e é bom que os viseenses tenham esse conhecimento. Podem ter um problema dos mais importantes, do precioso liquido por resolver por esta apatia. Portanto, queria ficar por aqui, deixar esta declaração política para que não haja a tentação de empurrar para aqui aquilo que não é da nossa responsabilidade. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então passar ao PUNTO DOIS (2) da Ordem de Trabalhos APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO 2021 - MUNICÍPIO DE VISEU. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **QUARENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados a prestação de contas consolidadas relativas ao exercício de 2021 descreve uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira dos resultados e da execução orçamental do grupo municipal. O Município de Viseu apresenta as demonstrações financeiras e consolidadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação dos municípios encontram-se definidos, como é sabido, pelo Decreto de Lei nº192 de 2015 e define a estrutura e conteúdo e as demonstrações financeiras consolidadas. Tendo em consideração o disposto no artigo 75º da Lei 73 de 2015 de 3 de setembro, o perímetro de consolidação do município é composto pelos Serviços Municipalizados, pela Habisolvis, pela SRU, pela Viseu Marca e também pela Viseu Polis, e, portanto, têm em vosso poder o balanço consolidado. O balanço do Grupo consolidado onde evidencia um Ativo Líquido de 407 milhões 496 mil 593 euros e 49 cêntimos (407.496.593,49 €) montante que é 4,69% superior ao apresentado no ano anterior. Eu queria destacar isto para não estar só a maçar-vos com leituras, o nosso Ativo Líquido aumentou 4,69% o que não é mau, mas o Passivo aumentou substantivamente o que fez diminuir o Resultado Líquido, por muitas ordens de razões, a primeira das quais tem a ver com a depreciação dos edifícios. Portanto, o total do Passivo soma 44 milhões 529, 918,48 e teve um crescimento de 21.36%. É bom dizer isto com toda a normalidade, são Contas e as Contas são o que são, é um espelho da situação. Tivemos um Ativo que aumentou cerca de

5%, mas tivemos um passivo que aumentou por força das depreciações 21%. Para quem está envolvido nestas matérias sabe que em termos reais isto não conta muito porque o aumento do Passivo tem muito a ver com as depreciações e, portanto, esta diferença é mais contabilística do que propriamente a real. -----

O Passivo Não Corrente ascende a 15.109.842 €, sendo composto em cerca de 70% por financiamentos bancários e o remanescente são diferimentos e provisões de mais ou menos 20% respetivamente. -----

O Passivo Corrente fixou-se em 29 milhões 420 (eu por comodidade vou arredondar) e as rubricas mais representativas são as Outras Contas a Pagar de cerca de 44%, os Deferimentos 22%, os Fornecedores 14% e os Financiamentos Obtidos 10.40%. -----

Portanto, têm na vossa posse a Demonstração de Resultados consolidados, não vale a pena, penso que a analisaram, portanto, continuarei sem falar nos quadros. -----

Os gastos mais significativos registados pelo Grupo são os fornecimentos e serviços de terceiros e os gastos com o pessoal que ascendem a 26 milhões 946 mil e pouco, e ainda 26.381 respetivamente, portanto, uns fornecimento e serviços de terceiros, outros, gastos com o pessoal. -----

Ao nível dos rendimentos, destacam-se as rubricas de impostos e taxas com 28 milhões de euros, as transferências e subsídios correntes obtidos 27 milhões de euros e as prestações de serviços que diminuíram também em relação ao ano anterior por força da pandemia o que se percebe bem. -----

Importa referir que a assunção de responsabilidades no âmbito de delegação de competências justifica em grande medida os acréscimos nos gastos com o pessoal e nas transferências e subsídios obtidos. -----

Os resultados antes das depreciações como dizia há bocadinho e gastos de financiamento ascenderam a 14, 420 milhões. Contudo, o impacto das depreciações é muito significativo, o que leva a que o resultado operacional se fixe em 1 milhão e 800 mil euros de Resultado Líquido negativo. -----

O elevado peso das depreciações está diretamente relacionado com a estrutura do ativo, essencialmente constituído por ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento. -----

Portanto, como disse, o Resultado Líquido é negativo, fixou-se em 1 milhão 983 mil devido ao impacto dos juros suportados e bastantes superiores aos juros obtidos. De referir que, o resultado dos “interesses não controlados” no Grupo num valor de 8 milhões 147 mil. -----

Em conclusão importa destacar que o efeito da pandemia “Covid 19” e o acréscimo dos custos energéticos acarretaram em conjunto elevados encargos, já identificados nas contas individuais de cada entidade incluída no perímetro de consolidação, e que se refletem no resultado líquido do grupo municipal. -----

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal no uso das suas competências Senhor Presidente, aprove os documentos em apreço. E, é tudo. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer intervir? Tem a palavra o Deputado Paulo Pereira. -----

----- **QUARENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Boa tarde novamente. Senhor Presidente, Senhoras Secretárias Senhor Presidente do Município, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, caros Membros desta Assembleia Municipal e Público presente. -----

Estamos aqui para analisar aquilo que é a Consolidação de Contas do Município de Viseu. Normalmente pelo nosso Grupo Parlamentar é o nosso caro amigo José Alberto Ferreira que faz esta apreciação, hoje, sabendo que não estou à altura dos pergaminhos dele, calhou-me a mim estar aqui em sua substituição uma vez que ele tem um problema de saúde e não pode estar presente. -----

Pela segunda vez esta consolidação de contas é apresentada recorrendo às demonstrações

financeiras consolidadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. Este método utilizado pela primeira vez no ano passado. ----- São apresentadas as contas consolidadas da entidade-mãe Município, com as contas dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Viseu, contribuindo estas duas para perto de 87% do Ativo, Património Líquido e Passivo, e depois todas as restantes entidades participadas pelo Município, em que acaba por ter ainda um maior peso, a ViseuPolis. ---- Como o Senhor Presidente disse já, o aumento no Ativo Líquido de 4,69% para mais de 407 milhões de euros relativamente ao ano anterior de 2020, que resulta do aumento do Ativo Não Corrente, uma vez que o Ativo Corrente sofreu ele próprio uma ligeira diminuição. --- O Saldo de Caixa e Depósitos no valor de mais de 30,6 milhões de euros, é importante salientar este facto, é superior em mais de um milhão de euros ao passivo corrente, o que é um demonstrativo efetivo da capacidade de cumprimento das responsabilidades do Município. -----

Já o Passivo Não Corrente aumentou derivado essencialmente dos financiamentos bancários para projetos, alguns deles que nós tivemos oportunidade de aprovar nesta Assembleia em momentos anteriores. Em termos de Património Líquido ocorreu um aumento relativamente ao período homólogo. -----

Também como o Senhor Presidente já disse, o Resultado líquido consolidado apresenta um valor negativo, em consequência essencialmente das contas do Município e do SMAS, mas este resultado não se pode dissociar do período conturbado que atravessámos em 2021 e que continuamos a percorrer neste ano. Apesar deste resultado, o EBITDA é superior a 14 milhões de euros, mas é fortemente afetado, também como já foi dito, pelos resultados contabilísticos das depreciações e amortizações, algo que não é controlável e também, note-se, pelo aumento já relevante observado nos custos das matérias primas e das matérias consumidas, que já abordei aqui numa intervenção anterior, e que vai continuar a ter um forte efeito nas contas futuras do município. -----

Importa referir que, os números aqui apresentados estão normalizados e consolidados de forma adequada, não podendo ser contestados uma vez que são apropriadamente vertidos nas Demonstrações e Contas apresentadas, de acordo com o novo referencial contabilístico que foi utilizado. As contas, concretamente as do Município, mas também as do Grupo Municipal, evidenciadas no Balanço e na Demonstração de Resultados, bem como no respetivo Relatório de Gestão, comprovam a situação económica, financeira e patrimonial, de boas contas do nosso município. Isto apesar do efeito de dois anos de pandemia, do aumento dos custos energéticos, que são apresentados nas contas individuais de cada entidade e que depois se refletem de forma agregada no Resultado Líquido do Grupo Municipal. -----

Importa ainda deixar aqui uma nota relativamente ao peso das responsabilidades assumidas no âmbito da delegação de competências que comportam um grande acréscimo nos gastos com o pessoal e nas transferências de subsídios. Quando estas delegações de competências pelo Estado Central não são acompanhadas do respetivo envelope financeiro, o seu efeito nas contas não é apenas negativo, mas é bastante relevante. -----

Aquilo que nós estamos aqui a analisar, e na nossa opinião, aprovar, é a Consolidação de Contas. Estas são o retrato do desempenho do conjunto de entidades que constituem o Grupo Municipal, em que a relevância primordial é atribuída ao Município e aos SMAS, acrescidos do desempenho com menor peso percentual das restantes entidades, representando na nossa opinião o grupo empresarial municipal, são como já referi elaboradas de acordo com as normas contabilísticas utilizadas, com transparência, pelo que a nossa proposta é que as Contas sejam aprovadas. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado José Pedro Gomes. -----

----- **QUARENTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ PEDRO ESTEVES GOMES (PS)**: Boa tarde a todas e a todos. Renovo os meus cumprimentos. -----

Uma Intervenção muito rápida, aqui também com a vantagem de falar depois do Senhor Deputado Paulo Pereira também com uma experiência enorme nesta matéria, mas apenas dizer que este é um terceiro momento político deste mandato, não sei se o menos importante, mas pelo menos é aquele que gera uma discussão menos intensa do que a votação de um Orçamento ou a votação de um Relatório de Gestão, a votação de um Relatório e Contas, esses sim momentos centrais para dizer por um lado o que se quer fazer e por outro o que se fez durante o ano. -----

Aliás, este processo é apenas obrigatório se não me engano desde 2013 ou 2014, é um processo de integração das contas individuais das várias entidades do universo da autarquia. Permite-nos, de facto ter aqui uma visão mais abrangente, que melhora e consegue harmonizar a informação contabilística, ajuda também a tomar a decisão, e facilita a avaliação integrada do que é desenvolvido neste conjunto de entidades. -----

E, no fundo, resta-nos acreditar que esta documentação transmite-nos a imagem fiel e verdadeira das contas e traduz de forma apropriada as informações devidamente desagregadas por sectores, ganhando-se também assim credibilidade e transparência. -----

Queria apenas uma nota final para pedir esclarecimentos em relação à situação da Viseu Polis. Como se sabe, é um processo que se arrasta já há muito tempo, em fase de liquidação. Se não me engano em 2017, ou em 2018 foi nomeado o Administrador para a liquidação, e, portanto, gostaríamos de saber como se encontra esse processo e se há novidades que nos possa dar. -----

Em relação ao voto da bancada do PS, apenas para anunciar o nosso voto favorável Obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Obrigado Senhor Deputado. Não há mais nenhum pedido de intervenção, por isso dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **CINQUENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**: Bem, ainda mais rápido Senhor Presidente. Para dizer que de facto, concordo com as observações que foram aqui feitas, aliás, as Contas têm esta particularidade, elas são o espelho, retratam uma realidade que é estática, portanto, é o que é, não está no domínio das intenções, e, portanto, elas estão aqui bem espelhadas. Eu queria dizer-vos que naturalmente eu não tenho grande responsabilidade nestas Contas, elas dizem respeito a um ano em que tive muito pouca responsabilidade, mas, eu congratulo-me muito que elas pareçam desta forma tão correta e com alguma salvaguarda dos interesses da instituição, porque em boa verdade nós tivemos um prejuízo que não é normal, um prejuízo líquido de 1,9 milhões de euros, mas que tem muito a ver com as depreciações, portanto, na realidade não nos afeta muito em termos de gestão. Depois, também, há uma realidade que não vale a pena escamotear, mas que nos ensina para o futuro. Algum acréscimo destas Contas, ou um não menos aspeto positivo que tem a ver exatamente com a delegação de competências que recebemos na Área da Educação que por acaso até quisemos por modo próprio antecipar, e agora já estamos a notar que há de facto influência negativa nas nossas Contas, isto é, recebemos competências que agora vão diretamente ao orçamento municipal. Esta é uma cautela que eu não deixarei que ocorra com outras áreas na transferência de competências, e, portanto, é uma das razões que me leva a ter cautelas redobradas, por exemplo com a transferência da Saúde e da Ação Social, e, portanto, só as assumiremos com segurança e não deixando resvalar para orçamento da câmara que tem muitas coisas mais para fazer do que fazer competências que não são suas, mas que faria se por acaso as condições fossem aquelas que são exigidas pelos municípios. Deixar apenas uma mensagem que tenho repetido até à exaustão. Os municípios, assim como as freguesias fazem melhor com os mesmos meios, e, portanto, aquilo que se beneficia numa



transferência de competências é de facto da subsidiariedade, isto é, as decisões custam menos por estarem mais próximos dos cidadãos, agora ninguém esteja à espera que uma instituição faça melhor com menos meios, isso não é possível. Se receber os mesmos meios tem obrigação de fazer melhor porque digamos a subsidiariedade pesa, se por acaso não lhe são dados os meios, ninguém esteja à espera de fazer muito mais com menos, isso não é possível. -----

Portanto, sobre aquilo que o Deputado Paulo Pereira trouxe, eu revejo-me nas suas posições, assim como naquilo que trouxe aqui o Deputado José Pedro Gomes, nomeadamente de que este é um momento relativamente novo, esta obrigatoriedade, ela vem de 2014, na altura houve até alguma contestação e eu já estava fora destas lides autárquicas, mas, não trazendo grande utilidade, mas não traz nenhum problema, antes pelo contrário, também não é nada que ajude muito às Contas municipais, mas não se perde nada que se avalie de forma correta e exaustiva o perímetro municipal. Era uma coisa que no passado trazia alguma desconfiança, desta vez, estão aqui as Contas Consolidadas e toda a gente sabe que todas estas instituições fazem parte do perímetro municipal da câmara, e, portanto, é bom que quem é responsável pela câmara dê contas de tudo isto. -----

E, era apenas isto Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então proceder à VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO 2021 - MUNICÍPIO DE VISEU . Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Foram aprovadas com uma (1) abstenção. (Anexo 2 – Registo nominal das votações, páginas 275/276).* -----

**PONTO TRÊS (3) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU - PARA O ANO DE 2022 - 1.ª ALTERAÇÃO.** Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **CINQUENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Eu tenho aqui uma série de apontamentos para falar sobre isso, mas não vou maçar com isto. Isto tem a ver com algo que tratei também enquanto Presidente da Comissão do Poder Local da Assembleia da República, tem a ver com o subsídio de penosidade. Portanto, é a obrigatoriedade de adaptar o nosso quadro de pessoal, nomeadamente nos Serviços em toda a gente que foi considerada e que devia ser contemplada com o risco de insalubridade e penosidade, e, portanto, é disto que se trata, o que se podia discutir era se esta gente podia ser menos ou não. O que nós fizemos e o que se fez na altura também, quer em relação ao ano passado quer agora em relação agora a este ano, foi perguntar aos Serviços quem é que estava, quem é que é abrangido e que desempenha funções que têm alguma penosidade, e, digamos se sofrem de algum risco. Portanto, é um dado objetivo, naturalmente que depende também da apreciação dos serviços, podia ser mais ou menos longo, mas é isto que trazemos aqui, salvo erro são 47 pessoas que são abrangidas, está aqui a indicação de quem são e, portanto, não vos faço perder tempo a ler um longo texto que escrevi sobre esta matéria. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Tem a palavra a Deputada Filipa Mendes.

----- **CINQUENTA E DOIS – A SENHORA DEPUTADA FILIPA MANUELA CARVALHO DE ALMEIDA MENDES (PPD/PSD):** Ora, boa tarde a todos. Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores, os meus cumprimentos. -----

De facto o Ponto Três (3) da Ordem de Trabalhos da nossa Assembleia Municipal prende-se então com uma alteração ao Mapa de Pessoal da empresa dos SMAS de Viseu. Esta

primeira alteração de 2022 tem como base legal os artigos 28º, 29º, e 31º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais. Efetivamente no final do ano de 2021 foi publicado o Decreto-Lei nº93 de 2021, de 9 de novembro que estabelece então, como o Senhor Presidente aqui já referiu, um subsídio ou um suplemento remuneratório de risco atribuído a trabalhadores que exerçam funções consideradas penosas ou insalubres. Esta compensação visa e abrange profissões como Assistentes Operacionais, trabalhadores que exerçam funções na recolha e tratamento de resíduos, tratamento de efluentes, higiene urbana, saneamento, transladações, cremações, aterro e arranjos de sepulturas, limpeza de canis, entre outras. Todas as atividades mencionadas têm uma elevada probabilidade de ocorrência de lesão ou risco para a saúde devido a fatores ambientais, fatores externos pela natureza das funções ou pelos meios utilizados. Este subsídio de penosidade é tão só um reconhecimento ou uma compensação por parte da Administração do elevado risco que estas pessoas estão sujeitas diariamente, e, obviamente que para a atribuição deste subsídio será necessário elencar e identificar os postos de trabalho que tenham as condições de exercício dentro deste conceito de penosidade e risco para a saúde. Como exigência legal e tal como o Senhor Presidente aqui referiu, houve um parecer favorável dos Serviços de Segurança, Higiene e Saúde após audição dos representantes dos trabalhadores, e Parecer Jurídico da CCDR Centro, foram então reconhecidos e atribuídos estes suplementos aos referidos 47 postos de trabalho que o Dr. Ruas aqui referiu, esta medida tem efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2022, data em que entrou em vigor o Decreto-Lei. Como resulta da Lei, a Assembleia é o órgão competente para a aprovação desta medida, e obviamente que a Bancada Municipal do PSD irá votar favoravelmente esta alteração do Mapa de Pessoal. Obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção? Não havendo colocava à votação o PONTO TRÊS (3) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU - PARA O ANO DE 2022 - 1.ª ALTERAÇÃO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Por isso, aprovado por unanimidade. (Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 277/278).* -----

Passávamos ao PONTO QUATRO (4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO - DISCRIMINAÇÃO DE VISEU. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **CINQUENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Este Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação, que depois vão ver abreviadamente tratado por PMIND, Viseu assinará um documento que após um diagnóstico local, se consubstancia num instrumento de política global e que estabelece a estratégia de transformação de relações sociais, fixando objetivos de médio e longo prazo, bem com as metas a alcançar em cada momento da sua aplicação, e que define recursos mobilizáveis e os responsáveis pela sua prossecução. O que se pretende de uma forma global é: procurar conceber um conjunto de estratégias sólidas, definindo objetivos realistas e ajustados à realidade do município e do concelho, propondo-se um documento aberto, flexível e em permanente aperfeiçoamento. -----

Diria que, na persecução deste Plano foi delineado um conjunto de iniciativas nos domínios interno do município e também externo que tem a ver com o território, e que tem a ver com disseminação da igualdade e não discriminação em áreas estratégicas identificadas e, neste documento designadas por Eixos de Intervenção que são os seguintes: Solidariedade Social; Educação e Capacitação; Emprego; Saúde; Cultura; Desporto e Política. E, portanto, digamos, é ter um documento que nos possibilite, e uma ferramenta que nos possibilite ter, digamos, um instrumento que analise a não discriminação. Portanto, é este documento que apresento à Assembleia e que proponho naturalmente que seja aprovado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer intervir? Tem a palavra a Deputada Isabel Fernandes. -----

----- **CINQUENTA E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA ISABEL CRISTINA BENTO FERNANDES (PPD/PSD):** Excelentíssimo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, aproveito para cumprimentar formalmente todos os presentes. -----

O PSD analisou com agrado o Plano Municipal para a igualdade e não discriminação e felicita o executivo municipal pela iniciativa e trabalho realizado até chegar aqui. -----

O caminho refletido neste plano é um processo longo que, só por si, traduz a vontade política e o reconhecimento da importância da integração da promoção da igualdade de género, prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, bem como, o combate à discriminação em razão do sexo ou orientação sexual. Para o efeito, inclui, numa perspetiva intersectorial, políticas, projetos e ações na intervenção municipal coincidentes com esta missão. -----

O município de Viseu subscreveu a carta para a igualdade das mulheres e dos homens na vida local em 2006, ano em que foi elaborado esse documento. É, portanto, um dos primeiros municípios a fazê-lo, entendendo que os princípios evocados neste documento se coadunavam com os propósitos defendidos pela autarquia. -----

A igualdade entre homens e mulheres é um valor essencial às democracias. Mas, é também uma forma de vida, e igualmente, um fator de desenvolvimento da sociedade. Não obstante os progressos das últimas décadas, e a intervenção do Deputado António Jorge, ele hoje trouxe-nos a necessidade de continuar a trabalhar a nível da diminuição das assimetrias e das desigualdades, os desafios persistem ainda hoje. No mundo que vamos construindo, a igualdade entre Homens e Mulheres e a justiça social são a chave do sucesso económico e social e a Não Discriminação e respeito pelas diferenças a base de um mundo mais justo, mais inclusivo e sustentável. -----

Estamos conscientes de que o tema da igualdade é, e deverá ser, transversal a toda a atividade local e que as autarquias se constituem como agentes privilegiados, pela amplitude da sua ação sobre o território e pela proximidade com as populações, na disseminação de práticas que contribuam para a afirmação e valorização da Igualdade e Não discriminação. Este documento, submetido hoje á consideração dos Membros da Assembleia Municipal, é o resultado de uma análise diagnóstica e de um minucioso trabalho de caracterização do município, e só por si já valeria a pena, em matéria de igualdade de género e não-discriminação, e baseado em indicadores e estudo de dados que levaram então o município a definir um conjunto de estratégias e iniciativas nos domínios que o Senhor Presidente definiu, interno e externo, tendentes à disseminação da igualdade e não discriminação em áreas estratégicas como: Solidariedade Social; Educação e Capacitação; Emprego; Saúde; Cultura; Desporto e Política. -----

Mas para nós, tão ou mais importante que o trabalho e as propostas técnicas, é a vontade política e o percurso trilhado por este município na promoção da equidade, inclusão e coesão sociais, na melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população, em resultado de uma ação participada, integrada e de valorização da Igualdade, enquanto valor essencial de cidadania. -----

Nós, no PSD, não defendemos estes valores como instrumento de querelas político-partidárias, mas como base do respeito pela pessoa humana nos princípios da Justiça, Liberdade, Igualdade e Solidariedade. Os princípios e os valores não são negociáveis nem matéria de negociação, e são por isso mesmo os princípios da base que nos alicerçam. -----

Chegados aqui, importa salientar alguns dos aspetos mais relevantes do percurso trilhado pelo Município desde 2006: -----

- Nessa altura então, a adesão à Carta para a Igualdade das Mulheres e dos Homens para a vida local; -----

- O Protocolo de Cooperação para a Igualdade e Não Discriminação, estabelecido com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; -----

- A nomeação dos conselheiros locais para a Igualdade e a Equipa para a Igualdade na Vida Local de Viseu; -----

- A realização do Diagnóstico apresentado também neste Plano; -----

- E, a proposta aqui trazida neste Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação. Portanto, sabemos e compreendemos que este Plano será um instrumento de trabalho que estabelecerá estratégias de transformação das assimetrias de género reveladas pelo diagnóstico previamente realizado. É o ponto de partida para a concretização de uma estratégia que reduza e acabe com as assimetrias e desigualdades na nossa comunidade e território, mas não queríamos deixar de realçar aqui um aspeto que entendemos como importante, que, independentemente desta estratégia e financiamento Europeus, o projeto político que o PSD tem para o Concelho de Viseu já tinha em curso e em fase adiantada, como é público, um Plano Municipal do mesmo âmbito anterior a esta iniciativa europeia. Todo o trabalho desenvolvido até aqui pelo município serviu, deste modo, para antecipar etapas e contribuir para uma maior celeridade na apresentação de candidatura aos Planos Municipais para a Igualdade no âmbito da CIM Viseu Dão-Lafões. -----

O PSD nesta assembleia congratula-se pelo trabalho feito e, naturalmente, vota a favor da aprovação deste documento aqui trazido pelo executivo da Câmara Municipal de Viseu. ---

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Fátima Lopes. -----

----- CINQUENTA E CINCO – A SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA FERNANDES LOPES (PS): Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e na sua pessoa os restantes Membros da Mesa, cumprimento o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e demais pessoas presentes. Senhor Presidente, a bancada do Partido Socialista irá votar a favor a proposta em apreço, contudo, gostaria de salientar a pertinência desta iniciativa, emanada pelo governo socialista que reconhece a Igualdade e Não Discriminação como condição para a construção de um futuro sustentável para Portugal, enquanto país que realiza efetivamente os direitos humanos e que assegura a participação de todas e de todos. -----

Assim, e de acordo com a lei 75/2013 de 12 de setembro, compete aos Municípios assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do Município, designadamente através dos Planos Municipais para a Igualdade, os quais se assumem como instrumentos de planeamento de políticas públicas para a Igualdade ao nível local. -----

Cabe a todos nós, nomeadamente ao poder local, pela sua proximidade, lutar pela eliminação de estereótipos que é assumida como preocupação central da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação pois, os estereótipos de Género estão na origem das discriminações que direta ou indiretamente impedem a igualdade entre homens e mulheres. -----

Urge capacitar para a cidadania, tanto para a ação individual como coletiva de modo a eliminar os modelos de discriminação estruturais enraizados, às vezes de forma camuflada, e que se têm vindo a perpetuar ao longo dos tempos. -----

Senhor Presidente, a Proposta de Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Viseu, mereceu a nossa melhor apreciação e porque é preciso fazer acontecer, esperamos que o que consta nesta proposta venha a ser concretizado e que não seja um compromisso que fica apenas no papel. Disse. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputada Lúcia Vilhena. -----

----- **CINQUENTA E SEIS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA MARIA DE ABREU VILHENA (BE):** Mais uma vez boa tarde. -----

Acerca desta matéria gostaríamos de saber por parte do Senhor Presidente da Mesa, se foi entregue aos Líderes dos Grupos Parlamentares uma Carta Aberta endereçada a 22 de junho ao Senhor Presidente? -----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Sinceramente agora só perguntando aos serviços, está bem? Mas, de qualquer maneira os serviços podem responder. -----

- *A Senhora Deputada Lúcia Maria de Abreu Vilhena prossegue a sua intervenção dizendo:* Ok, obrigada. -----

Todos e Todas as pessoas presentes. É como eu costumo e tenho o hábito de vos dirigir a palavra. Desejamos com esta linguagem inclusiva colocar em prática o Grande Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Viseu. E, é feito isso com todo o respeito. -----

Nomear de Pessoas não é de todo falta de respeito, muito pelo contrário! É unir, é aproximar! Porque afinal, neste caso específico, estamos a pensar e a unir-nos por uma causa. É essa causa que é importante defender! -----

Entre as medidas deste Plano destacam-se, ou podemos destacar o seguinte: -----

Criar uma unidade para assuntos de igualdade, cujos destinatários são comunidade em geral. -----

E nós perguntamos: -----

a) qual é o público alvo? -----

b) São homens, são mulheres? Que mulheres? São refugiadas? Mulheres vítimas de violência doméstica? -----

c) Perceber se esta unidade vai ter profissionais especializados em conseguir dar respostas a necessidades especiais. Sim, porque há pessoas com necessidades especiais. -----

Sensibilização de práticas de igualdade nas escolas - 3 ações anuais para alunos do 2º e 3º ciclo sobre Igualdade e Discriminação nas aulas de Cidadania e Desenvolvimento. -----

a) No entanto, são previstas ações apenas a 3 turmas por cada ano de escolaridade e ciclo. – outra das medidas é: -----

1 Ação de Formação sobre Assédio no trabalho promovido pela Camara Municipal de Viseu para colaboradores e chefias do Município. -----

Está prevista para 2024. Não seria necessário ter uma ação por cada ano? -----

Fazemos uma proposta por exemplo, de inquéritos anónimos sobre assédio no local de trabalho. É uma proposta a fazer. -----

Criação de uma Política para a Família com caráter preventivo e existencial. -----

E perguntamos nós: que famílias são estas? -----

Famílias heterossexuais, monoparentais, pessoas do mesmo sexo, adotivas? Fica aqui a questão. -----

Facilitar a acessibilidade aos serviços públicos a pessoas com mobilidade reduzida. -----

Apoiar as vítimas de violência doméstica no seu processo de autonomia, apoiando o acesso á habitação social. -----

Incluir os princípios de igualdade de género em todos os procedimentos relacionados com a contratação de recursos humanos. -----

Promover ações de capacitação sobre assédio sexual, moral, físico e/ou sexual no local de trabalho. -----

Dinamização de ações de sensibilização sobre violência doméstica/no namoro e formas de atuação. -----

Reforçar um plano de redução de preços para participação em eventos e atividades de âmbito cultural e desportivo, promovidas pelo Município de Viseu para portadores de necessidades especiais. (porque já se não usa pessoas com deficiência). -----  
Realização de um workshop/seminário sobre Associativismo no Feminino. -----  
Revisão dos Regulamentos, Requerimentos e Procedimentos Internos, sobre o uso de linguagem e imagens inclusivas na comunicação interna e externa: -----  
Criação de manuais de apoio ao uso de linguagem inclusiva, e, gostaríamos de saber se esta linguagem inclusiva é uma linguagem binária ou neutra? -----  
Divulgar no site do Município informação sobre Igualdade e não Discriminação. -----  
Desenvolver suportes promocionais sobre esta temática. -----  
Também, dentro das datas importantes que a Câmara assinalou no relatório, consta que vão assinalar 2 ações por ano. Gostaríamos de saber de que forma é que elas se vão realizar e quais os critérios de escolhas dessas datas. -----  
Mencionamos datas que fazem falta: -----  
6 de fevereiro - Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital; -----  
1 de março - Dia da Discriminação Zero; -----  
8 de março - Dia Internacional da Mulher; -----  
21 de março - Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial; -----  
Alguns Senhores Deputados intervêm dos seus lugares não sendo por isso perceptível na gravação o que foi dito. -----  
- A Senhora Deputada Lúcia Maria de Abreu Vilhena prossegue a sua intervenção dizendo: isto é tudo Direitos Humanos, direitos das pessoas. -----  
- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia silêncio. -----  
Alguns Senhores Deputados voltam a intervir dos seus lugares do seu não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----  
- A Senhora Deputada Lúcia Maria de Abreu Vilhena retoma a sua intervenção dizendo: são direitos das pessoas independentemente de serem homens ou mulheres. Só por isso. Não, não, é que nós estamos aqui a falar de homens e mulheres. Estamos a falar de pessoas-----  
- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia que não houvesse diálogo está bem. -----  
- A Senhora Deputada Lúcia Maria de Abreu Vilhena prossegue a sua intervenção dizendo: dia 31 de março - Dia Internacional da Visibilidade Trans; -----  
(é que quando se tiram fotocópias de documentos e depois se distribuem a nível nacional, alteram-se pequenas coisas. Temos que pensar seriamente, podemos sempre trabalhar em conjunto, estou disponível, aliás, estou disponível para qualquer coisa que se precise). -----  
2 de abril - Dia do Orgulho Gay e Visibilidade Trans feminina; -----  
8 de abril - Dia Internacional das pessoas ciganas; -----  
Bom, eu tenho uma lista que depois ... para não estarmos aqui a perdermos mais tempo, porque não sei que importância é que dão a este tema. Eu e o Bloco damos alguma importância. Não sei que importância é que os Senhores Deputados e os Presidentes de Junta dão a este tema? -----  
Alguns Senhores Deputados intervêm dos seus lugares não sendo por isso perceptível na gravação o que foi dito. -----  
- A Senhora Deputada Lúcia Maria de Abreu Vilhena prossegue a sua intervenção dizendo: Pois a mim quer-me parecer que não e eu lamento imenso, porque se vem à Assembleia Municipal um documento como aquele para apreciação e aprovação é lamentável que os Senhores... -----  
Alguns Membros da Assembleia manifestam-se dos seus lugares não sendo por isso perceptível na gravação o que foi dito. -----  
- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia que não houvesse diálogo. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Maria de Abreu Vilhena prossegue a sua intervenção dizendo: pois, exatamente, exatamente. Então não estou a perceber qual é o espírito que paira nesta Assembleia. É que sinceramente não estou a perceber. Se as coisas querem ser encaradas com seriedade, então vamos lá encará-las com seriedade. Eu estou aqui disposta a isso. Não sei qual é o motivo pelo qual houve risadas nesta Assembleia. É que sinceramente não estou a perceber, e por acaso agradecia que isto ficasse em Ata. -----

Vários Senhores Deputados intervêm dos seus lugares não sendo por isso perceptível na gravação o que foi dito. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Maria de Abreu Vilhena retoma a sua intervenção dizendo: exatamente. Sinceramente agradecia mesmo. -----

Eu vou continuar... -----

de referir também as palavras que foram zero vezes mencionadas no Plano: -----

LGBTI+; -----

Racializadas; -----

Ciganas; -----

Identidade e expressão de género; -----

Características sexuais (exceto quando mencionam o próprio Plano com esse nome). -----

No quadro Saúde são registados o número de médicos, de enfermeiros e farmácias em Viseu, no entanto, gostaríamos que estivesse refletido neste Plano o desenvolvimento de medidas de acompanhamento psicológico e de especialidade (Obstetrícia, Ginecologia, Medicina Geral e Acompanhamento Familiar). -----

Também ainda uma das conclusões do relatório é: há mais homens do que mulheres a trabalhar na Camara Municipal de Viseu, e os homens ganham mais do que as mulheres. -

Nas reflexões referem: -----

Necessidade de ações de sensibilização sobre violência doméstica, violência de género, orientação sexual. -----

No que respeita à Saúde - A Interseccional idade da discriminação: -----

Verifica-se algum barulho na sala que é imediatamente chamado atenção pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: pedia silêncio está bem. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Maria de Abreu Vilhena prossegue a sua intervenção dizendo:

São preocupações a violência de género no acesso à saúde; -----

a sexualidade das mulheres migrantes; -----

a desigualdade salarial. -----

Na parte da Cultura - Discriminação no acesso ao emprego. -----

No próprio acesso ao emprego - Orientação sexual como fator de discriminação. -----

No Desporto - Representatividade feminina é inferior nos lugares de poder e de tomada de decisão. -----

Na Política - Dificuldade na conciliação da vida familiar e profissional como fator impeditivo de maior participação das mulheres. -----

Responsabilidade e partilha de tarefas ainda ser diminuta. -----

Incentivar a participação das mulheres na vida política. -----

Para terminar, e lembrando a questão levantada pelo Senhor Presidente da Junta hoje de manhã, a transmissão em direto desta Assembleia com utilização de língua Gestual Portuguesa, seria um excelente exemplo de Inclusão. -----

Obrigada. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. -----

Só para transmitir à Senhora Deputada que, eu na altura, quando fez a questão julguei que tinha mandado um email por parte do Bloco de Esquerda. Não foi assim. Foi a Plataforma Já Marchavas que mandou essa situação. Para lhe dizer também que na Correspondência

Recebida e Expedida está lá esta referência, nomeadamente como recebemos isso, se tiver aí pode ver isso, e, por sua vez, não custa nada, isto é sempre feito, mas, isto veio no dia 23, ou melhor, veio no dia 22 às 21:55, por isso, tivemos conhecimento no dia 23 e era para ser divulgada, e por isso até vou pedir aos serviços, é só tirar fotocópias e divulgar a todos os Membros da Assembleia. -----

Em relação a esta situação, há mais alguma intervenção? Não havendo dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **CINQUENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. São apenas considerações de ordem geral. Portanto, a Deputada Fátima Lopes diz que o Partido Socialista vota a favor, e eu também achei que era um documento pacífico. De facto, só não percebi uma coisa, mas isso... dizia “que o compromisso não ficasse apenas no papel”. Bem, eu percebo, eu percebo. Mas, quem faz um Plano de modo próprio e que vem desde 2006 e que o põe na prática, em princípio não é para ficar no papel senão não o tinha feito. Bem, mas ... -----

*A Senhora Deputada Maria de Fátima Fernandes Lopes intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.* -----

- *O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo:* sim, sim, mas nós sabemos disso, sabemos. Podia estar a dizer que também fizemos aqui uma grande conquista. Se optasse por copiar aquilo que disseram na Radioterapia, só está aqui o Plano, não está cá mais nada, agora temos é que fazer, mas isso, comece-se por algum lado. O que eu queria frisar e para mim é importante, começámos este projeto em 2006 e ele não morreu, chegou até agora, com um Plano, que é discutível naturalmente, vimos aqui a forma como foi interpretado, à Senhora Deputada do Bloco de Esquerda nada lhe servia no Plano, mas isso é normal, é assim, faz-me lembrar um individuo que vai na ponte em sentido contrário, e acha que é o único que vai certo, mas pronto. A única coisa que eu percebi Senhora Deputada, a sério, tenho que lhe dizer isto com respeito e com amizade, foi que leu bem o Plano, só o leu, fez uma leitura dali e depois disse o que lá não estava. Bem. há-de lá não estar muita coisa, mas o Plano não se faz assim, é por o que lá está, não é por o que lá não está. Não está lá a alusão a não sei quantos, não está lá a alusão... bem, já agora, uma coisa que vale a pena corrigir, na câmara pode até ... -----

*A Senhora Deputada Lúcia Maria de Abreu Vilhena intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.* -----

- *O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo:* ... eu ouvi-a com todo o respeito, e queria também que me ouvisse. Também não é verdade que na câmara os homens ganhem mais do que as mulheres, porque na câmara é por categorias. Se tiverem a mesma categoria tanto ganha um homem como uma mulher, é a mesma coisa. Há mulheres que são chefes de homens e há homens que são chefes de mulheres, mas ganham pela categoria. Não há lá Chefe de Divisão e depois um upgrade por ser homem. Não! Ganham a mesma coisa. Mais, há-de haver Departamentos na câmara, Divisões pelo menos, em que são mais mulheres do que homens, no caso da Ação Social seguramente, haverá mais mulheres do que homens, no Gabinete Jurídico também são mais mulheres do que homens, portanto, é quem concorre à câmara. Portanto, é só para dizer que não está correto aquilo que disse. Agora, trata-se de um Plano. Um Plano não é um documento acabado, e, portanto, carece de propostas que os autores do Plano que o têm de executar, aceitarão ou não. Aceitarão se forem postas democraticamente, a Assembleia pode propor e impô-las democraticamente, ou não aceita se forem simples propostas. Por exemplo, eu aquilo que a Senhora Deputada disse, eu não as aceitaria. Disse uma coisa assim: palavras que não foram mencionadas e leu uma série delas. Por amor de Deus, quer dizer. Então agora estamos a fazer o inventário de coisas que não foram mencionadas? Eu digo milhões delas que não foram mencionadas para aqui, felizmente. Bem, se ouvir amanhã a mosca lá na RTP1 também diz uma série de coisas.



Mas o que é que isto contribui dizer que aqui no Plano... o Plano é para ser analisado o que lá está, e se ele serve ou não, agora, o que lá não está... palavras que não foram mencionadas... o Já Marchavas, eu até me lembrei do tempo de tropa, era outra coisa que a gente dizia, já marchavas, mas... por amor de Deus, quer dizer. Sinceramente, eu acho que devemos discutir as coisas com objetividade, e de facto, se houver algum contributo para enriquecer o Plano nós aceitamo-lo, se for só assim, só porque a Senhora Deputada... a Senhora Deputada está aí... não fique assim tão..., eu lidei com muita gente que tinha a perspetiva da senhora e nunca fiquei... ó senhor Deputada, mas eu não fiquei enfadado com isso, só lhe estou... eu ouvi-a, viu-me alguma... eu não andei aqui na cadeira a rebolar, agora, só peço que me ouça. Se a senhora começa a gemer, eu tenho pena e eu tenho que me sentar ... ai, ai, ai. Não esteja preocupada Senhora Deputada. A sério, eu já ando nestas coisas há muito tempo, trato as pessoas com respeito. Pronto, e ficava-me por aqui Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Pronto. Senhora Deputada, a título excecional, se quiser intervir tem... ok. -----

Íamos proceder à **VOTAÇÃO PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO - DISCRIMINAÇÃO DE VISEU**. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Por isso, aprovado por unanimidade. (Anexo 4 – Registo nominal das votações, páginas 279/280).* -----

Passávamos ao **PONTO CINCO (5) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE VISEU**. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **CINQUENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. A prática das atividades físicas e desportivas constitui um elemento fundamental na educação, cultura e na vida social do cidadão, e, portanto, nós temos um equipamento que prossegue estes objetivos e há que lhe arranjar um regulamento à medida. Portanto, para uma melhor prossecução da prestação pública dos serviços municipais, no âmbito desportivo, importa criar e implementar um conjunto de disposições normativas, que sejam inerentes ao funcionamento e utilização das Piscina Municipais, tendo como objetivo uma correta gestão e manutenção desta infraestrutura municipal. Portanto, é o que apresentamos. É um equipamento tão importante quanto as Piscinas que tenham um regulamento que toda a gente conheça e que possam utilizar de uma forma correta, e sobretudo de uma forma conhecida e informada. Portanto, propomos a aprovação da revisão do regulamento e do funcionamento das Piscinas Municipais pela Assembleia Municipal. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Algum dos senhores Deputados quer usar da palavra? Tem a palavra o Deputado Gonçalo Ginestal. -----

----- **CINQUENTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMÂNDIO GINESTAL MACHADO MONTEIRO ALBUQUERQUE (PS):** Muito boa tarde a todas e a todos. Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Presidentes de Junta, Público presente, Comunicação Social. Relativamente a este Ponto de Proposta de Regulamento de Funcionamento das Piscinas Municipais de Viseu, lemo-lo atentadamente e temos para connosco que está bem articulado, é um documento que está organizado, e com conceitos e princípios em que nos revemos e muito. Um deles é o Conceito Wellness, o bem-estar físico, o bem-estar mental e o bem-estar social. Para além disso, o Princípio da Igualdade também nos parece que é um princípio muito relevante, está patente no documento, na igualdade de acesso às piscinas quer seja pelos clubes quer seja por qualquer um dos cidadãos, e, por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta. -----

Agora, queria só deixar também aqui uma nota, que o Grupo Parlamentar do PS também assume Senhor Presidente da Câmara e Senhores Deputados do PSD, quando as coisas são bem-feitas. Chama-se a isto o que quiserem, cultura democrática, diplomacia democrática. Disse. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais nenhuma pessoa inscrita, iríamos proceder à votação. -----  
Por isso, **VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE VISEU.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade. (Anexo 5 – Registo nominal das votações, páginas 281/282).* -----

Passávamos ao PUNTO SEIS (6) **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICIPIO DE VISEU/ ESCOLA SECUNDÁRIA EMÍDIO NAVARRO - ADENDA.** Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **SESSENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Já não fui a tempo de comentar a intervenção do Senhor Deputado Gonçalo Ginestal, até porque, já estava na votação. Só deixar-lhe aqui uma coisa. Eu registei com agrado aquilo que disse. Deixe ver se eu apontei bem. Disse assim: é para que saiba que o PS de vez em quando também assume quando as coisas estão bem-feitas. Pronto. Mas eu registo, e é bom. Pronto. -----

Sobre o ponto que o Senhor Presidente agora coloca, o PUNTO SEIS (6), tem apenas a ver com a correção de uma coisa. A Escola Secundária Emídio Navarro usa um sistema de aquecimento e de energia que é digamos, muito caro em certos meses do ano, e, portanto, aquilo que vem aqui hoje, é, debatendo-se, portanto, essa instituição com um problema financeiro que é relacionado com essa despesa energética, que é muito elevada principalmente nos meses de inverno, resultando faturas de somas avultadas, a escola solicitou ao Município de Viseu para efeito de salvaguarda de compromissos assumidos com os fornecedores um reforço de verba, já disponibilizado, por adiantamento das mensalidades. Portanto, o que se trata não é aumentar as mensalidades à escola, é apenas adaptá-las ao momento da sua necessidade. Portanto, nós dar-lhe-emos aquilo que está estipulado, mas adiantámos as verbas em relação aos meses de inverno que é de facto quando gastam mais, e é para ter uma relação com os fornecedores correta, sem necessidade de estar a dever faturas desnecessariamente porque a câmara tem que lhe dar o dinheiro quando gastam mais e também quando gastam menos, portanto, é uma questão de adaptar às necessidades da escola, o que faríamos com outra qualquer que nos colocasse a questão nestes moldes. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra iríamos então proceder à votação. -----

**PUNTO SEIS (6) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICIPIO DE VISEU/ ESCOLA SECUNDÁRIA EMÍDIO NAVARRO - ADENDA.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade. (Anexo 6 – Registo nominal das votações, páginas 283/284).* -----

Passávamos ao PUNTO SETE (7). Como o PUNTO SETE (7) e o PUNTO OITO (8) embora sejam Freguesias diferentes o assunto é o mesmo, eu propunha que fossem discutidos em conjunto e votados separadamente. Alguém levanta alguma questão? Se o Senhor Presidente da Câmara também estivesse de acordo íamos ao PUNTO SETE (7) e PUNTO OITO (8). -----

----- **SESSENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Com certeza Senhor Presidente, eu ia sugerir isso mesmo, ainda bem que vem a proposta da Mesa. De facto, o que se trata é de aprovações de ARU's, eu queria deixar aqui, por ser de toda a justiça, a iniciativa da SRU, o seu responsável está ali em cima a ouvir a conversa, e eu acho que ela decorre exatamente de ter sido um antigo Presidente de Junta, aliás, um Presidente de Junta brilhante que deu conta que as ARU's deviam ser também levadas para as Freguesias Rurais, e aquilo que fizemos, e essa já é assim, uma determinação política e uma decisão política, foi, começá-las exatamente pelas zonas periféricas. Neste momento trazemos aqui à aprovação, e, portanto, a primeira decisão foi com a Freguesia de Côta e com a União de Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita, a segunda, é já com a Freguesia de Cepões e também com uma povoação ainda da União de Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita, e depois faremos a mesma coisa em contraponto, e sempre com esta lógica da periferia para o interior, e começando pelas Freguesias Rurais. Portanto, quais são as vantagens das ARU's? Além da delimitação nós pensamos que os benefícios fiscais podem incentivar as pessoas a requalificar as suas casas, ou particulares a comprarem requalificando os espaços. Portanto, é também um instrumento, porque ele é importante, tem peso de requalificação das zonas mais rurais. Dizer só uma coisa porque me parece que é importante, até porque chega, digamos, aos destinatários, o responsável pela SRU disponibilizou-se para com os Presidentes de Junta que neste momento têm delimitação de áreas com a aprovação destas ARU's de ir ao local, com as populações, dizer-lhes exatamente de forma direta quais são as vantagens fiscais que têm a partir de agora nas suas casas que estejam incluídas nestas novas Áreas de Requalificação Urbana. Só dizer em traços largos, que eles são muito parecidas com aquilo que já se passa no Centro Histórico, e, portanto, achamos que podemos dar por aqui um contributo ótimo para a requalificação e para o rejuvenescimento das nossas aldeias, sobretudo, começando como disse pelas mais periféricas. E, era tudo Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da Palavra? Tem a palavra o Presidente da Junta da União das Freguesias de Barreiros e Cepões. -----

----- **SESSENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BARREIROS E CEPÕES JOÃO DA SILVA DUARTE (PPD/PSD):** Boa tarde a todos. Saúdo o Presidente da Assembleia Municipal e com ele toda a Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vice-Presidente e restante Vereação, Senhores Deputados e estimados Presidentes de Junta. -----

Quando aceitei o desafio de liderar Freguesia da Terra onde nasci, fi-lo na expectativa de poder trabalhar em equipa, colaborar, e dar o meu contributo para combater a desertificação deste território que amo em toda a plenitude. -----

Temos este Executivo Municipal como parte dessa equipa e não posso deixar de manifestar hoje, nesta Assembleia, o nosso agrado por estamos a dar mais este passo juntos! -----

Em Barreiros e Cepões, a quebra de população que, nos últimos dez anos foi de 12%, seria ainda mais acentuada se não se tivesse verificado o regresso de emigrantes que, por saudosismo, respondem o apelo da Terra Mãe e passam cada vez mais tempo entre nós... --

Alguns, trazem vontade de investir, de intensificar as suas raízes, de reviver tradições de tempos antigos e de as divulgar além-fronteiras. -----

É por este contexto que valorizamos iniciativas que estimulem a coesão territorial como a que hoje submetemos à votação desta Assembleia. -----

Valorizamo-la especialmente, por representar a coragem de se começar por freguesias de baixa densidade, onde o abandono das áreas urbanas, mas também das rurais, é um gravíssimo problema com qual nos debatemos diariamente: -----

- são as dificuldades económicas dos donos em implementar limpezas e restauros, -----

- é a escassa sensibilidade estética de alguns proprietários, -----  
- são as burocracias que desincentivam as intervenções, -----  
- é a forte concentração de apoios e fundos nas grandes cidades e a falta de estratégia dos  
nossos governos para empreender uma verdadeira coesão territorial, -----  
- são ainda as propriedades em ruína e votadas ao abandono, em que é muito difícil, e por  
vezes impossível, identificar os legítimos possuidores. -----  
Entendo que a delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana em zonas rurais é um  
contributo importantíssimo para a coesão territorial e a melhoria do parque habitacional  
das nossas aldeias; -----  
- permitirá o incremento da qualidade de vida das populações, -----  
- é uma oportunidade de investimento e um estímulo ao rendimento e à fixação de pessoas,  
- é uma importante estratégia de combate à desertificação, -----  
- é uma oportunidade para o desenvolvimento do turismo e do alojamento local na região...  
Não posso passar sem deixar uma palavra de enorme apreço à Viseu Novo pela dedicação  
dos seus técnicos que no terreno mostraram grande sensibilidade para a valorização e  
preservação do património edificado das nossas aldeias. -----  
Termino, por isso, congratulando-me pelo passo que hoje damos juntos, certo de que não  
estamos a descuidar outros aspetos, igualmente importantes para a fixação de pessoas nestas  
áreas mais remotas do nosso território, como a intervenção em alguns acessos debilitados  
ou em infraestruturas básicas em algumas franjas das nossas aldeias. -----  
Queremos sentir-nos bem próximos da sede do concelho, mas também reunir condições  
para atrair e ser visitados pelos que procuram a nossa querida cidade e a nossa região. ----  
Estamos cá para trabalhar juntos e poder acolher com dignidade todos os que, por qualquer  
motivo, se afastaram ao longo dos últimos anos e adotaram o litoral, os grandes centros  
urbanos ou mesmo outros países para viver e constituir família. -----  
Obrigado a todos, pela vossa atenção! -----  
----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de  
Junta. Tem a palavra o Presidente da Junta da União de Freguesias de Boa Aldeia  
Farminhão e Torredeita. -----  
----- **SESSENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DE  
FREGUESIAS DE BOA ALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA MANUEL JORGE  
NUNES (PPD/PSD):** Boa tarde a todas e todos. Começo por cumprimentar o Senhor  
Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, todas  
e todos os Vereadores e restantes Membros da Assembleia, os meus colegas Presidentes de  
Junta, Comunicação Social e todos os trabalhadores desta casa. -----  
Senhor Presidente de Câmara: -----  
Permita-me que na qualidade de Presidente de Junta da União de Freguesias de Boa Aldeia,  
Farminhão e Torredeita e, em nome dos meus fregueses o congratule mais uma vez por  
continuarmos a fazer parte da medida de Delimitação de Áreas de Requalificação Urbana,  
desta vez, tendo sido contemplada a antiga freguesia de Farminhão. -----  
As freguesias de baixa densidade e, aquelas como a minha, que não sendo de baixa densidade  
têm perdido população, podem continuar a beneficiar muito com esta medida de levar os  
benefícios fiscais e económicos do centro histórico da cidade às freguesias rurais. -----  
Será sempre pouco o Quadro dos Benefícios Fiscais associados aos impostos municipais que  
aprovarmos porque Freguesias como a minha necessitarão de outros benefícios que só o  
estado central pode fazer. -----  
Mas, este sinal que o Senhor Presidente e o executivo continuam a dar é notório de que  
sabem bem o que é Coesão Territorial. -----  
Acredito que é este o caminho que temos que tomar para conseguir que os casais jovens se

fixem nas nossas freguesias, que beneficiem as casas de família que ficaram abandonadas nos últimos anos. -----

Senhor Presidente, continue a levar o desenvolvimento às nossas freguesias com medidas como esta e outras. -----

Tenho dito! Obrigado.

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Não há mais nenhuma intervenção? Iriamos então proceder à votação. -----

**PONTO SETE (7) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU - CEPÕES - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BARREIROS E CEPÕES.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade.* (**Anexo 7 – Registo nominal das votações, páginas 285/286**). -----

**PONTO OITO (8) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU - FARMINHÃO - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BOA ALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade.* (**Anexo 8 – Registo nominal das votações, páginas 287/288**). -----

**PONTO NOVE (9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FUNDO AMBIENTAL - AQUISIÇÃO DE DUAS VIATURAS ELÉTRICAS DE PASSAGEIROS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA - PARTE 2 - ADJUDICAÇÃO.** Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **SESSENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. É uma imposição, e, portanto, vem à Assembleia para aprovar. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra, iríamos então proceder à votação. -----

**VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FUNDO AMBIENTAL - AQUISIÇÃO DE DUAS VIATURAS ELÉTRICAS DE PASSAGEIROS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA - PARTE 2 - ADJUDICAÇÃO.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade.* (**Anexo 9 – Registo nominal das votações, páginas 289/290**). -----

**PONTO DEZ (10) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA O FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL (15%) DA OPERAÇÃO PORTUGAL 2020 CENTRO - 09 - 1406 - FEDER - 000052 - IMPLEMENTAÇÃO DE INTERFACE DE TRANSPORTES NO ESPAÇO PÚBLICO JUNTO AO HOSPITAL DE VISEU - PAMUS/PEDU VISEU.** ---Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **SESSENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Também de uma forma muito rápida para dizer que este é um processo que vem da câmara anterior, mas que nós subscrevemos. Sempre que haja obras que possam ser financiadas por empréstimos nestas condições específicas, um empréstimo digamos, extremamente vantajoso para o município naturalmente que deitamos mão a isso, mesmo que o montante seja pouco significativo, trata-se de um montante de 82 mil 264 euros. Apenas isto, para dizer que concordo com esta posição em relação, digamos, às decisões de carácter financeiro, e, portanto, também, se surgirem com estas condições no meu mandato também as trarei aqui à Assembleia. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não há nenhum pedido do uso da palavra, iríamos então proceder à votação. -----

**PONTO DEZ (10) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA O FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL (15%) DA OPERAÇÃO PORTUGAL 2020 CENTRO - 09 - 1406 - FEDER - 000052 -**



**IMPLEMENTAÇÃO DE INTERFACE DE TRANSPORTES NO ESPAÇO PÚBLICO JUNTO AO HOSPITAL DE VISEU - PAMUS/PEDU VISEU. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, aprovado por unanimidade. (Anexo 10 – Registo nominal das votações, páginas 291/292). -----**

**Terminámos assim a Ordem de Trabalhos, como não há nenhum cidadão inscrito no período destinado ao Público, damos por terminada esta Sessão e agradecemos a colaboração de todos. -----**

**E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu de 27 de junho de dois mil e vinte e dois quando eram dezoito horas e cinco minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui um total de 31 páginas anexas, que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_, Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo do Regimento em vigor. -----**  
-----  
-----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**(José Manuel Henriques Mota Faria)**



## ANEXO 1



INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU À  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 27 DE JUNHO DE 2022

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Exmos. Senhores Deputados,

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira do Município de Viseu, acompanhada das matérias referidas no nº4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal.

Na última Assembleia Municipal iniciei a minha intervenção dando nota do novo momento Político que o Mundo atravessava como consequência da invasão Russa à vizinha Ucrânia.

E, dava essa nota, por um lado pela solidariedade que manifestávamos pelo povo Ucrainiano e, por outro, pelas consequências previsíveis que esse novo tempo teria nos mercados e na economia que, de uma forma ou de outra, nos viriam a afetar.

Também numa das minhas primeiras intervenções neste mandato autárquico manifestei preocupação acrescida pelo avolumar dos custos

**ANEXO 1**

de empreitadas e pela escassez de materiais que já se vinha a revelar nos últimos meses.

Mais recentemente saiu um diploma legal que permite, aos empreiteiros de obras públicas, a revisão de preços excepcional e temporária, sempre que os custos de alguns materiais ultrapassem os 20%.

Em vigor até ao final do ano, o novo regime aplica-se a todos os contratos em execução ou a celebrar “bem como aos procedimentos de formação de contratos públicos iniciados ou a iniciar”.

Segundo o Governo, através da comparação homóloga dos índices de preços de materiais e de custos da mão de obra, referentes a dezembro de 2021 face ao mesmo mês de 2020, variaram o seguinte: o aço em varão e perfilados aumentou 41,7 %, a chapa de aço macio, 44,0 %, o fio de cobre revestido, 38,5 %, betumes a granel, 61,2 %, derivados de madeira, 65,2 %, vidro, 28,1 %, e tubo de PVC, 71,3 %.

Quanto à mão de obra, considerando as treze principais profissões elencadas para efeitos de revisão de preços, constata-se igualmente, no mesmo período, um aumento médio de 6,7 %.

A verdade é que os dados que temos nos nossos serviços em alguns itens há variações de mais de 400%, quadruplicando o valor por tonelada.



**ANEXO 1**

Mesmo as pavimentações em betuminoso chegam a ter valores de mais do dobro (mais de 100% de aumento) quando comparamos preços de adjudicação em 2020 e preços mais recentes.

Esta menção inicial leva-me mais uma vez a temer que, a não haver uma efetiva equidade na distribuição de dinheiros públicos e investimento, estaremos perante um cenário de novo agravamento das assimetrias regionais.

É que no interior, tudo fica mais longe, tudo parece mais difícil e tudo é sempre mais caro.

Só isso pode justificar o estado a que chegou o IP3 sem se efetivarem as obras prometidas ou a construção de uma autoestrada. Só as dificuldades do interior podem justificar que a Radioterapia ainda não se tenha iniciado. O senhor Diretor do Centro Hospitalar em junho passado dava como previsão o início antes do primeiro trimestre deste ano. Estamos a terminar o segundo trimestre.

Nas áreas Metropolitanas as dificuldades parecem menos. Ainda há uns dias saía uma notícia que dava com pompa e circunstância o lançamento da Carris Metropolitana.

A nova marca, “única e integradora”, como dizia a notícia operará em toda a Área Metropolitana de Lisboa (AML). É a 2ª fase de um sistema de transporte mais acessível a todos e representa um investimento de cerca de 1,2 mil milhões de euros.

ANEXO 1
---------



Dizia ainda a notícia que, “As melhorias a implementar, informa a AML, passam pela renovação da frota, “com uma diminuição da idade média dos autocarros de 15 anos para menos de um ano” e a “inclusão de uma cota de veículos não poluentes e energeticamente eficientes”.”

Logo me recordei de duas notas sobre o Fundo Ambiental aqui tinha trazido.

A primeira referia-se à saída de um despacho que transferia cerca de 51 milhões de euros para o reforço extraordinário dos serviços públicos de transporte de passageiros, em resultado do cenário mais severo da pandemia no 1.º semestre de 2021.

Ora, 93.87% desse fundo foram alocados às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. À CIM Dão Lafões couberam apenas 0.43% desse Fundo, muito abaixo dos prejuízos estimados.

A outra, também do Fundo Ambiental, um aviso de concurso que saiu para apoio à aquisição de veículos limpos para o transporte coletivo de passageiros mediante procedimento de concurso competitivo.

Eram elegíveis, a aquisição de veículos para operações de transporte localizadas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

A dotação afeta ao presente Aviso era de €48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de euros). O financiamento por beneficiário tem uma dotação máxima de €12.000.000,00 (doze milhões de euros).

**ANEXO 1**

Estes exemplos apenas servem para que reforce em mim a convicção que este País não poderá ser justo se não se proceder rapidamente a uma regionalização.

Não há nenhum País que se desenvolva desta forma tão assimétrica e tão centralista.

Temos o exemplo bem perto de um modelo de regiões Autónomas em que o desenvolvimento é bem mais harmonioso que o nosso.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Outro processo que aqui temos debatido e que a nível nacional se tem revelado bem turbulento é o processo da descentralização de competências.

Como já disse, não poderemos aceitar fazer mais sem afetar os necessários recursos. Nem poderemos aceitar meras transferências de centros de custo com reconhecidos défices de financiamento e funcionamento.

**ANEXO 1**

Claro que também não defendo a posição que o Porto apresentou, a saída da Associação Nacional de Municípios.

Não a defendo, porque considero que o que devemos fazer é exatamente o contrário. Unirmo-nos na defesa dos interesses de todos.

Uma Associação Nacional de Municípios forte terá a capacidade de fazer mais e melhor pelos cidadãos de Portugal.

A ANMP é uma das maiores conquistas do Poder Democrático.

Foram os Municípios os verdadeiros garantes da distribuição de riqueza e desenvolvimento pelo País.

São os Municípios e as Juntas de Freguesia a garantia efetiva de um País mais justo, mais equilibrado.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Todos os anos Portugal recebe centenas de milhões de euros de contribuintes de todos os países da União Europeia para promover a coesão e o desenvolvimento das diferentes regiões do país.

Para agilizar estes processos criou-se uma agência pública (AD&C) com centenas de funcionários e instalou-se a dita agência em Lisboa.



## ANEXO 1



O dinheiro dos contribuintes europeus para a coesão territorial está guardado na metrópole. E quem quiser promover o “desenvolvimento regional” da sua terra tem que ir em vassalagem à capital.

Fiz há uns dias uma sugestão ao Governo.

Instalar a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, bem como os seus funcionários e famílias, em Viseu. Uma medida com vantagens para todos. Para Lisboa porque fica com mais espaço disponível para habitação. Para os funcionários e famílias porque vão beneficiar de uma cidade com uma qualidade de vida ímpar, mas também para a própria AD&C que vai finalmente ter a oportunidade de ver o seu trabalho no terreno.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

E, estou certo que conheceriam neste nosso território a veia empreendedora das nossas gentes.

A capacidade de realizar e fazer.

Foi isso que realcei a 118 dos nossos empresários há uns dias.

**ANEXO 1**

O IAPMEI apresentou os dados referentes às empresas Líder de 2021, cabendo ao Distrito de Viseu 348 Pequenas e Médias Empresas distinguidas.

Dessas, mais de um terço são do Concelho de Viseu (118).

Aproveitámos o momento para enaltecer o papel dos empresários que, dos mais variados setores de atividade, se distinguem pelo mérito.

Viseu é um concelho de Empreendedores. Empreendedores económicos e empresariais, empreendedores sociais e empreendedores culturais e desportivos.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Dava ainda duas notas finais.

A primeira destas notas a decisão que tomámos de criar uma Comissão de Concertação Municipal do Urbanismo.

Seguindo o exemplo de Lisboa e estabelecido já contacto com a congénere Câmara Municipal de forma a avaliar os resultados da Comissão por eles criada, Viseu vai constituir a Comissão de



## ANEXO 1



Concertação Municipal do Urbanismo para simplificar e desburocratizar os procedimentos internos e garantir uma resposta mais célere e eficaz.

Esta Comissão visa dar resposta ao volume de processos de licenciamento que precisam de pareceres internos dos vários serviços municipais.

Passará a ser da responsabilidade desta comissão a ponderação e compatibilização da análise técnica das propostas de pareceres internos, garantindo a coerência, clareza e objetividade necessárias às propostas de decisão.

É com uma boa articulação interna que poderemos dar maior celeridade na obtenção de uma decisão final, com ganhos para os promotores no que respeita a prazos de resposta, assim como de maior qualidade, rigor e objetividade na apreciação.

Uma segunda nota para informar os senhores deputados que na sequência de várias reuniões tidas quer com as vizinhas Câmaras Municipais que visam a resolução do problema do abastecimento de “água em alta” e também de reuniões com as Águas do Douro e Paiva e as Águas de Portugal, iremos formalizar a vontade em utilizar os cerca de 10.000 m<sup>3</sup>/dia disponíveis para abastecimento de água a Viseu.

**ANEXO 1**

A Águas do Douro e Paiva tem vontade e capacidade instalada de colaborar na resolução deste nosso défice de abastecimento de água “em alta”.

Para tal disponibiliza-se a integrar os subsistemas de águas que temos e a gerir o abastecimento “em alta” nestes nossos territórios.

É, segundo os dados que temos, um sistema mais equilibrado, com maior capacidade de investimento e com mais disponibilidade de água para suprir eventuais necessidades.

É, também o modelo de mais rápida e eficaz implementação, com menores tempos de instalação no terreno.

Claro está, que não abandonaremos o sistema de Fagilde, onde a o Governo Central através da APA tem a responsabilidade de construir a nova Barragem.

Sempre disse que em todos os possíveis modelos a Barragem de Fagilde tem que ser substituída.

Assim esperamos que o Governo proceda.



**ANEXO 1**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Nos últimos tempos muitos tem sido os eventos e as iniciativas que têm acontecido no Concelho.

É com regozijo que, após estes dois anos de interregno de muita da atividade tradicional, cultural e desportiva, sentimos que se regressa paulatinamente à quase normalidade.

Claro está que continuaremos a fazer estas realizações e a participar nestas manifestações da cultura e tradições populares com o máximo de segurança possível.

Para concluir,

Senhor Presidente

e

Senhores Deputados

Deixamos à consideração de V. Ex.<sup>as</sup>, através das 31 folhas em anexo, as matérias tipificadas no n.º1 e n.º4 do art.º 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- situação financeira, saldo atual e o estado das dívidas a fornecedores;
- informação sobre as entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais;

**ANEXO 1**

- recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado, com vista ao acompanhamento legalmente previsto.



## ANEXO 1



## SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU EM 21/JUNHO/2022

	€		€
<b>Saldo Inicial (orçamental)</b>	<b>18 154 519,10</b>	<b>Despesa Corrente</b>	25 706 690,71
<b>Receita Corrente</b>	19 353 887,27	<b>Despesa de Capital</b>	7 748 077,44
<b>Receita de Capital</b>	3 116 785,30	<b>Total das Despesas</b>	<b>33 454 768,15</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>22 470 672,57</b>	<b>Saldo Actual (orçamental)</b>	<b>7 170 423,52</b>

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

## SITUAÇÃO ACTUAL DAS DÍVIDAS - 21 de JUNHO de 2022

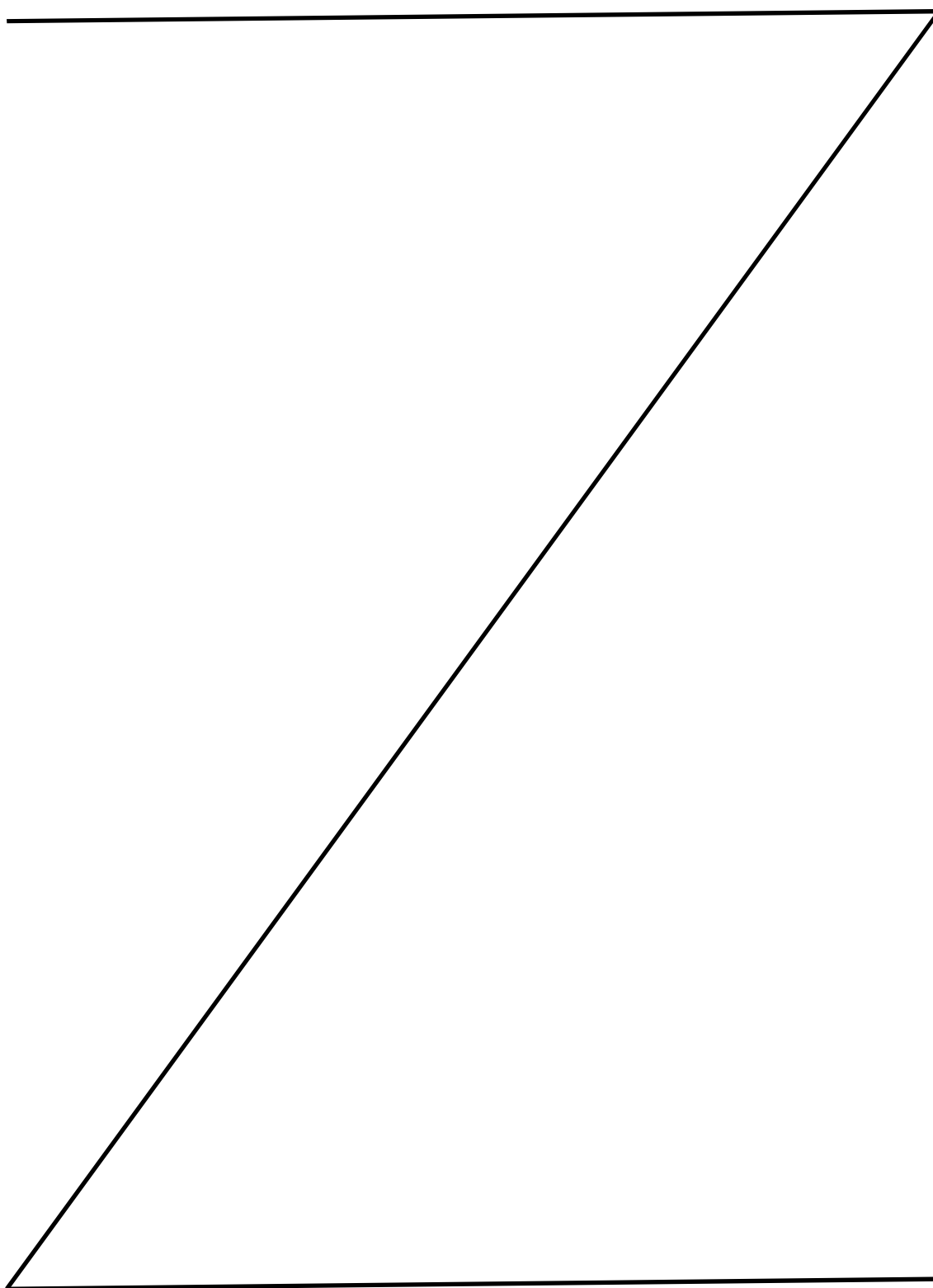
	€
Fornecedores	984 001,98
Outros devedores e credores	2 098 066,26
<b>Total</b>	<b>3 082 068,24</b>

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

## OUTRAS ORIGENS DE FUNDOS - 21 de JUNHO de 2022

	€
Empréstimos/Financiamentos obtidos	10 626 459,59
Estado e outros entes públicos	328 841,29
<b>Total</b>	<b>10 955 300,88</b>

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu





## Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022

## REGISTO DAS VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4 PPD/PSD		Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho	X				
5 PPD/PSD		Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6 PPD/PSD		Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7 PPD/PSD		Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
8 PPD/PSD		João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
9 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
11 PPD/PSD		Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12 PPD/PSD		Maria Francisca Damilho Loureiro		X			
13 PPD/PSD		Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16 PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF	João da Silva Duarte		X			
17 PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TOUREDEIRA UF	Manuel Jorge Nunes		X			
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19 PPD/PSD	GALDE	José Fernandes		X			
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima					X
21 PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22 PPD/PSD	CÓTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24 PPD/PSD	FAL VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	José da Silva Pereira		X			
26 PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias		X			
27 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes		X			
28 PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia		X			
29 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X			
32 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 27 de junho de 2022, que deliberou aprovar por 49 votos e 1 (uma) abstenção.

Viseu, 27/06/2022



## Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022

## REGISTO DAS VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Auréllo Pereira Lourenço	X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes	X			
35	PPD/PSD	VEISEU	Diamantino Amaral dos Santos	X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo	X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva	X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes	X			
39	PS		Márcia Maria A. Marvão Lucas Martins	X			
40	PS		Gonçalo A. Ginstal M.M.Albuquerque	X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha	X			
42	PS		Paula Cristina Santos Dias	X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques	X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa	X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes	X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo	X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira	X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso	X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima	X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves	X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena			X	
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X			
			Resultado	1	49	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

## ANEXO 3



## Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022

### VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 27 de junho de 2022, que deliberou <u>aprovou por unanimidade</u> — Viseu, 27/06/2022 <i>[Assinaturas]</i>						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho	X					
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima					X	
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José da Silva Pereira		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferrelra		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



### Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos	Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 27 de junho de 2022, que deliberou <u>aprovou por unanimidade</u>							
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU - ÁGUAS DE VISEU - PARA O ANO DE 2022 - 1.ª ALTERAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto <small>no n.º 4 do artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro</small>	Viseu, 27/06/2022 <i>[Signature]</i>							
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Márcia Maria A. Marvão Lucas Martins		X			
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42	PS		Paula Cristina Santos Dias		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares		X			
Resultado				1	50	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



## ANEXO 4



Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022  
VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos	PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO - DISCRIMINAÇÃO DE VISEU nos termos e para os efeitos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 27 de junho de 2022, que deliberou <u>aproximadamente por unanimidade</u> - Viseu, 27/06/2022				
			FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME					
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho	X				
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima					X
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÓTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COITOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José da Silva Pereira		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			



### Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos	PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO - DISCRIMINAÇÃO DE VISEU nos termos e para os efeitos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 27 de junho de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> - Viseu, 27/06/2022				
			FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME					
32 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Auréllo Pereira Lourenço		X			
34 PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39 PS		Márcia Maria A. Marvão Lucas Martins		X			
40 PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41 PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42 PS		Paula Cristina Santos Dias		X			
43 PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44 PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47 PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48 PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49 PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50 PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51 BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52 Chega		Amélia Maria da Silva Soares		X			
<b>Resultado</b>			<b>1</b>	<b>50</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

## ANEXO 5



### Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022

#### VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 27 de junho de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> Viseu, 27/06/2022						
REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE VISEU nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro								
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho	X					
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima					X	
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José da Silva Pereira		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Mauricio Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



### Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos	REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE VISEU		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 27 de junho de 2022, que deliberou <u>apreciar por unanimidade</u> - Viseu, 27/06/2022					
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Márcia Maria A. Marvão Lucas Martins		X			
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42	PS		Paula Cristina Santos Dias		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares		X			
Resultado				1	50	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

## ANEXO 6



## Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022

## VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 6 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 27 de junho de 2022, que deliberou <u>apreciar por unanimidade</u> — Viseu, 27/06/2022					
CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICIPIO DE VISEU/ ESCOLA SECUNDÁRIA EMÍDIO NAVARRO - ADENDA							
nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho	X				
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		X			
17	PPD/PSD	ROALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA		X			
19	PPD/PSD	CALDE		X			
20	PPD/PSD	CAMPO					X
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		X			
22	PPD/PSD	CÔTA		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		X			
24	PPD/PSD	FAIL VILA CHÃ SÁ		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		X			
26	PPD/PSD	ORGENS		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X			



## Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022

## VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 6 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 27 de junho de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> - Viseu, 27/06/2022					
CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICÍPIO DE VISEU/ ESCOLA SECUNDÁRIA EMÍDIO NAVARRO - ADENDA							
nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X			
35	PPD/PSD	VISEU		X			
36	PS			X			
37	PS			X			
38	PS			X			
39	PS			X			
40	PS			X			
41	PS			X			
42	PS			X			
43	PS			X			
44	PS			X			
45	PS			X			
46	PS			X			
47	PS	LORDOSA		X			
48	PS	MUNDÃO		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR		X			
50	PS	RIO DE LOBA		X			
51	BE			X			
52	Chega			X			
Resultado			1	50	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

## ANEXO 7



### Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022

#### VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 7 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 27 de junho de 2022, que deliberou <u>aprovou por unanimidade</u> <u>Viseu, 27/06/2022</u>						
DELIMITAÇÃO DA ARU - CEPÕES - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BARREIROS E CEPÕES								
nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação								
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho	X					
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte		X				
17	PPD/PSD	BODALDEIA, FARMINHÃO E TORREDETA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima					X	
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÓTA Joaquim Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COUOTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FAIL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José da Silva Pereira		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Mauricio Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



## Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 7 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 27 de junho de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u>						
		Viseu, 27/06/2022						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X				
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		X				
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X				
35	PPD/PSD	UISEU		X				
36	PS			X				
37	PS			X				
38	PS			X				
39	PS			X				
40	PS			X				
41	PS			X				
42	PS			X				
43	PS			X				
44	PS			X				
45	PS			X				
46	PS			X				
47	PS	LORDOSA		X				
48	PS	MUNDÃO		X				
49	PS	REPESES S. SALVADOR		X				
50	PS	RIO DE LOBA		X				
51	BE			X				
52	Chega			X				
Resultado			1	50	0	0	1	

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



## ANEXO 8



### Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022

#### VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 8 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 27 de junho de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> - Viseu, 27/06/2022						
DELIMITAÇÃO DA ARU - FARMINHÃO - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BOA ALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação								
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho	X					
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damilão Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima					X	
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÓTA Joaquim Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FÁL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José da Silva Pereira		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOUJIDE José Manuel Almeida Fernandes		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



### Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
								Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 27 de junho de 2022, que deliberou <u>apreciar por unanimidade</u> o n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues	X				
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço	X				
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes	X				
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos	X				
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo	X				
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva	X				
38	PS		José Pedro Esteves Gomes	X				
39	PS		Márcia Maria A. Marvão Lucas Martins	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque	X				
41	PS		André Filipe Marques da Cunha	X				
42	PS		Paula Cristina Santos Dias	X				
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques	X				
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa	X				
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes	X				
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo	X				
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira	X				
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso	X				
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima	X				
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves	X				
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Viihena	X				
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
			Resultado	1	50	0	0	1

a) Declaração de voto

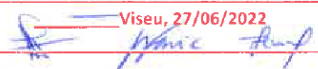
b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

## ANEXO 9



## Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022

### VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 9 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 27 de junho de 2022, que deliberou					
FUNDO AMBIENTAL - AQUISIÇÃO DE DUAS VIATURAS ELÉTRICAS DE PASSAGEIROS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA - PARTE 2 - ADJUDICAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, subalínea dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 149/95, de 24 de junho, na sua atual redação e n.º 1, 3 e 6 do artigo 49.º, n.ºs 1 e 2 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, e alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação		<i>aprovada por unanimidade -</i> <i>Viseu, 27/06/2022</i> 					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho	X				
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	ABRAVESES		X			
17	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		X			
18	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDETA UF		X			
19	PPD/PSD	BODIOSA		X			
20	PPD/PSD	CALDE		X			
21	PPD/PSD	CAMPO					X
22	PPD/PSD	CAVERNÃES		X			
23	PPD/PSD	CÓTA		X			
24	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		X			
25	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ		X			
26	PPD/PSD	FRAGOSELA		X			
27	PPD/PSD	ORGENS		X			
28	PPD/PSD	POVOLIDE		X			
29	PPD/PSD	RANHADOS		X			
30	PPD/PSD	RIBAFEITA		X			
31	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X			
32	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X			



## Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022 VOTAÇÕES

Votação da Proposta Inscrita no PONTO 9 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 27 de junho de 2022, que deliberou <i>aprovar por unanimidade</i> Viseu, 27/06/2022 <i>[Assinatura]</i>					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO EVIL DE SOUTO		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X			
35	PPD/PSD	WISEU		X			
36	PS	João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS	Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS	José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS	Márcia Maria A. Marvão Lucas Martins		X			
40	PS	Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41	PS	André Filipe Marques da Cunha		X			
42	PS	Paula Cristina Santos Dias		X			
43	PS	Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS	Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS	Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS	Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA		X			
48	PS	MUNDÃO		X			
49	PS	REPESSES S. SALVADOR		X			
50	PS	RIO DE LOBA		X			
51	BE	Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52	Chega	Amélia Maria da Silva Soares		X			
Resultado			1	50	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



## Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022

## VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 10 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 27 de junho de 2022, que deliberou <i>aprovar por unanimidade</i> - Viseu, 27/06/2022					
CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA O FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL (15%) DA OPERAÇÃO PORTUGAL 2020 CENTRO - 09 - 1406 - FEDER - 000052 - IMPLEMENTAÇÃO DE INTERFACE DE TRANSPORTES NO ESPAÇO PÚBLICO JUNTO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação		FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME					
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho	X				
5	PPD/PSD	Manuel Teodósio Martins Henriques		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes		X			
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Paulo Jorge de Almeida Pereira		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF João da Silva Duarte		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferrelira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima				X	
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÓTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José da Silva Pereira		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Mauricio Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			



## Sessão Ordinária de 27 de junho de 2022

## VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 10 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 27 de junho de 2022, que deliberou <i>aprovou por unanimidade -</i>					
CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PARA O FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL (15%) DA OPERAÇÃO PORTUGAL 2020 CENTRO - 09 - 1406 - FEDER - 000052 - IMPLEMENTAÇÃO DE INTERFACE DE TRANSPORTES NO ESPAÇO PÚBLICO JUNTO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação		Viseu, 27/06/2022					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Auréllo Pereira Lourenço		X			
34 PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35 PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39 PS		Márcia Maria A. Marvão Lucas Martins		X			
40 PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41 PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42 PS		Paula Cristina Santos Dias		X			
43 PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44 PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46 PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47 PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48 PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49 PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50 PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51 BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
Chega		Amélia Maria da Silva Soares		X			
52							
Resultado			1	50	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses